UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE GRADUAÇÃO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

GISLEINE LIMA DA SILVA

TECNOLOGIAS SOCIAIS E A INTERLOCUÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL:
Formação e Trabalho Profissional

SÃO LEOPOLDO
2013

GISLEINE LIMA DA SILVA

TECNOLOGIAS SOCIAIS E A INTERLOCUÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL:

Formação e Trabalho Profissional

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, pelo Curso de Serviço Social da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Orientadora: Prof. Drª. Marilene Maia

SÃO LEOPOLDO

2013

Dedico esta monografia, especialmente, à minha inesquecível irmã, Janete Lima da Silva, que, no decorrer desta caminhada acadêmica, tornou-se eterna.

Gostava Tanto de Você
Tim Maia

Não sei por que você se foi
Quantas saudades eu senti
E de tristezas vou viver
E aquele adeus não pude dar...
Você marcou na minha vida
Viveu, morreu
Na minha história
Chego a ter medo do futuro
E da solidão
Que em minha porta bate...
E eu!
Gostava tanto de você
Gostava tanto de você...
Eu corro, fujo desta sombra
Em sonho vejo este passado
E na parede do meu quarto
Ainda está o seu retrato
Não quero ver prá não lembrar
Pensei até em me mudar
Lugar qualquer que não exista
O pensamento em você...
E eu!
Gostava tanto de você
Gostava tanto de você...

Trindade ([2013?]).

AGRADECIMENTOS

Inicio este agradecimento inspirada por Rubem Alves (2013), que proferi: “não havíamos marcado hora, não havíamos marcado lugar. E, na infinita possibilidade de lugares, na infinita possibilidade de tempos, nossos tempos e nossos lugares coincidiram. E deu-se o encontro”. Quero deixar registrados, neste trabalho, os *encontros* que tive, neste *tempo*, com cenários e com sujeitos que coletivamente contribuíram para a construção da minha identidade profissional.

Agradecimentos especiais...

Ao meu grandioso Deus, que me fortaleceu espiritualmente para enfrentar os desafios do cotidiano, com saúde, sabedoria, alegria e amor.

Aos meus pais, Benedito e Alexandrina que, mesmo longe geograficamente, sempre estiveram presentes no meu coração. Acredito que todas as orações realizadas alcançaram-me e deram sentido ao meu viver.

Ao meu esposo, Odair, à minha filha, Thaila Luiza e ao meu pequeno, Thiago Henrique, que mesmo, às vezes, não entendendo e compreendendo minhas ausências, motivaram o meu caminhar.

Aos meus irmãos, sobrinhos/as, cunhadas e demais familiares que torceram por mim.

Aos campos de estágio que me acolheram: Serviço Social Judiciário (SSJ) do Fórum de Novo Hamburgo/RS, ao Viva Mulher – Centro de Referência e Atendimento vinculado à Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres da Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo/RS, ao projeto de extensão universitária Cidadania.com: assessoria e informação, pertencente ao Centro de Cidadania e Ação Social da UNISINOS.

Ao Fórum de Supervisão da UNISINOS e à experiência de monitoria no Curso de Serviço Social, espaços que proporcionaram uma formação ampliada e qualificada.

Às minhas supervisoras de campo, com quem aprendi sobre a relação teórico-prática: Cláudia Schenkel, Andréia Podlasniski e Tatiana Lima.

Aos demais profissionais que qualificaram o meu processo de formação: aos assistentes sociais Marleci Hoffemeister, Izabel Cristina, Marícia Borchardt e Paulo Ricardo; e às psicólogas Rejane Salvador, Lila Maria e Rosangela Scurssel.

Às minhas colegas e parceiras do Curso de Serviço Social, hoje, já assistentes sociais, Silvia dos Santos e Geórgia Cardoso; quase assistentes sociais, Alessandra Haubert, Lia Gonçalves, Rita Gomes, Priscila Lopes, Maria Leni, Carla Soares, Nara Bitello, Fátima

Machado, Marli Guterres e Alessandra Morais, cúmplices de caminhada e por quem nutro um carinho especial.

Aos sujeitos e protagonistas deste percurso, usuários/as dos espaços onde exerci a função de estagiária de Serviço Social, que me revelaram suas histórias, seus dramas e suas realidades: pessoas em cumprimento de penas restritivas de direitos, crianças e adolescentes com direitos violados, idosos e famílias que buscavam a efetivação dos direitos por via judicial. Às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, às Redes Socioassistenciais do município de São Leopoldo/RS e às Redes de Enfrentamento às Violências contra Crianças, Adolescentes e Mulheres: vocês me fizeram uma profissional e um ser humano melhor.

Aos professores que proporcionaram a formação técnica, ética e política, especialmente, à Maria Aparecida Marques da Rocha, que me apresentou o Serviço Social; à Rosangela Barbiani, pelas descobertas e pelo encantamento que transmite pela profissão; e à Ecléria Huff, pela leveza ao ensinar.

Por fim, agradeço à minha orientadora, parceira e inspiradora, Marilene Maia, pelos *encontros*, pelos desafios, pelas possibilidades deste tempo e pelas viagens intelectuais.

“Há um casamento que ainda não foi feito no Brasil: entre o saber acadêmico e o saber popular. O saber popular nasce da experiência sofrida, dos mil jeitos de sobreviver com poucos recursos. O saber acadêmico nasce do estudo, bebendo de muitas fontes. Quando esses dois saberes se unirem, seremos invencíveis”.

Leonardo Boff (2011).

RESUMO

O presente trabalho trata das concepções e das experiências de Tecnologias Sociais (TS) e sua interlocução com o Serviço Social. O objetivo é analisar os processos de formação e o trabalho dos assistentes sociais com as TS e apontar propostas para a sua qualificação, na perspectiva do projeto ético-político profissional. Este estudo é resultante de uma pesquisa qualitativa. A metodologia aplicada foi o estudo exploratório, através da realização de revisão bibliográfica e da aproximação com os conhecimentos e práticas dos profissionais de Serviço Social sobre o tema. Ainda, foram feitas interlocuções com duas universidades públicas e duas privadas no sentido de reconhecer a presença desta temática e questão nos projetos político-pedagógicos, assim como nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Para a análise dos dados recorremos à "análise temática" referenciada por Minayo, fundamentada, também na perspectiva crítico-dialética. Os achados indicaram que a área de conhecimento que vem explorando mais expressivamente as TS é a Administração e no Serviço Social as produções são parcas. Os/as assistentes sociais têm um limitado entendimento sobre o tema. As TS, também não estão sendo tematizadas no processo de formação dos/as acadêmicos/as. As poucas aproximações com esta temática dizem respeito, especialmente, à economia solidária e às questões ambientais. Pode-se inferir que esta lacuna temática no Serviço Social justifica-se pela relação das tecnologias, como instrumentos afirmadores do capitalismo. Entende-se que este é um dos paradigmas referenciais às tecnologias, entretanto, identifica-se, a partir dos estudos realizados, que as Tecnologias Sociais podem, por outro lado, contraditoriamente, ser fundadas no paradigma do desenvolvimento humano e da cidadania, que dá sustentação ao projeto ético-político da profissão. Dessa forma, justifica-se que, a partir deste paradigma, seja inserida a temática das TS nos currículos dos cursos de graduação e de pós-graduação em Serviço Social, assim como no exercício profissional dos assistentes sociais. Identifica-se que para o Serviço Social as Tecnologias Sociais podem e devem ser concebidas como ferramentas para a problematização da realidade e de afirmação de novas práticas e organizações, fortalecedoras dos sujeitos individuais e coletivos. Entende-se que para o Serviço Social fortalecer seus processos de formação e trabalho com as Tecnologias Sociais, faz-se importante a aproximação com a educação popular, enquanto referência e metodologia para o trabalho com os segmentos populares. Apesar das TS não serem a solução para alterar a estrutura econômica, política e social do sistema capitalista elas se apresentam como um movimento de resistência e rebeldia ao sistema vigente, como estratégias potencializadoras de

transformações locais e dos sujeitos sociais. Vislumbra-se, finalmente, que as TS colaboram para a construção e afirmação do paradigma de desenvolvimento humano e de cidadania, que é referência para o projeto ético-político da profissão, que aponta a afirmação da sociedade includente e sustentável.

Palavras-Chave: Formação. Serviço Social. Tecnologias Sociais. Trabalho Profissional.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Para que a luz? 14
Figura 2 – Tecnologia: muito além do digital! 20
Figura 3- O quê? Por quê? Para quê? 36

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Biblioteca Virtual Scielo - Artigos sobre TS conforme Área do Conhecimento... 39
Gráfico 2 – CBAS - Artigos sobre TS e Temas Relacionais ... 43
Gráfico 3 - ENPESS - Artigos sobre TS e Temas Implicados ... 44
Gráfico 4 - Revista Serviço Social & Sociedade – Artigos sobre TS e Temas Afins - período janeiro/2010 a junho/2013 ... 45
Gráfico 5 - Sexo dos Assistentes Sociais ... 56
Gráfico 6 - Idade dos Assistentes Sociais ... 56
Gráfico 7 - IES de Formação dos/as Assistentes Sociais ... 57
Gráfico 8 - Tempo de Formação dos/as Assistentes Sociais ... 57
Gráfico 9 – Pós-Graduação ... 57
Gráfico 10 - Áreas de Pós-Graduação dos Assistentes Sociais ... 58
Gráfico 11 - Campo de Atuação dos/as Assistentes Sociais ... 58
Gráfico 12 - Tempo de Atuação na Instituição ... 59
Gráfico 13 - Política de Atuação dos Assistentes Sociais ... 59
Gráfico 14 - Percepção dos pesquisados sobre a existência de relação entre Tecnologia Social e Extensão Universitária ... 77

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Tabulação dos Dados sobre Concepções de Tecnologias Sociais..... 41
Quadro 2 - Experiências de TS a partir dos Artigos Publicados em Serviço Social 46
Quadro 3 - Perfil dos Cursos de Serviço Social Pesquisados..... 49
Quadro 4 - Grade Curricular dos Cursos de Serviço Social Pesquisados 51
Quadro 5 - Experiências de TS..... 61
Quadro 6 - Entendimento dos/as Assistentes Sociais sobre TS..... 62
Quadro 7 – Fazer do Assistente Social no campo da TS..... 64
Quadro 8 - Contribuição do Serviço Social no campo das TS 66
Quadro 9 - Contribuição da Formação no Exercício Profissional em TS 69
Quadro 10 - Projeto Cidadania.com e as Tecnologias Sociais 73

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
AS	Assistente Social
CAAE	Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CCIAS	Centro de Cidadania e Ação Social
CCT	Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
C&T	Ciência e Tecnologia
CT&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
ES	Empreendimentos Solidários
ENCTI	Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
ENESSO	Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FBB	Fundação Banco do Brasil
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
IEBTs	Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica
IES	Instituição de Ensino Superior
IHU	Instituto Humanitas UNISINOS
ITS	Instituto de Tecnologia Social
OBSERVASINOS	Observatório da Realidade e das Políticas Públicas do Vale do Rio dos Sinos
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
MCTI	Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento

PASEC	Programa de Ação Socioeducativa na Comunidade
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PPP	Projeto Político Pedagógico
PRASJUR	Programa de Práticas Sociojurídicas
PROMAIOR	Programa de Envelhecimento Humano
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RS	Rio Grande do Sul
RTS	Rede de Tecnologia Social
SEPED	Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento
SECIS	Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social
SETEC	Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
SEPIN	Secretaria de Política de Informática
SS	Serviço Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TA	Tecnologia Apropriada
TC	Tecnologia Convencional
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TI	Tecnologia da Informação
TS	Tecnologia Social
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 14
2 REVISITANDO CONCEITOS: TECNOLOGIAS E TECNOLOGIAS SOCIAIS 20
2.1 Tecnologias: Algumas Discussões 20
2.2 Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação no Cenário Brasileiro 25
2.3 Tecnologias Sociais: Contextualização e Percepções 30
3 TECNOLOGIAS SOCIAIS: APROXIMAÇÃO COM AS REFERÊNCIAS E AS REALIDADES 36
3.1 Percurso Metodológico da Pesquisa 37
3.1.1 Concepções de TS: Resultados e Discussões 38
3.1.2 TS e Serviço Social: Achados e Inquietações 42
3.1.3 TS no Processo de Formação em Serviço Social: Descobertas e Desafios 48
4 TECNOLOGIA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: CAMINHOS POSSÍVEIS? 54
4.1 TS no Exercício Profissional dos Assistentes Sociais: Conhecer para Intervir 55
4.2 Estágio no Projeto Social Cidadania.com: Assessoria e Informação 70
4.2.1 Universidade e Extensão Universitária: balanços e perspectivas 75
4.3 Os Nexos entre as TS e o Serviço Social 78
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 82
REFERÊNCIAS 89
APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO PARA OS/AS ASSISTENTES SOCIAIS 97
ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP 98
ANEXO B – RESOLUÇÃO 106/2013 100
ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE . 101

1 INTRODUÇÃO

Figura 1 – Para que a luz?

Fonte: CARNEIRO, 2011.

[Certa vez, perguntado qual a definição de luz]
A luz... é a sombra de Deus...
Albert Einstein ([2013?]).

A monografia apresentada se constitui como um dos requisitos para a obtenção da titulação de Bacharel em Serviço Social, pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). A iluminação e definição das Tecnologias Sociais (TS) para este trabalho emergiu a partir dos processos formativos da atividade acadêmica - Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II - através da vivência realizada em um projeto de extensão universitária da referida instituição de ensino.

O Cidadania.com: assessoria e informação consiste em um projeto social vinculado ao Centro de Cidadania e Ação Social (CCIAS)[1] da UNISINOS, cujos objetivos são a socialização e a publicização das informações referentes às organizações governamentais e da sociedade civil, no campo das políticas sociais e dos direitos de cidadania. Além disso, visa

[1] Compõe a Rede Jesuíta de Ação Social (SJ – CIAS) da Província do Brasil Meridional (BRM) e Associação Antônio Vieira (ASAV). Acolhe vinte ações, que se caracterizam como: atendimento, assessoramento, defesa e garantias de direitos em sete áreas de ação social. Os programas, projetos e serviços são de ações continuadas, permanentes e gratuitas, em consonância com a PNAS/SUAS. (UNISINOS, [2013?]).

assessorar, política e tecnicamente, os diversos agentes sociais do município de São Leopoldo/RS.

A experiência de estágio indicou limitados entendimentos sobre as Tecnologias Sociais e a sua relação com o Serviço Social, inclusive, suscitando a discussão interna entre alguns projetos sociais da universidade, que são considerados de TS, dentre eles, o Cidadania.com: assessoria e informação. Outro fator que contribuiu para a inquietação em relação à temática e para a aproximação teórico-metodológica com o Serviço Social ocorreu por entendermos que, ainda, é pouca explorada pelos acadêmicos/as e pelos/as profissionais da área, ao se considerar o número reduzido de publicações relacionadas ao tema.

Problematizar sobre as Tecnologias e as TS, sua construção histórica e seus impactos na contemporaneidade, é extremamente relevante, principalmente, para o campo do social. A abordagem das Tecnologias como objeto de análise ocorreu a partir da Revolução Industrial, no século XVIII, com o advento das máquinas a vapor e a consequente substituição do trabalho manual pelo trabalho fabril, contudo, as Tecnologias são tão antigas quanto a própria história da humanidade.

Para Veloso (2011), é inconcebível a análise das Tecnologias desconectada da figura de seu criador - o homem. Desde o início do processo de *hominização,* a Tecnologia esteve presente e o homem buscou criar instrumentos e técnicas que auxiliassem sua sobrevivência. Portanto, quando mencionamos as Tecnologias, nos referimos, também, à história humana, com a qual estão inter-relacionadas e interconectadas. Silveira e Bazzo (2009) asseguram que "a tecnologia tem se apresentado como o principal fator de progresso e de desenvolvimento. No paradigma econômico vigente, ela é assumida como um bem social, [...] chave para a competitividade estratégica e para o desenvolvimento social e econômico de uma região".

Evidentemente, o avanço tecnológico tem objetivado o crescimento econômico e agravado a questão social, ao trilhar um caminho que tem colaborado para sustentar e para reproduzir o processo de exclusão social - os denominados *excluídos tecnologicamente* - não produzindo e não consumindo as últimas Tecnologias, que se renovam diariamente. São significativas as mudanças em decorrência desse desenvolvimento e o aprimoramento intelectual da humanidade vem colaborando velozmente para o crescente avanço tecnológico, com diversos arranjos, perspectivas e intencionalidades. "A tecnologia serve para instituir formas novas, mais eficazes e mais agradáveis de controle social e coesão social". (MARCUSE, 1969, p. 18).

No campo das políticas e dos direitos sociais é perceptível que a interlocução com o debate sobre os impactos da tecnologia nas dimensões da vida social é muito embrionária, ou

praticamente inexistente. Discutir os rebatimentos das inovações tecnológicas incorporadas com a questão da pobreza, da segurança/insegurança alimentar, das violências, do desemprego, enfim, com a questão social e ambiental, é um debate urgente e necessário.

A partir das discussões e das inquietações sobre a lógica de desenvolvimento tecnológico que, historicamente, privilegiou a política econômica mundial - modelo que contribuiu para o aprofundamento das desigualdades sociais, principalmente nos países em desenvolvimento, como o caso da América Latina - inicia-se, em meados do século XX, um debate sobre os rumos da Tecnologia Convencional ou Capitalista.

Neste contexto, surgiu o movimento da Tecnologia Apropriada, que propunha uma Tecnologia voltada às realidades locais que foi muito contestada, pois não propunha mudanças em sua estrutura. No entanto, a Tecnologia Apropriada foi significativa, considerando que suscitou o amplo debate sobre o tema, fazendo emergir as TS, com sua gênese ancorada na recusa ao modelo de Tecnologia exclusivista, atendendo aos interesses do capital.

Dagnino (2010, p. 11) destaca que "a tecnologia convencional ou tecnologia capitalista é produzida pela e para a empresa privada"; logo, somente outro paradigma de tecnologia viabilizaria a inclusão social. Renato Dagnino tem sido um incansável defensor das TS, sistematizando, divulgando e incentivando sua disseminação e sua popularização. Sustenta a ideia de que a TS é *uma inovação social*, considerando sua matriz social, como uma Tecnologia que deve ser desenvolvida *com* e *para* a sociedade, de acordo com as especificidades das comunidades locais.

Em se tratando da concepção de TS, há algumas instituições que disseminam, em seus conceitos e suas práticas, a definição da Rede Tecnologia Social (2010): "compreende produtos, técnicas ou metodologias, reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que devem representar efetivas soluções de transformação social". Outro conceito amplamente divulgado é do Instituto Tecnologia Social (2007, p. 29), que define como: "conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida".

Nas TS, os diversos saberes são amplamente valorizados e o conhecimento produzido nas universidades não é mais importante que o conhecimento popular; ao contrário, eles dialogam e constroem caminhos que beneficiam a comunidade, numa lógica includente e sustentável. Para Dagnino (2010) as universidades *ofertam* ou *transferem* conhecimento, a

partir da visão autocentrada da academia, distanciada das demandas e das necessidades sociais dos excluídos.

> Como resultado, os "problemas sociais" e suas consequências tendem a ser definidos e atacados a partir do modelo cognitivo de outros atores e não a partir da visão de mundo dos excluídos. No plano das premissas ideológicas que orientam a ideia da TS, isso pode levar à postulação de "necessidades sociais" que não são de fato necessidades sentidas pelos excluídos. O resultado desse viés paternalista, assistencialista e, no limite, autoritário, tem sido ineficaz. Não se tem logrado a participação plena dos "usuários" no processo de construção do conhecimento. De fato, essas demandas só poderiam ser efetivamente expressas pelos excluídos e adequadamente equacionadas caso eles possuíssem habilidades políticas e cognitivas e estivessem em condições de se relacionar adequadamente com atores como, inclusive, a própria comunidade de pesquisa. (DAGNINO, 2010, p. 09)

Considerando-se as inquietações evidenciadas e o notório distanciamento do Serviço Social em relação às TS, na formação e no exercício profissional, constituiu-se um projeto de pesquisa, com o seguinte problema: como as TS são concebidas e implementadas nos processos de formação e de trabalho do/a assistente social?

Destacamos que a dimensão investigativa é essencial, no âmbito da academia e no exercício profissional, o que se constitui em dupla perspectiva: investigação e intervenção. Conforme Setúbal (2007, p. 03),

> [...] a essência de uma realidade só se revela após o ato investigativo que procura no mesmo processo identificar a estrutura da realidade concreta, não na sua manifestação fenomênica, mas pela identificação das múltiplas determinações que lhes são peculiares e que lhes dão sentido e força para existir em determinado tempo e sociedade.

O ato investigativo teve como objetivo geral: analisar os processos de formação e o trabalho dos assistentes sociais com as TS e apontar propostas para a sua qualificação, na perspectiva do projeto ético-político profissional. Listam-se como objetivos específicos: analisar as concepções de TS, na contemporaneidade; reconhecer e analisar as concepções e as experiências de TS presentes nas bibliografias e no exercício profissional dos assistentes sociais; identificar e analisar a incorporação das TS nos processos de formação em Serviço Social; avaliar se o projeto social Cidadania.com: assessoria e informação se constitui como TS.

Neste estudo, a abordagem foi qualitativa, com caráter exploratório, através da realização de revisão bibliográfica e da aproximação com os profissionais de Serviço Social. O estado da arte sobre as TS apontou a necessidade de realização de uma revisão bibliográfica

sobre o tema e, posteriormente, de análise, em matéria de Serviço Social, considerando-se a formação e o trabalho profissional.

Para tanto, foram selecionadas duas instituições de ensino superior pública e duas privadas do Estado do Rio Grande do Sul, a fim de identificar se apresentavam a dimensão das TS nos processos formativos da graduação em Serviço Social. Ainda nesta seara, para qualificar nosso estudo, exploramos as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social de 1996, da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), considerando que dispõe sobre os pressupostos da formação.

No que se refere ao exercício profissional, a amostra foi composta por quatro assistentes sociais que atuam em instituições governamentais e cinco da sociedade civil, de diferentes políticas públicas do município de São Leopoldo/RS. A escolha dos profissionais foi intencional, com a seleção realizada a partir do banco de dados de organizações cadastradas no site do Cidadania.com: assessoria e informação.

É necessário ressaltar que o projeto de pesquisa foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) para pesquisas com seres humanos - CAAE 19283913.2.0000.5344 - com parecer[2] favorável à sua execução. Para desvelar a construção acadêmica, tradicionalmente denominada como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresenta-se, nos contornos seguintes, sua estruturação, que se distribui em cinco capítulos.

Partimos da introdução, que pretende proporcionar o entendimento generalizado sobre a temática proposta. Desafiados pela sistematização da obra, temos como intencionalidade contribuir para a iluminação teórica e prática acerca das TS, na perspectiva do projeto-ético político do Serviço Social.

No segundo capítulo, faremos uma aproximação contextualizada das Tecnologias, costurando seus avanços e seus impactos na sociedade. Trataremos da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, como é denominada no Brasil - constatam-se limites na sua popularização, sendo muito focalizada nos grupos de interesse - enfatizando a parte histórica e os marcos legais que a constituíram. Ademais, abordaremos as TS constituídas como modelo de tecnologia contrária ao sistema capitalista e que tem contribuído para o agravamento das desigualdades sociais. Cabe mencionar que as TS têm como pressupostos a dimensão social e ambiental.

Adentrando o capítulo terceiro, especificam-se os resultados da pesquisa bibliográfica realizada na Biblioteca Virtual Scielo, a fim de identificar as concepções de TS e as áreas do

[2] O documento pode ser conferido no Anexo A deste trabalho.

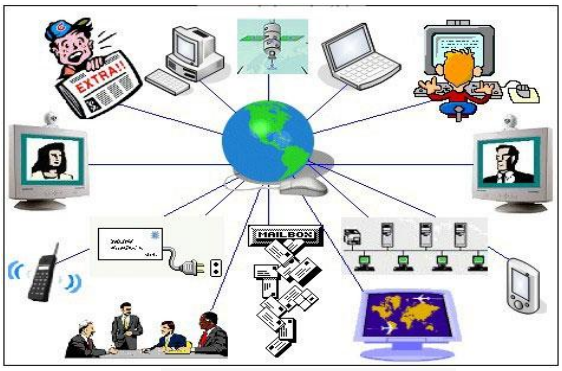
conhecimento que se referem ao tema. Em matéria de Serviço Social, as fontes de dados investigadas foram os trabalhos publicados no XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS/2010, o XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS/2012 e as publicações contidas na Revista Serviço Social e Sociedade. Outras bases de dados foram as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social da ABEPSS, os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) e os currículos dos Cursos de Serviço Social de duas universidades públicas do Rio Grande do Sul e de duas instituições privadas. As referidas buscas objetivaram identificar se as TS estão sendo incorporadas no processo formativo da profissão.

No quarto capítulo, faremos a exposição da investigação realizada com os/as assistentes sociais. Conheceremos o perfil dos profissionais que compuseram nossa amostra, o entendimento sobre TS, as concepções e as experiências vivenciadas no processo de trabalho de tais profissionais. Enfocaremos o percurso de estágio vivenciado pela acadêmica no projeto de extensão universitária Cidadania.com: assessoria e informação, inclusive, divulgando a percepção dos pesquisados sobre a relação deste espaço com as TS. Findando este capítulo, problematizaremos os nexos entre o Serviço Social e as TS, considerando as vastas possibilidades de contribuição e de atuação dos/as assistentes sociais nesse campo, na perspectiva da afirmação dos direitos de cidadania.

Por último, daremos vistas às considerações finais, construídas a partir das aproximações com as referencialidades e as realidades implicadas às TS e ao Serviço Social. Enfatizamos que concluir um trabalho não é encerrar um debate, mas apresentar elementos novos para aprofundar e qualificar o processo. Assim, buscando corporificar a discussão no Serviço Social, redigimos a problematização que norteou nossa investigação - como as TS são concebidas e implementadas nos processos de formação e de trabalho do assistente social?

2 REVISITANDO CONCEITOS: TECNOLOGIAS E TECNOLOGIAS SOCIAIS

Figura 2 – Tecnologia: muito além do digital!



Fonte: MARINS, 2012

Neste capítulo, pretendemos, mesmo que de forma não aprofundada, revisitar algumas concepções, contextualizações e discussões que se referem às Tecnologias e aos seus desdobramentos, na contemporaneidade. Faremos uma aproximação conceitual, histórica e social com a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, como é denominada no Brasil. Por fim, abordaremos as TS como um caminho e uma possibilidade que se apresentam, a fim de se repensar sobre um modelo de tecnologia numa lógica de sociedade sustentável, includente e que dialogue com os diferentes atores e saberes.

2.1 Tecnologias: Algumas Discussões

Discorrer sobre Tecnologias consiste em um desafio teórico e prático, tendo em vista a diversidade de conceitualizações e a amplitude de opiniões; contudo, entendemos ser um tema extremamente necessário e discutível, inclusive, para o campo do social, em que são perceptíveis os rebatimentos e os impactos do avanço tecnológico para a conjuntura contemporânea, em nível local e mundial.

> Diversas são as conceituações de tecnologia. Numa perspectiva mais superficial, por exemplo, o conceito de tecnologia pode ser aplicado a tudo aquilo que, não existindo na natureza, o ser humano inventa para expandir seus poderes, superar suas limitações físicas, tornar seu trabalho mais fácil e sua vida mais agradável. [...]. Tecnologia não é apenas instrumento, ferramenta ou equipamento tangível. Ela pode constituir-se por elementos intangíveis, como procedimentos, métodos, técnicas, etc.. Desta forma, ao falarmos em tecnologia, isso não significa necessariamente,

> que estamos falando sobre informática ou sobre TI, embora a tendência, nos dias atuais, seja a de confundir tais termos, ou ainda, tomá-los como sinônimos. (VELOSO, 2011, p. 34).

As tecnologias estão intrinsecamente relacionadas com todas as dimensões da vida social, em que "os sistemas tecnológicos são socialmente produzidos. A produção social é estruturada culturalmente". (CASTELLS, 2003, p. 34). Conforme assevera, "[...] a tecnologia não determina a sociedade: é a sociedade. A sociedade é que dá forma à tecnologia de acordo com as necessidades, valores e interesses das pessoas que utilizam as tecnologias". (CASTELLS, 2006, p. 16). Assim, quando mencionamos o termo *tecnologias*, remetemos, também, à história humana, com a qual estão inter-relacionadas e interconectadas.

> A análise da tecnologia não começa por ela, mas sim pelo seu antecedente, o homem que a cria. Faz-se necessário uma perspectiva histórica que parta da constituição do próprio ser humano, que veja no aparecimento do primeiro utensílio ou dispositivo ao qual se possa dar o nome de máquina uma manifestação do processo evolutivo do ser humano. A utilidade desses dispositivos reside exatamente em poupar homens e mulheres da realização de esforços ou em conseguir o que os movimentos do corpo desarmado não conseguiam realizar. Conceber a tecnologia como manifestação do processo de "hominização", significa priorizar na análise o curso desse processo, que constitui as bases da possibilidade de criação da tecnologia e de construção das máquinas em geral. Este raciocínio é válido para toda a série de inovação tecnológica, desde o mais simples utensílio, um machado de pedra ou um tronco que permitisse o primeiro ensaio de navegação até os dispositivos eletrônicos mais sutis e complexos da atualidade. (VELOSO, 2011, p.40-41).

Seguindo tal lógica, as tecnologias se apresentam como uma criação humana, já que o homem e a mulher se diferenciam das demais espécies pela capacidade e pela habilidade de transformação da natureza em meios que proporcionem o atendimento das necessidades básicas. Desde os primórdios, os/as humanos/as comprovaram que raciocinavam e colocavam em prática a ação, utilizando recursos, técnicas e energias; a diferença é que, no momento de humanização, pensar e executar, saber e fazer, estavam intimamente implicados, diferentemente do período da Revolução Industrial[3], que separou o idealizador do executor, o que configurou um processo de distanciamento e de estranhamento entre criador e criatura, denominado por Marx como alienação - o que se deu, através do trabalho (MARX, 1988 apud BARBIANI, 2004, p.08):

> O trabalho é um processo no qual os seres humanos atuam sobre as forças da natureza, submetendo-as ao seu controle e transformando os recursos naturais em

[3] Historiadores da tecnologia costumam identificar a máquina a vapor como fator central da revolução industrial, ocorrida na Inglaterra, nas três últimas décadas do século XVIII, seguida pela introdução de novos motores, com os quais a força do vapor podia ser levada aonde fosse necessário e na extensão desejada. (BORTOLI, 2012, p. 39).

> formas úteis à sua vida. Ao modificar a natureza, o trabalhador coloca em ação suas energias físico-musculares e mentais. No processo de intercâmbio com as forças naturais, ele transforma a si mesmo, ao imprimir, no material sobre o qual opera, um projeto que já houvera idealizado anteriormente, atribuindo um significado ao seu próprio trabalho. Marx expõe seu pensamento acerca da distinção entre as formas instintivas, animais, de trabalho e o processo de trabalho humano, utilizando a figura de imagem que se tornou bastante conhecida: "... o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera".

Entretanto, as criações humanas deveriam contribuir para o bem-estar e a satisfação do próprio sujeito, uma vez que as diversas invenções significavam o aprimoramento técnico e científico da espécie. Veloso (2011) chama a atenção para o fato de, erroneamente, pensarmos que foram as máquinas que revolucionaram a vida cotidiana - quando, na verdade, quem revoluciona a vida de homens e mulheres são eles próprios. O avanço da tecnologia teria como pressuposto a libertação humana dos esforços físicos decorrentes do trabalho, o que, historicamente, não ocorreu; ao contrário, aprofundou o processo de dominação e de exploração do humano pelo humano.

> A sociedade industrial que faz suas a tecnologia e a ciência é organizada para a dominação cada vez mais eficaz do homem e da natureza para a utilização cada vez mais de seus recursos. Torna-se irracional quando o êxito desses esforços cria novas dimensões de realização humana. [...] A racionalidade tecnológica revela o seu caráter político ao se tornar o grande veiculo de melhor dominação, criando um universo verdadeiramente totalitário no qual sociedade e natureza, corpo e mente são mantidos num estado de permanente mobilização para a defesa desse universo. (MARCUSE, 1969, p. 37).

Na obra intitulada *Ideologia da Sociedade Industrial*, Marcuse (1969) assegurou que, anteriormente, a dominação consistia no terror e que, na Era Industrial, ela ocorreu pela eficiência tecnológica e pelo poder de fascinação que proporcionava, ao estimular e facilitar o padrão de consumo. Diferentemente dos escritos de Marx - que acreditava na revolução social, pela classe trabalhadora - Marcuse (1969) assinalava que a Era Industrial anulou qualquer possibilidade de revolução, visto que não havia oposição e, sim, consumidores e trabalhadores cooptados pelos patrões, formando a *sociedade unidimensional.*

Na atualidade, convivemos com a denominada sociedade da informação - ou do conhecimento - ou seja, o período que sucedeu a sociedade industrial, marcada pela revolução

das máquinas e pela substituição do trabalho manual pelo trabalho fabril. Essas terminologias são rechaçadas por Manuel Castells, para quem se trata de uma rede[4].

Segundo Castells (2003), no final do século XX, com o advento da microeletrônica, revolucionaram-se as telecomunicações e a computação e, assim, surgiu a era da informação, através da explosão da internet[5], que permitiu que a sociedade se transformasse numa grande rede. É importante destacar que, mais relevante que as nomenclaturas, são os conteúdos político e ético, implicados a tais sociedades.

> Vivemos num mundo em que a tecnologia representa o modo de vida da sociedade, na qual a cibernética, automação, engenharia genética, computação eletrônica são alguns dos ícones da sociedade tecnológica que nos envolve diariamente. Por isso, a necessidade de refletir sobre a natureza da tecnologia, sua necessidade e função social. (SILVEIRA; BAZZO, 2009).

Neste debate sobre Tecnologias, é importante abordarmos a ciência. Miranda (2002, p. 44) refere que "a história do surgimento da tecnologia moderna confunde-se com a história da ciência em termos de modernidade", portanto, partimos do pressuposto de que não há neutralidade da ciência: ela está arraigada de interesses e de valores, num discurso historicamente disseminado pelas ciências e por seus cientistas. As descobertas da ciência são fundamentais para o avanço da tecnologia, aliás, é nesse processo que isso ocorre - a ciência aliada à técnica - numa junção que se justificou pelo crescente desenvolvimento econômico.

> [...] a tecnologia confere a ciência precisão e controle nos resultados de suas descobertas e a prerrogativa não somente de um saber destinado a facilitar a relação do homem com o mundo, mas destinado a controlar, dominar, transformar o mundo. [...] A teoria crítica dos Frankfurtianos considera que a ciência moderna instrumentalizou a razão e escravizou o homem através do controle lógico-tecnológico, criando a tecnocracia, onde toda a vida humana é conduzida e determinada pelos padrões técnicos impostos pela ciência. Tudo se submete as regras da produção tecnológica. (MIRANDA, 2002, p. 47-48).

Miranda (2002) apresenta uma análise ontológica acerca da função social da tecnologia, baseada em três distintos posicionamentos: a corrente otimista, a corrente pessimista e a corrente moderada. A primeira, ancorada teoricamente em Adam Schaff,

---

[4] [...] a sociedade em rede é global, é baseada em redes globais. Então, a sua lógica chega a países de todo o planeta e difunde-se através do poder integrado nas redes globais de capital, bens, serviços, comunicação, informação, ciência e tecnologia. (CASTELLS, 2006, p. 17).

[5] A internet é o tecido de nossas vidas. Se a tecnologia da informação é hoje o que a eletricidade foi na Era Industrial, em nossa época a internet poderia ser equiparada tanto a uma rede elétrica quanto ao motor elétrico, em razão de sua capacidade de distribuir a força da informação a todo o domínio da atividade humana. (CASTELLS, 2003, p. 07).

considera que a sociedade informática possibilitará uma vida mais feliz aos humanos, que haverá menos esforços físicos e intelectuais e mais tempo livre; também, abolirá o quadro da miséria ou reduzirá as privações humanas e, ainda, que contribuirá para o desenvolvimento, devido ao progresso do conhecimento. (MIRANDA, 2002).

A corrente pessimista tem fundamentação marxista, com relação direta ao mundo produtivo, à tecnologia e aos avanços voltados à obtenção de lucros, o que levará à destruição do homem e do planeta. A terceira corrente preconiza um repensar sobre os rumos da tecnologia na atualidade, considerando a relação entre riscos e benefícios que ela proporciona, para a sociedade. (MIRANDA, 2002).

Logo, Kneller (1980 apud MIRANDA, 2002, p. 25) revela que "[...] A tecnologia pode criar ou destruir, tornar o homem mais humano ou menos. Mas as civilizações, como os indivíduos, devem correr riscos se quiserem progredir". Diante do apresentado, concordamos com Marcuse (1969, p. 257), que assevera que "a força da tecnologia que poderia ser libertadora - pela instrumentalização das coisas_tornou-se um entrave à libertação - pela instrumentalização dos homens".

Não se pode deixar de evidenciar que o desenvolvimento tecnológico tem contribuído para sustentar e reproduzir o processo de exclusão social. Os denominados *excluídos tecnologicamente* não produzem e não consomem as últimas tecnologias, que se renovam diariamente, assim como há situações em que os sujeitos furtam, roubam, matam para possuir *um celular* e sentir, consequentemente, uma *falsa* sensação de inclusão, de pertencimento. Para Marcuse (1969, p.30),

> As criaturas se reconhecem em suas mercadorias; encontram sua alma em seu automóvel, hi-fi, casa em patamares, utensílios de cozinha. O próprio mecanismo que ata o indivíduo à sua sociedade mudou, e o controle social está ancorado nas novas necessidades que ela produziu.

Reconhecemos que o contexto em que se vive contribui para a cultura de aparências - uma perversidade do capitalismo - na qual as pessoas são valorizadas e reconhecidas pelos bens que possuem. No campo das políticas e dos direitos sociais, é perceptível que a interlocução com o debate sobre os impactos da tecnologia nas dimensões da vida social é muito embrionária ou, praticamente, inexistente. Discutir os rebatimentos das inovações tecnológicas incorporadas com a questão da pobreza, da segurança/insegurança alimentar, das violências, do desemprego, enfim, com a questão social e ambiental, configura um debate urgente e necessário.

> Assim sendo, a resolução da problemática da pobreza, da exclusão e do subdesenvolvimento não pode ser analisada sem levar em conta a dimensão tecnológica: produção de alimentos, moradia, transporte, energia, acesso ao conhecimento e a bens culturais, ambiente e organização social. No entanto, a reflexão sobre a relação tecnologia-pobreza (ou, em outro plano, a relação entre componentes e necessidades nas estratégias de desenvolvimento) tem sido muito pouco abordada na América Latina. (THOMAS, 2009, p. 25).

Acrescentamos, ainda, que é relevante a discussão acerca das tecnologias e de seus impactos na vida social, não através de uma visão maniqueísta, mas, sob a perspectiva crítica da totalidade humana. O foco deste trabalho são as TS e o Serviço Social, todavia, para sua compreensão, é fundamental a aproximação com as diversas apreensões sobre tecnologias, considerando que as TS têm sua gênese ancorada na oposição ao modelo tecnológico vigente. Para contribuir nesta análise, a seguir, conheceremos como se estrutura a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, no nosso país.

2.2 Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação no Cenário Brasileiro

A implementação da Política de Ciência e Tecnologia é recente no cenário brasileiro, datando de meados do século XX - período do desenvolvimentismo do país. No entanto, é um tema com pouca popularização e sua difusão é muito centralizada nos redutos acadêmicos e nos institutos científicos e tecnológicos. Segundo Guimarães (2002),

> o parque brasileiro de C&T iniciou sua efetiva institucionalização na década de 50. As idéias básicas que orientaram esse processo foram estabelecidas ao final da Segunda Guerra Mundial, sob a inspiração de uma de suas potências vencedoras, os Estados Unidos da América. O conflito terminado em 1945 foi o primeiro em que o desenvolvimento tecnológico teve uma importância decisiva para a sua resolução. Esse fato, associado à necessidade de redirecionar a indústria norte-americana para os tempos de paz e de guerra-fria, fez com que o tema do desenvolvimento científico e tecnológico adquirisse uma enorme visibilidade política nos Estados Unidos. Disso resultou o estabelecimento de um consenso entre governo, indústria, comunidade científica e público em geral, sintetizado no famoso relatório elaborado em 1945 por Vannevar Bush, intitulado *Science: the endless frontier.* (BUSH, 1990).

Nota-se que, após os horrores da Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia passou a ser tema relevante, entre as nações. Inclusive, iniciou-se, nos Estados Unidos, uma discussão sobre a competência na condução das pesquisas científicas, se seriam responsabilidades do Estado ou da Indústria. Para Guimarães (2002), houve uma

parceria entre o setor público e privado, o que possibilitou que os Estados Unidos se tornassem uma potência mundial, nessa seara.

Em nosso país, o desenvolvimento da referida política praticamente ocorreu sem a presença do setor industrial, tendo em vista a cultura nacional de importação, num quadro que progressivamente vem se alterando, principalmente, com o fenômeno da globalização, que significou a desfronteirização dos países, com o privilegiamento da política econômica e a facilidade na circulação de mercadorias. Historicamente, a política de Ciência e Tecnologia (C&T) esteve centrada na figura dos cientistas.

> Isso é o que, na teoria, acabou sendo chamado de movimento modelo institucional ofertista linear, dentro da PCT. Ofertista porque o Estado oferta recursos para os cientistas implementarem as pesquisas que eles desejam e, também porque não dirige o fomento de C&T para determinada direção. (MACIEL; FERNANDES, 2011).

Cabe salientar que, já nesse período, foi instituído o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) - importantes agências que se consolidaram no ramo de incentivos à pesquisa científica e tecnológica, em diversas modalidades. Nos dias atuais, a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), também, faz parte de tal quadro.

Durham e Gusso (1991 apud GUIMARÃES, 2002) obtemperam que:

> Apesar de viver um processo contínuo de desenvolvimento desde o início da década de 50, o parque científico e tecnológico brasileiro atingiu sua maior velocidade de crescimento durante os anos 70, que teve como base institucional principal as universidades públicas e como *locus* privilegiado os programas de pós-graduação. Ao longo de toda a década de 70 foram criados cerca de 800 novos cursos de mestrado e doutorado. [...] E foi nesse período que o tema C&T passou a frequentar, com ênfase nunca antes observada, o rol dos grandes objetivos nacionais. A primeira vez que C&T apareceram explicitamente nos planos estratégicos nacionais foi em 1968, no Plano Estratégico de Desenvolvimento. A partir daí, nos planos subsequentes durante toda a década seguinte, o tema passa a ser presença constante.

Na década posterior, mais precisamente em 1984, é sancionada a Lei nº 7.232 que "dispõe sobre a Política Nacional de Informática, e dá outras providências" (BRASIL, 1984), estabelecendo mecanismos de implantação e de divulgação dessa política, em âmbito nacional. Em 1985, criou-se o Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação (MCTI), através do decreto nº 91.146; entretanto, somente em 2006, com o decreto nº 5.886 é que foi estabelecida a competência do Ministério.

> Como órgão da administração direta, o MCTI tem como competências os seguintes assuntos: política nacional de pesquisa científica, tecnológica e inovação;

> planejamento, coordenação, supervisão e controle das atividades da ciência e tecnologia; política de desenvolvimento de informática e automação; política nacional de biossegurança; política espacial; política nuclear e controle da exportação de bens e serviços sensíveis. (BRASIL, 2008).

Atualmente, o MCTI conta com quatro secretarias, a saber: Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (SEPED); Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (SECIS)[6]; Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (SETEC); Secretaria de Política de Informática (SEPIN). A condução da política de C&T, no país, é de responsabilidade do referido Ministério, cujo "[...] objetivo dessa política é transformar o setor em componente estratégico do desenvolvimento econômico e social do Brasil, contribuindo para que seus benefícios sejam distribuídos de forma justa a toda a sociedade". (BRASIL, 2008).

Um dos marcos regulatórios, neste campo, é a Constituição Federal (CF) de 1988, que assegurou e legitimou, legalmente, o papel do Estado como um garantidor do desenvolvimento da política de C&T, porém, não exclusivamente, pois, a legislação afirmava que as empresas seriam incentivadas e beneficiadas para contribuírem no processo.

> Art. 218. O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas. § 1º - A pesquisa científica básica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso das ciências. § 2º - A pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional. § 3º - O Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia, e concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho. § 4º - A lei apoiará e estimulará as empresas que invistam em pesquisa, criação de tecnologia adequada ao País, formação e aperfeiçoamento de seus recursos humanos e que pratiquem sistemas de remuneração que assegurem ao empregado, desvinculada do salário, participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade de seu trabalho. § 5º - É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica. Art. 219. O mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e sócio-econômico (sic), o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do País, nos termos de lei federal. (BRASIL, 1988).

Os artigos 218 e 219 da CF/1988 foram regulamentados pela lei nº. 10.973/2004, que "dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências". (BRASIL, 2004). A normatização, conhecida como a *Lei de Inovação,* se propõe a incentivar as parcerias entre instituições de ensino superior, empresas e institutos tecnológicos, a aumentar o potencial da indústria brasileira no empenho

do desenvolvimento de produtos de inovação no campo da C&T e, consequentemente, a alargar a competitividade, no cenário mundial. Segundo dados do MCTI, em setembro de 2012, já se contavam dezesseis Estados brasileiros com leis específicas de apoio à inovação e quatro com projetos em andamento.

Em relação à inovação, no ano subsequente, em 2005, é regulamentada a Lei nº 11.196 - conhecida como *Lei do Bem* - que trata da concessão de incentivos fiscais às pessoas jurídicas, no campo da inovação tecnológica.

> § 1o Considera-se inovação tecnológica a concepção de novo produto ou processo de fabricação, bem como a agregação de novas funcionalidades ou características ao produto ou processo que implique melhorias incrementais e efetivo ganho de qualidade ou produtividade, resultando maior competitividade no mercado. (BRASIL, 2005).

Há várias interpretações conceituais, no que se refere à questão da inovação. Machado (2009, p.26) deslinda que "as inovações são isto: exercem fascínio, têm sentido polissêmico e apelo consensual, mas do ponto de vista sócio-histórico também podem ser lidas como o poder de imposição de um grupo social". Representa um termo que precisa ser problematizado, considerando-se que é recorrente quando se trata da política de C&T, há correntes que afirmam ser a inovação um abismo, ao pretender tornar obsoleto e desvalorizar tudo o que existe.

São vários os instrumentos legais que asseguram materialidade à Política de Ciência, Tecnologia e Inovação na realidade brasileira: uma essencial, ainda, é a Lei nº 9.279/1996, que versa sobre os direitos e os deveres relativos à propriedade industrial, à patenteabilidade dos produtos que, neste campo é efervescente, uma vez que, geralmente, estão relacionados às oportunidades de lucros altíssimos.

É importante destacar que, em 2007, foi instituído o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), que "é órgão consultivo de assessoramento superior do Presidente da República para a formulação e implementação da política nacional de ciência, tecnologia e inovação" (BRASIL, 2007).

Percebemos que se trata de uma atuação limitada, sem perspectiva de controle social, por parte da sociedade civil. No mesmo ano, foi lançado o Plano Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, priorizando quatro eixos: infraestrutura de pesquisa; áreas

---

[6] Tem como objetivo fazer a articulação com outros órgãos públicos de políticas que viabilizem o desenvolvimento econômico, social e regional, especialmente da Amazônia e do Nordeste e a difusão de conhecimentos e tecnologias apropriadas em comunidades carentes no meio rural e urbano. (BRASIL, 2008).

estratégicas; inovação empresarial; desenvolvimento social. O último se constitui num grande desafio para a Política de C&T e, inclusive, está entre as ações estratégicas do MCTI.

> O Desenvolvimento Social é uma das vertentes mais importantes das atuais políticas de Estado. Sua consolidação representa a promoção, a popularização e o aperfeiçoamento do ensino de ciências nas escolas, bem como a produção e a difusão de tecnologias e inovações para a inclusão social. Neste contexto estão a realização da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), a promoção da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, a implantação de Tecnologias Assistivas, Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs), apoio aos Telecentros e Arranjos Produtivos Locais (APLs), bem como a P&D para a Segurança Alimentar e Nutricional. (BRASIL, 2008).

Apesar da incorporação da discussão e de ações que visem ao desenvolvimento social dentro desta política - o que simboliza um avanço - é perceptível que, historicamente, as práticas que legitimaram o desenvolvimento da política de C&T têm sido o crescimento econômico. No discurso hegemônico que persiste, ao longo do tempo, o desenvolvimento social será decorrente do econômico; assim, pode-se dizer que há um apelo ideológico, nesse sentido. Portanto, concordamos plenamente com Maciel e Fernandes (2011), que narram que:

> [...] quatro questões são centrais na discussão acerca do modelo e padrão da política de ciência e tecnologia no país: os atores centrais na política voltada para o desenvolvimento social são a própria sociedade, e não os cientistas; o necessário reconhecimento do esgotamento da concepção de que o desenvolvimento social será uma consequência do desenvolvimento econômico; a insuficiência de recursos para viabilizar a prioridade do desenvolvimento social, presente no Plano Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação; a ausência de uma política de caráter público no âmbito da C&T, ou seja, passível de controle social.

Assim, compreendemos que as ações implementadas dentro da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação devam privilegiar a sociedade e evitar o distanciamento entre os discursos e a realidade vivida pela população. Os conhecimentos, os produtos, os instrumentos e os diversos serviços gerados por tal política devem estar voltados para os interesses e as necessidades da própria sociedade, em detrimento dos interesses de grupos específicos.

No Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com os dados da Secretaria da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico (2013), já na década de 1940, iniciaram as primeiras atividades em C&T no setor agropecuário, se expandindo, progressivamente, para outras áreas. Nos anos de 1990, foi criada a Secretaria de Ciência e Tecnologia; posteriormente, “a Lei 10.534, regulamentou o Artigo 235 da Constituição Estadual, instituindo o Sistema Estadual de C&T, e dispondo sobre o Conselho Estadual da área, que passou a ter a competência para definir a Política Estadual do setor”. (RIO GRANDE DO

SUL, 2013). Um dos programas desenvolvidos pela referida Secretaria é o ProUni RS[7]; há ainda, o Pacto Gaúcho pela Educação, que oferece cursos profissionalizantes, técnicos e tecnológicos. Salientamos que vários outros programas são implementados pela Secretaria de Ciência e Tecnologia, no Estado.

Na cidade de São Leopoldo/RS, território de nosso estudo, existe a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico, que compatibiliza os interesses dos dois setores. Apresenta como objetivo "promover o desenvolvimento industrial e tecnológico do município, como também o desenvolvimento comercial e de serviços, dando assistência à pequena e média empresa e ao cooperativismo". (SÃO LEOPOLDO, 2013). Não se identificaram evidências de ações ou de programas específicos desenvolvidos na área de Tecnologia no referido município, constando, exclusivamente, uma atuação: "implantar políticas de apoio e desenvolvimento do ensino profissionalizante e tecnológico". (SÃO LEOPOLDO, 2013).

2.3 Tecnologias Sociais: Contextualização e Percepções

É no Brasil que as TS se originam. Sua procedência corresponde ao início da primeira década do novo milênio. No entanto, o tema é discutido desde meados dos anos de 1960 e 1970, por atores inquietados com o modelo de desenvolvimento tecnológico, denominado como Tecnologia Convencional (TC) ou capitalista. Em oposição à TC, surge a Tecnologia Apropriada (TA) - movimento cujas discussões tiveram inspirações em Gandhi, que desafiou o império inglês na Índia, através da criação da primeira tecnologia apropriada, no final do século XIX.

> Por meio da crítica e proposição de alternativas à adoção indiscriminada das tecnologias implantadas pelas multinacionais em países da periferia do capitalismo, o movimento da tecnologia apropriada contribuiu para o debate a respeito dos projetos de desenvolvimento nacionais e, para muitos países, para a própria luta de libertação nacional. Esse foi o caso da Índia, que ostenta em sua bandeira a tradicional roca de fiar que Gandhi fazia questão de usar para valorizar as práticas e costumes tradicionais como instrumentos de luta contra o domínio colonial inglês. (RODRIGUES; BARBIERI, 2008).

[7] O Programa Universidade para Todos RS – ProUni RS tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais, em cursos superiores de base tecnológicas, que atuem em áreas prioritárias no desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, oferecidas em instituições Comunitárias de Ensino Superior. (RIO GRANDE DO SUL, 2013).

Diversas discussões e críticas foram lançadas ao termo TA, considerando seu caráter dual. No Brasil, o debate não foi relevante e a sociedade praticamente ignorou o tema. Dagnino (2010, p. 15) diz que a TA, "embora centrada no objetivo de desenvolvimento social, sua postura era defensiva, adaptativa e não-questionadora (sic) das estruturas de poder dominantes nos planos internacional e local".

> Como explicam Dagnino, Brandão e Novaes (2004), o conceito de TS é justamente uma evolução advinda das críticas e complementos realizados ao conceito de TA, visto ser estas últimas consideradas insuficientes para resolver os problemas sociais e ambientais, especialmente por estar pautadas por influências e percepções de grupos de pesquisadores do primeiro mundo e, portanto, desprovidas de neutralidade. (VENTURA; FERNANDEZ GARCIA; ANDRADE, 2012).

Nota-se que a TA, também, possui seus defensores: para Albuquerque (2009, p. 15), "A minha afinidade com o tema das Tecnologias Apropriadas reflete minha conscientização e crença no papel dessas tecnologias como meios para propiciar transformações sociais estruturantes e profundas". O fato é que a TA foi importante no sentido de provocar uma discussão mais aprofundada sobre o impacto das tecnologias e suas inovações na vida humana e do próprio planeta, em se tratando da relação de produção, de consumo e de exclusão. Salienta-se que outras denominações foram consideradas: Tecnologias Intermediárias, Tecnologias Alternativas, dentre outras.

> A TS se diferencia, sobretudo, por superar a concepção de "transferência de tecnologia" ainda presente na TA ao incluir, como elemento central das práticas que designa, a construção do processo democrático participativo e a ênfase na dimensão pedagógica. Assim, as populações, antes consideradas como "demandantes" de tecnologias, passam a ser atores diretos no processo de construção do desenvolvimento tecnológico, sem se limitar mais à "recepção" de tecnologias. (INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL, 2007, p.28).

Concordamos com Dagnino, (2010, p. 54), que indaga:

> Por que é necessário conceber Tecnologia Social (TS)?
> Essa pergunta pode ser preliminarmente respondida pela menção a duas razões. Primeiro, porque se considera que a tecnologia convencional (TC), a tecnologia que hoje existe, que a empresa privada utiliza, não é adequada para a IS[8]. Ou seja, existem aspectos na TC, crescentemente eficiente para os propósitos de maximização do lucro privado para os quais é desenvolvida nas empresas, que limitam sua eficácia para a IS. Segundo, porque se percebe que as instituições públicas envolvidas com a geração de conhecimento científico e tecnológico (universidades, centros de pesquisa etc.) não parecem estar ainda plenamente capacitadas para desenvolver uma tecnologia capaz de viabilizar a IS e tornar autossustentáveis os empreendimentos autogestionários que ela deverá alavancar. Isso torna necessário um processo de sensibilização dessas organizações e de outras,

[8] Inclusão Social.

> situadas em diferentes partes do aparelho de Estado e da sociedade em geral, a respeito do tema.

Ainda no início do milênio, mais precisamente no ano de 2001, foi criado o Instituto de Tecnologia Social (ITS), uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), com o objetivo de "promover a geração, o desenvolvimento e o aproveitamento de tecnologias voltadas para o interesse social e reunir as condições de mobilização do conhecimento, a fim de que se atendam as demandas da população". (ITS, 2002).

A TS ganhou contornos concretos no ano de 2004, em Brasília/DF, quando ocorreu o primeiro encontro sobre TS, envolvendo a sociedade civil, as organizações governamentais e as universidades, cujos interesses eram expressos a partir da interlocução de sujeitos implicados com as tecnologias, com a gestão e com a execução de projetos sociais e de geração de trabalho e renda. Ainda naquele ano, foi realizada a I Conferência Internacional e Mostra de Tecnologias Sociais, no Estado de São Paulo, na qual foi lançado o livro *Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento*, de autoria de sujeitos enredados com a temática.

Posteriormente, em 2005, ocorreu a criação da Rede de Tecnologia Social (RTS)[9], o que significou um salto qualitativo, naquele campo. Composta por diversos atores e por instituições incomodadas com o padrão de desenvolvimento e o avanço das tecnologias convencionais e atendendo aos intentos exclusivos do capitalismo, o modelo, historicamente, contribuiu para o processo de exclusões e de desigualdades.

Dagnino (2010, p. 11) relata que "a tecnologia convencional ou tecnologia capitalista é produzida pela e para a empresa privada", somente outro paradigma de tecnologia viabilizaria a inclusão social. Em se tratando da concepção de TS, há algumas instituições que disseminam seus conceitos e práticas. A RTS (2010) define que ela "compreende produtos, técnicas ou metodologias, reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que devem representar efetivas soluções de transformação social".

Salienta-se que a visão também é compartilhada pela Fundação Banco do Brasil (FBB) - entidade que estimula, incentiva e financia, em todo o país, práticas de Tecnologias Sociais, mantendo, virtualmente, um banco de TS. Outro conceito amplamente divulgado é do ITS (2007, p. 29), que define como: "conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que

---

[9] A missão da RTS é reunir, organizar, articular e integrar um conjunto de instituições e ações, com o propósito de contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável, mediante a difusão e a reaplicação, em escala, de Tecnologias Sociais. (RTS, 2011, p. 03-04).

representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida". Maciel e Fernandes (2011, p. 149) qualificam o debate, ao narrarem que:

> Para compreender o conceito de TS partimos do significado da palavra *tecnologia* como sendo um conjunto de conhecimentos, processos e métodos empregados em diversos ramos. De forma genérica, tecnologia pode ser definida como uma atividade socialmente organizada e baseada em planos e de caráter prático (Baumgarten, 2006). Ao empregarmos o complemento *social*, entendemos que esse conjunto de conhecimentos, processos e métodos deva estar à disposição da sociedade, visando efetivação e expansão de direitos, assim como o desenvolvimento social. A adesão do termo social à tecnologia traz a dimensão socioambiental e a construção de processos democráticos e o objetivo de solucionar as necessidades da população, para a esfera do desenvolvimento tecnológico.

O governo brasileiro tem contribuído na disseminação de TS e implementado algumas ações, através do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Ademais, tem incentivado a construção de cisternas no semiárido brasileiro, local que, historicamente, sofre com a falta de chuva; atualmente, neste ano de 2013, há 555. 818 cisternas, todas financiadas pelo MDS, beneficiando mais de 500 mil famílias, numa metodologia que está sendo exportada para outros países, dentre outras ações.

O MCTI disponibiliza, em um dos seus eixos de atuação, a TS, referenciando como objetivo: "contribuir para a redução do quadro de pobreza, analfabetismo, fome e exclusão social por meio da utilização de Tecnologias Sociais". (MCTI, 2008). Calha acrescentar que as ações do poder público, em relação às TS, são muito tímidas e, comumente, é a sociedade civil que tem assumido tal compromisso. A seguir, apresentam-se as principais características da TS:

> 1) ser adaptada a pequenos produtores e consumidores de baixo poder econômico; 2) não promover o tipo de controle capitalista, segmentar, hierarquizar e dominar os trabalhadores; 3) ser orientada para a satisfação das necessidades humanas (produção de valores de uso – "o mundo não é uma mercadoria, tal como nos informa o lema do Fórum Social Mundial"); 4) incentivar o potencial e a criatividade do produtor direto e dos usuários; 5) ser capaz de viabilizar economicamente empreendimentos como cooperativas populares, assentamentos de reforma agrária, a agricultura familiar e pequenas empresas. Por fim, a TS estaria mais imbricada à realidade das sociedades locais, de modo que pudesse gerar respostas mais adequadas aos problemas colocados em um determinado contexto. (NOVAES; DIAS, 2010, p. 114-115).

Percebemos que as TS se expressam como um caminho voltado mais para o social, considerando o robusto adjetivo e desencadeando um processo que privilegia como fundante a participação dos sujeitos, pois, somente eles têm propriedade para construir e para desenvolver uma tecnologia includente. Nesse paradigma, o conhecimento popular é tão relevante quanto o produzido pelas universidades, uma vez que abrange a realidade, com

todos seus determinantes sociais, econômicos, religiosos, culturais e políticos, sem deixar de esclarecer que o vivido pode ser expresso de múltiplas formas. Para Fernandes e Maciel (2010, p. 19) "as TS podem nascer no seio de uma comunidade ou no ambiente acadêmico. Podem, ainda, aliar saber popular e conhecimento técnico-científico. Importa essencialmente que sua eficácia seja multiplicável, propiciando desenvolvimento em escala".

As TS têm como pressuposto estabelecer uma relação dialógica com os sujeitos implicados no processo, privilegiando a dimensão da coletividade, em detrimento do individual, além de privilegiar outra lógica de geração de trabalho e de renda, diferentemente da mercadológica, baseada na produtividade, na competitividade e no lucro. Um exemplo de TS é a Economia Solidária, através dos empreendimentos solidários.

> [...] os ESs, entendidos como uma forma de mobilização e organização dos excluídos e como motor crucial da TS. Esse tipo de empreendimento por suas características de participação dos envolvidos e a busca da autogestão são potencialmente mais do que "demandantes" de TS e podem atuar na produção material e geração de Tecnologias Sociais. Os ESs também se configuram como um parceiro ideal para geração de TS porque promovem concretamente um questionamento estrutural à forma de produzir capitalista. Os ESs, se apoiados na TS, poderão ensejar uma revitalização das formas associativas e autogestionárias que a classe trabalhadora historicamente tem privilegiado para organizar a produção material e resistir contra o avanço do capital. Talvez devam, por isso, ser considerados como a "ponta de lança" do movimento social brasileiro. (DAGNINO, 2010, p. 15).

Ademais, as TS, além de representarem uma ferramenta estratégica impulsionadora de processos de inclusão social dos economicamente excluídos do mundo produtivo, podem ser potencializadas para o desencadeamento de ações que visem à inquietude, frente ao modelo de organização de acumulação capitalista, o que seria basilar para uma reação da classe trabalhadora que padece com o avanço do capital. Salienta-se que as TS primam pela sustentabilidade planetária e vislumbra que uma sociedade só pode ser includente se respeitar e preservar os recursos naturais, que são finitos. O padrão de desenvolvimento tecnológico é incompatível com a realidade dos recursos ambientais. Urge o rompimento dessa lógica, em que tudo é justificável pelo desenvolvimento econômico, o que reforça a importância de uma tecnologia que responda, efetivamente, aos anseios e às necessidades humanas[10].

---

[10] As necessidades humanas básicas como categorias objetivas e universais, que devem ser satisfeitas concomitantemente, são: saúde física e autonomia. Nenhuma das duas categorias constitui um fim em si mesmo; ambas são condições prévias ou pré-condições, cuja satisfação adequada poderá impedir a ocorrência de sérios e prolongados prejuízos à participação social e à libertação do ser humano de qualquer forma de opressão. O objetivo último, portanto, da satisfação concomitante dessas duas necessidades básicas é contribuir para a participação das pessoas tanto nas formas de vida e cultura das quais fazem parte (autonomia de agência) quanto nos processos de avaliação e crítica dessa cultura, com o propósito de melhorá-la ou modificá-la (autonomia crítica). (PEREIRA, 2000, p. 83).

Pelo conjunto do exposto, compreende-se que é essencialmente plausível a institucionalização das TS como Política Pública, como defendem vários segmentos e instituições sociais. As TS se constituem como propriedade pública pertencente à coletividade, não necessitando de royalty e de patentes para sua utilização, o que significa que podem - e devem - ser criadas, recriadas e reaplicadas, com baixo custo e em diferentes contextos, considerando-se as particularidades e os interesses locais.

É oportuno destacar que no interior do grupo de atores que defendem as TS, há movimentos contraditórios, não há homogeneidade. Conforme alertado por Dagnino (2010), alguns reconhecem que elas apresentam elementos condizentes com a responsabilidade social empresarial, outros, entretanto, a percebem como contributiva para o alcance da sociedade socialista. Isto tem suscitado amplos debates e tensionamentos sobre a conceitualização implicada as Tecnologias Sociais.

3 TECNOLOGIAS SOCIAIS: APROXIMAÇÃO COM AS REFERÊNCIAS E AS REALIDADES

Figura 3- O quê? Por quê? Para quê?

Fonte: FREITAS, 2010.

A minha posição é a de constante interrogação.
José Saramago (2012).

Veicula na mídia televisiva - também disponível no Youtube - uma propaganda que transmite a seguinte mensagem aos telespectadores: “não são as respostas que movem o mundo, são as perguntas”. (FUTURA, 2011). Particularmente, apreciamos muito o anúncio, por ser extremamente provocativo, possuir conteúdo com poder de inquietar o receptor da mensagem, instigando o ouvinte a pensar, a questionar, enfim, a movimentar-se, o que se alinha à crença que permeia este estudo: o poder da interrogação.

Neste sentido, várias perguntas emergiram, acerca da prática sobre o objeto deste estudo, no que concerne às TS e sua interface com o Serviço Social, no processo de formação e do exercício profissional. Nosso propósito, portanto, é apresentar as respostas encontradas, assim como as novas perguntas que se desvelaram.

Ao longo deste capítulo faremos diferentes aproximações com as referencialidades sobre as TS, assim como suas realidades no campo da formação e do exercício profissional do/a assistente social. Através dos achados, pretendemos dialogar com as áreas de conhecimento que estão problematizando sobre TS, a fim de provocar e de qualificar o debate com o Serviço Social.

3.1 Percurso Metodológico da Pesquisa

A pesquisa realizada foi de abordagem qualitativa, visto que, segundo Martinelli (1999), “no que se refere às pesquisas qualitativas, é indispensável ter presente que, muito mais do que descrever um objeto, buscam conhecer trajetórias de vida e experiências sociais dos sujeitos”. O estudo teve caráter exploratório, através da realização de revisão bibliográfica e da aproximação com os profissionais de Serviço Social.

O ato investigativo teve como objetivo geral: analisar os processos de formação e trabalho dos assistentes sociais com as Tecnologias Sociais e apontar propostas para a sua qualificação, na perspectiva do projeto ético-político profissional. Os objetivos específicos foram: analisar as concepções de TS na contemporaneidade; reconhecer e analisar as concepções e experiências de TS presentes nas bibliografias e no exercício profissional dos assistentes sociais; identificar e analisar a incorporação das TS nos processos de formação em Serviço Social; avaliar se o projeto social Cidadania.com: assessoria e informação se constitui como TS.

Para a concretização deste estudo, submetemos o projeto de pesquisa ao CEP, obrigatoriamente necessário para pesquisas com seres humanos, sob o CAAE 19283913.2.0000.5344, com parecer favorável à sua execução. Inserimos o projeto na Plataforma Brasil em 30 de junho de 2013 e a aprovação final foi concedida em 06 de agosto do mesmo ano. A avaliação do CEP (2013) considerou que a pesquisa não oferecia riscos aos participantes e, como benefícios, “[...] permite contribuir para a ampliação dos conhecimentos e dos espaços e trabalho do Serviço Social no campo das Tecnologias Sociais", concluindo que “[...] considerando a abrangência da proposta, destaca-se sua pertinência e relevância para um trabalho de conclusão de curso em Serviço Social”. (CEP, 2013).

Após o retorno, iniciou-se a fase de coleta de dados, realizada concomitantemente com os assistentes sociais e o estudo bibliográfico. As fontes pesquisadas para contemplar a categoria TS foram os artigos acadêmicos produzidos no Brasil, a partir da base de dados da biblioteca virtual Scielo. O estado da arte sobre TS e Serviço Social foi alcançado a partir da aproximação com os trabalhos publicados no XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS/2010, o XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS/2012 e as publicações contidas na Revista Serviço Social e Sociedade, que se encontram digitalizadas - isto é, de janeiro de 2010 ao primeiro semestre de 2013.

A investigação sobre a presença das TS no processo de formação em Serviço Social foi realizada junto às Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social da ABEPSS, sobre os

PPPs e os currículos dos cursos de Serviço Social de duas universidades públicas do Rio Grande do Sul e duas universidades privadas.

O estudo das concepções e das experiências dos assistentes sociais sobre as TS deu-se junto a profissionais de São Leopoldo/RS, a partir de uma amostra do tipo intencional. Foram escolhidos e convidados doze profissionais, que atuam no município em instituições cadastradas no projeto Cidadania.com: assessoria e informação, todos profissionais devidamente inscritos no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) 10ª região, sendo seis com atuação em organizações governamentais e seis em instituições da sociedade civil, de diferentes políticas públicas, ambos com, no mínimo, dois anos de inserção em seus espaços sócio-ocupacionais. Os contatos com os assistentes sociais foram realizados de forma presencial, por correio eletrônico e também por telefone. Todos/as assinaram o TCLE, pelo qual se reafirmou o sigilo no uso das informações e da identidade dos/as participantes.

Os dados foram analisados a partir da referência de Minayo (1992, p. 209), com a aplicação da análise temática que "consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objetivo analítico visado".

A exposição dos resultados e a análise da pesquisa realizada junto aos assistentes social ocorrerão no capítulo 4, justificadas pela densidade dos produtos deste trabalho.

3.1.1 Concepções de TS: Resultados e Discussões

A coleta dos dados bibliográficos que se referem ao conceito de TS foi realizada na Biblioteca Virtual[11] Scielo. A investigação buscou contemplar, no título de artigos brasileiros, a palavra-chave Tecnologia Social, no singular e no plural, sendo localizados trinta e um artigos científicos. A análise inicial foi a partir da leitura dos títulos e dos subtítulos, posteriormente, dos resumos dos artigos e das palavras-chave; nesta avaliação, identificamos que somente onze trabalhos se tratavam de TS.

A análise temática referenciada por Minayo (1992) foi desenvolvida conforme as fases propostas pela autora, garantindo, com isso, a operacionalização e a qualificação do estudo. Na fase de exploração do material, isto é, na codificação dos dados, identificamos as unidades de registro, após exaustivas leituras do material.

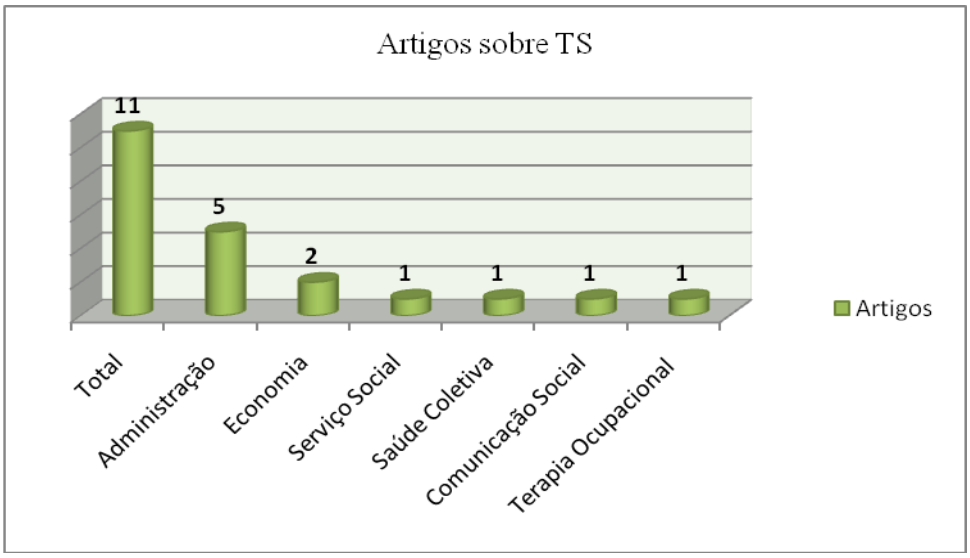
---

[11] As bibliotecas virtuais são como grandes catálogos, provedores de informação, uma ampliação da base de pesquisa para cientistas e estudantes com acesso a documentos, como teses, periódicos e até mesmo livros, de forma cada vez mais fácil. (ORTIZ; PALLONE, 2003).

Em seguida, quantificamos os achados e, a partir disso, construímos as concepções com base em cada área do conhecimento.

Dentre os onze artigos que tematizaram sobre TS, constatamos que a área de conhecimento que vem explorando, com maior afinco, o campo temático é a Administração, com cinco artigos, constituindo, assim, certa hegemonia em relação às demais áreas de conhecimento. Encontramos artigos nas seguintes áreas: Economia, Serviço Social, Saúde Coletiva, Terapia Ocupacional e Comunicação Social. Os onzes artigos foram publicados no período de 2008 a 2013. Salientamos que, nesta pesquisa, não definimos periodização. Os artigos serão nomeados como: F1; F2; F3; F4; F5; F6; F7; F8; F9; F10; e F11. A distribuição dos artigos conforme as áreas de conhecimento se apresenta no Gráfico 1, a seguir.

Gráfico 1 - Biblioteca Virtual Scielo - Artigos sobre TS conforme Área do Conhecimento



Fonte: Elaborado pela autora (2013).

Em relação à concepção de Tecnologia Social, a referência mais utilizada foi a do ITS: "conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida", explorada em quatro artigos, seguida pela definição da RTS, com três artigos: “as Tecnologias Sociais são um conjunto de produtos, técnicas ou metodologias transformadoras, desenvolvidos na interação com a população e apropriados por ela, que representam efetivas soluções de transformação social”. Essas instituições se constituem como referencialidades em relação às TS no cenário brasileiro, latino-americano e, até mesmo, mundial.

O autor mais citado foi Renato Dagnino. Destacando-se como referência teórica neste campo, veja-se a colocação do F4:

> Segundo Dagnino (2008), o conceito de tecnologia social é novo, "revolucionário" (transformador social) e será cada vez mais incorporado às políticas públicas, às ações de governo, ao mercado e ao meio acadêmico. De acordo com esse autor, essa tecnologia visa promover a inclusão social e surgiu para contestar a tecnologia convencional, que causou altos índices de desemprego. (BONILHA; SACHUK, 2011, p. 414).

Em seguida, redigem-se os destaques desvelados no estudo sobre as TS, a partir das diferentes áreas de conhecimento.

Para a Economia, as TS podem ser compreendidas como "formas de organização da atividade econômica", "produção de algo útil" e que "as TS possam ser "autoinstitucionalizadas de várias maneiras"; exemplificando esse conceito, o F1[12] aponta "uma atividade ou uma série delas (como produzir um rádio, plantar arroz, realizar uma cirurgia, fazer um bolo, começar um novo negócio). [...] Esses passos exigem insumos particulares e, em alguns casos, equipamentos, infraestrutura, etc.". (CONCEIÇÃO, 2012, p. 116). O autor mais mencionado foi o economista Richard Nelson.

A área da Administração situa as TS como um processo que gera "inclusão social", contribuindo para a "construção de soluções – solucionador de problemas"; ela se constitui entre a "fusão do saber popular com o conhecimento especializado", visando aos "interesses coletivos" e colaborando para a "sustentabilidade – meio ambiente". As referências teóricas mais utilizadas são as de Renato Dagnino.

A Saúde Coletiva relaciona as TS como "acesso a oportunidades de ocupação e renda", principalmente, para as populações mais vulneráveis economicamente. As TS têm se apresentado como forma de inclusão ao mundo do trabalho, cooperando concretamente para a melhoria da "qualidade de vida" das comunidades. Há uma sugestão para que sejam realizados estudos avaliando o impacto econômico das iniciativas de TS. Ademais, de acordo com F9, "as TS estão comprometidas com a inclusão social e com o ideário da sustentabilidade ambiental". Foram realizadas aproximações teóricas com vários autores, como Dagnino, Novaes, Dias. Calha salientar, aqui, que outros foram citados, mas estes se destacaram.

O campo da Comunicação Social assinala que as TS são um conceito em construção e que, apesar dos debates, não há uma definição acabada que abarque seu conteúdo, mas

---

[12] Formulário.

adverte que já extrapola sua origem. A referencialidade explorada foi a do ITS, não apresentando autores relacionados ao tema.

No que tange à área de Terapia Ocupacional, não se identificou conceitos sobre Tecnologias Sociais, no entanto, discorreu-se sobre uma significativa experiência, segundo o F11: “as oficinas de atividades com jovens têm se constituído como uma tecnologia social de aproximação, (re)construção de projetos e ampliação de redes de suporte junto a jovens advindos de grupos populares urbanos em situação de vulnerabilidade social”. (LOPES, et. al, 2011). Igualmente, não houve menção a autores sobre TS.

O Serviço Social, por sua vez, identifica as TS como “processos participativos, democráticos e coletivos” que contribuem para o “desenvolvimento social”. São apresentadas como “alternativas para suprir as necessidades e/ou demandas sociais” e está diretamente implicada com a “dimensão socioambiental”. Destacamos a diversidade de fontes teóricas mencionadas no artigo analisado: Instituto de Tecnologia Social, Rede de Tecnologia Social, Fundação Banco do Brasil, Dagnino, Brandão, Novaes, Dias e as próprias autoras, em publicações anteriores sobre a temática.

A fim de avançarmos analiticamente, apresentamos, no quadro que segue, a sistematização das concepções, segundo a área de conhecimento.

Quadro 1- Tabulação dos Dados sobre Concepções de Tecnologias Sociais

Economia	Formas de organização da atividade econômica Produção de algo útil "Autoinstitucionalizadas" de várias maneiras
Administração	Inclusão Social Construção de soluções - solucionar problemas Fusão do saber popular com o conhecimento especializado Interesses coletivos Sustentabilidade – Meio Ambiente
Serviço Social	Processos participativos, democráticos e coletivos Desenvolvimento social Alternativas para suprir necessidades e/ou demandas sociais Dimensão socioambiental
Saúde Coletiva	Acesso a oportunidades de ocupação e de renda Qualidade de vida Comprometidas com a inclusão social e com o ideário da sustentabilidade ambiental
Comunicação Social	Conceito em construção Já extrapola sua origem
Terapia Ocupacional	Não apresentou conceitos

Fonte: Elaborado pela autora (2013)

Diante dos resultados apresentados, concordamos com Dagnino (2010), que aponta as TS como algo *revolucionário*, uma *inovação social*, enfim, um *transformador social*. Entretanto, esperávamos quantitativamente maiores publicações sobre a temática, na fonte estudada. Independentemente da quantidade, os estudos demonstraram certa sintonia nas definições - somente a área econômica apresentou um viés mais fechado, economicista.

Pudemos perceber que a questão socioambiental foi uma categoria recorrentemente utilizada nestes estudos, diria-se, fundante. Assim, compreendemos que as TS representam um paradigma que prioriza as dimensões sociais e ambientais e que, com dupla perspectiva, busca-se um processo de transformação, considerando a pluralidade de conhecimentos, através de relações dialógicas e coletivas que apontem para a construção de uma sociedade includente e sustentável.

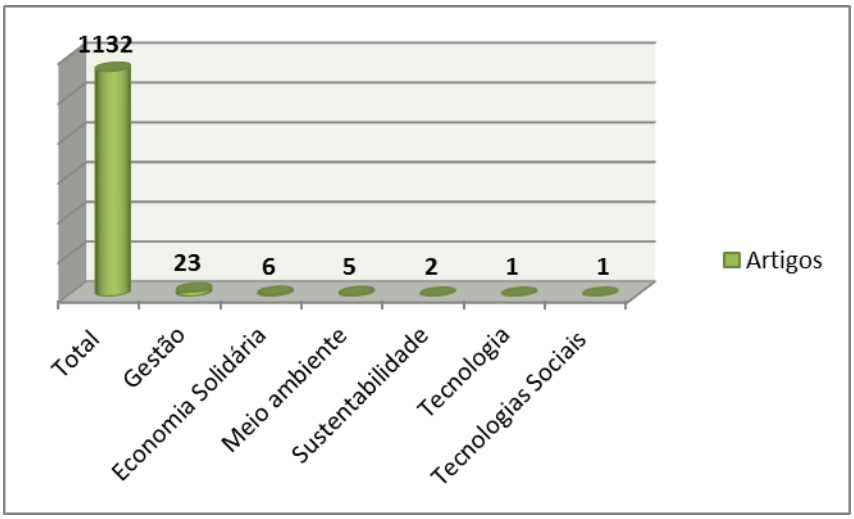
3.1.2 TS e Serviço Social: Achados e Inquietações

Neste item, buscamos identificar se o Serviço Social está tematizando sobre TS e quais as concepções adotadas. Para tal análise, elegemos como fonte de dados o XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS)[13] realizado em Brasília em 2010, o XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), ocorrido em 2012, em Juiz de Fora e a Revista Serviço Social e Sociedade, que estão digitalizadas. Ressaltamos que as fontes selecionadas se constituem como renomados instrumentos de publicização, em matéria de Serviço Social.

No CBAS do ano de 2010, foram aprovados e apresentados um total de 1.132 trabalhos, todos arquivados nos anais do congresso. Por meio da busca, identificamos apenas um trabalho sobre TS e outro, com referência ao termo Tecnologia. Nos temas relacionais, apareceram artigos sobre gestão, economia solidária, meio ambiente e sustentabilidade. Salientamos que a elegibilidade desses temas e a sua intersecção com as TS partiram das leituras iniciais. O Gráfico 2, na sequência, esboça nossos achados.

[13] É o maior evento do Serviço Social brasileiro, realizado a cada três anos. [...] É um evento de natureza político-científica, cujos debates subsidiam a construção da agenda das entidades nacionais da categoria – conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO – para o próximo triênio. Constitui, ainda, importante espaço de divulgação da produção científica e técnica da área do Serviço Social, por meio da apresentação de trabalhos e comunicações pelos profissionais e estudantes, além de lançamentos de livros. (CBAS, 2013).

Gráfico 2 – CBAS - Artigos sobre TS e Temas Relacionais



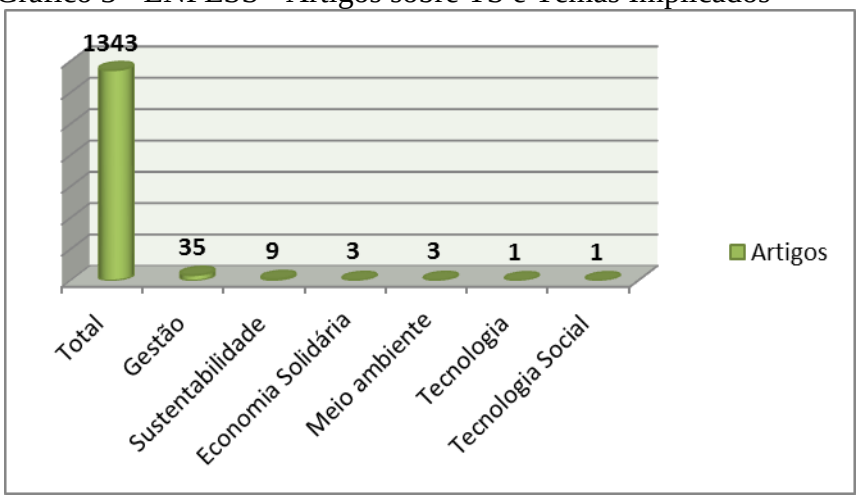
Fonte: Elaborado pela autora (2013)

O artigo apresentado no CBAS aponta que as TS "vêm se consolidando, como uma estratégia de sustentabilidade frente a grupos sociais, comunidades, tendo no seu cerne a inclusão social". (ALVES, 2010). Para tal autora, as Tecnologias Sociais representam outro paradigma concatenado com a dimensão socioambiental e nelas consiste a possibilidade de reverter os rumos do avanço tecnológico. Nesse sentido, contribuem efetivamente para, "melhoria das condições de vida das populações e consequentemente, para a transformação social. As mesmas vêm se apresentando como novos arranjos produtivos que geram inclusão social através de iniciativas comunitárias de repensar e agir como sujeitos protagonistas". (ALVES, 2010). Os autores mais abordados foram: Chaves, Novaes, Dagnino e a RTS.

Em relação ao XIII ENPESS[14], o resultado da investigação não foi diferente da busca ao CBAS. Novamente, encontramos apenas um artigo publicado sobre TS, isso com 1.343 apresentações, nas diversas modalidades. Nos temas implicados, localizamos artigos sobre gestão, sustentabilidade, economia solidária, meio ambiente e tecnologia. A seguir, demonstramos nossas descobertas com o Gráfico 3.

[14] Voltado para pesquisadores, professores e estudantes de Serviço Social e áreas afins, o evento tem o objetivo de discutir e de fortalecer a produção de conhecimento da área do Serviço Social, contribuir com o debate intelectual e com o intercâmbio acadêmico. (ENPESS, 2012).

Gráfico 3 - ENPESS - Artigos sobre TS e Temas Implicados



Fonte: Elaborado pela autora (2013)

O trabalho sobre TS publicizado no ENPESS é resultado de uma pesquisa realizada com professores da Universidade Federal do Amazonas. A autora da pesquisa investigou se os docentes tinham apropriação sobre o tema. O estudo apontou que eles têm entendimento, no entanto, pouco abordado e divulgado na academia. Segundo este trabalho, "Mais que um conceito, as TS representam um caminho possível para a melhoria das condições de vida das populações e, consequentemente, para a transformação social". (MOREIRA, 2012). Evidenciamos, a partir das considerações da autora, que as TS são fruto das lutas e dos movimentos de reivindicação por direitos sociais. As referências aplicadas foram as do ITS, da RTS e do autor Aelson Silva Almeida.

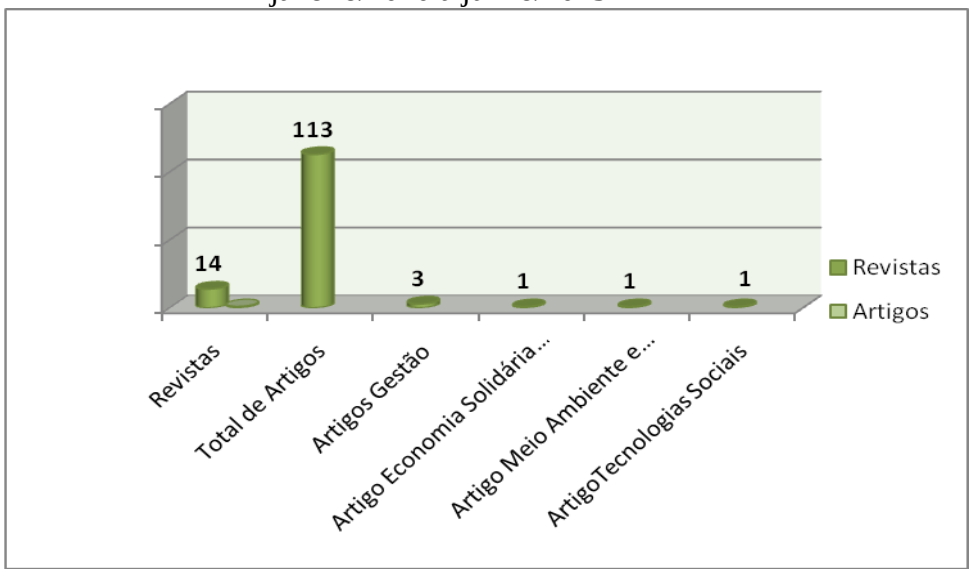
No que se refere à investigação realizada na Revista Serviço Social e Sociedade[15], delimitamos nosso estudo às revistas que se encontram digitalizadas, isto é, do período de janeiro de 2010 a junho de 2013. Vale ressaltar que as publicações são trimestrais, o que significa que foram analisados quatorze exemplares, compreendendo um universo de 113 artigos.

A investigação se propôs a identificar, no sumário, através da leitura dos títulos e dos subtítulos, artigos sobre TS e Tecnologia, no singular e no plural, assim como temas correlatos. Localizou-se apenas uma publicação sobre o tema, intitulada "Tecnologias Sociais: interface com as políticas públicas e o Serviço Social", presente na revista nº105, de 2011. Esclarecemos que a publicação é a mesma que se encontra na biblioteca virtual Scielo.

[15] A Revista Serviço Social & Sociedade direciona-se para a categoria dos assistentes sociais e para profissionais de áreas afins. Tem como público: professores, pesquisadores, alunos e profissionais, constituindo-se em espaço que instiga e estimula a interlocução no interior do Serviço Social e com outras áreas do conhecimento. (SILVA, 2011, p. 02).

Identificamos, ainda, três produções sobre Gestão (Revista nº107/2011 – dois artigos e nº114/2013), um artigo sobre Economia Solidária e Cooperativismo (Revista nº105/2011) e outro sobre Meio Ambiente e Cooperativa (Revista nº106/2011). O Gráfico 4 evidencia nossos achados.

Gráfico 4 - Revista Serviço Social & Sociedade – Artigos sobre TS e Temas Afins - período janeiro/2010 a junho/2013



Fonte: Elaborado pela autora (2013)

Para Maciel e Fernandes (2011, p. 148), autoras do artigo sistematizado na Revista Serviço Social & Sociedade,

> [...] as Tecnologias Sociais têm emergido no cenário brasileiro como um movimento de "baixo para cima", que se caracteriza pela capacidade criativa e organizativa de segmentos da população em gerar alternativas para suprir as suas necessidades e/ou demandas sociais. Não se constituem, ainda, em políticas públicas, mas vêm obtendo um reconhecimento crescente no que se refere à sua capacidade de promover um novo modelo de produção da ciência e da aplicação da tecnologia em prol do desenvolvimento social.

O movimento supracitado - de baixo para cima - é condizente com a provocação de Dagnino (2010). Conforme seus escritos, somente quem sente e vive processos de exclusão pode expressar as reais necessidades dos excluídos. É ineficaz qualquer processo que vise solucionar os *problemas sociais*, se não partirem desse patamar. Por isso, sua crítica às universidades, que produzem conhecimento a partir de sua estrutura, inversamente - de cima para baixo - o que, historicamente, tem contribuído para ações paternalistas, assistencialistas e descontínuas.

É preciso que as universidades mantenham uma lógica mais interativa com a comunidade. Construindo relações de horizontalidade e reconhecendo sua função social de agente potencializador de transformações, a partir do conhecimento que produzem, interligado com o conhecimento popular, em suas diversas experiências - e não acima dele.

A partir do debruçamento realizado nos três artigos encontrados, foi possível constatar algumas experiências de TS, que vêm sendo desenvolvidas no solo brasileiro. Apresentamos, no Quadro 2, tais experiências.

Quadro 2 - Experiências de TS a partir dos Artigos Publicados em Serviço Social

Experiências de TS	
Barraginhas	Contenção de águas da chuva: como um telhado, o solo coleta a água das chuvas e concentra, em forma de enxurradas. […] aplica à região do cerrado, semiárido e outras onde predominam solos porosos.
Banco de Palmas (Fortaleza/CE)	É um banco comunitário. [...] sistema econômico que conta com uma linha de microcrédito alternativo (para produtores e consumidores), instrumentos de incentivo ao consumo local (cartão de crédito e moeda social circulante) e alternativa de comercialização (feiras e lojas solidárias).
Encauchados de Vegetais da Amazônia	A TS combina técnicas ancestrais de saber indígena, no manuseio do látex nativo, com as atuais tecnologias usadas nas indústrias para a transformação da borracha em artefatos.
Central Justa Trama (7 Estados)	Trata-se de agricultores familiares, coletores de sementes, fiadoras, tecedores e costureiras que formam a Justa Trama, marca da Cadeia Ecológica do Algodão Solidário. [...] Os empreendimentos cobrem todos os elos da indústria têxtil - do plantio do algodão à roupa (produzida na Cooperativa Justa Trama em Porto Alegre-RS).
Rede Industrial de Confecção Solidária – RICS (Porto Alegre/RS)	Formada por grupos de trabalhadoras gaúchas que integram a rede de empreendimentos autogestionários da RICS; esta TS foi consolidada a partir de um convênio entre a Oscip Guayi e o Grupo Hospitalar Conceição, de Porto Alegre/RS, para costurar a linha hospitalar.
Produção Agroecológica Integrada e Sustentável - PAIS	É um modelo circular de agricultura orgânica que tem sido difundido pela FBB, desde 2005. [...] Promove a segurança alimentar aliada à formação de crianças e jovens, como garantia da subsistência de agricultores e preservação ambiental.
Construção de Cisternas (semiárido)	É uma tecnologia popular para a captação de água da chuva e representa solução de acesso a recursos hídricos para a população rural dispersa do semiárido brasileiro. Construída com placas de cimento, permite armazenar dezesseis mil litros de água - o suficiente para o uso de uma família de cinco pessoas, durante o longo período da seca, que se estende por até oito meses.
Extensão Universitária (UFAM/ AM)	Por meio de TS, pode-se trocar conhecimento e reaplicá-lo em diversas comunidades, procurando a melhoria de vida de determinado grupo social. [...] Urge que a universidade “crie vínculos com a sociedade de interação e não de transferência de tecnologias”.

Fonte: Elaborado pela autora (2013)

As experiências ora apresentadas revelam a diversidade de campos em que as TS podem ser implantadas e replicadas. Compreendem desde produtos que podem ser comercializados até técnicas desenvolvidas juntamente com a comunidade, como o caso das barraginhas e da construção de cisternas, a fim de solucionar o problema crônico da falta de água na região do semiárido brasileiro.

A extensão universitária também foi citada como uma experiência metodológica e instrumental de TS. Para Moreira (2012), "a extensão universitária e a tecnologia social têm como público alvo a comunidade e, portanto, visam à realização de ações que contribuam em diferentes níveis para o desenvolvimento social". Percebemos claramente nessas experiências a dimensão ambiental e social implicada às ações, revelando um cuidado com o meio ambiente e com os sujeitos.

O presente estudo demonstrou que as TS ainda não são um tema relevante ou de interesse no Serviço Social; diante do universo pesquisado, encontramos somente três trabalhos publicados - número inexpressivo quantitativamente, mas com riquíssimo conteúdo teórico e experiências práticas. Ressaltamos que as sistematizações se constituem numa referencialidade para o Serviço Social, considerando a escassez de produções sobre TS, assim como a importância do tema, emergente para os assistentes sociais. Em relação à geografia, dois trabalhos são do Estado do Amazonas, publicações no CBAS e ENPESS e outro do Rio Grande do Sul, contido na Revista Serviço Social & Sociedade.

Os enfoques dados nesses estudos evidenciam que ainda é tímida a discussão sobre as TS e o Serviço Social. Os títulos dos trabalhos explicitam fielmente seus conteúdos, a saber:

a) "Tecnologias Sociais como Alternativa de Sustentabilidade na Contemporaneidade";

b) "Avaliar para Conhecer: qual o entendimento dos docentes sobre Tecnologia Social?";

c) "Tecnologias Sociais: interface com as políticas públicas e o Serviço Social".

Somente no terceiro trabalho se traça um debate teórico e prático sobre as TS e sua vinculação com o Serviço Social, propondo a urgente inclusão da temática na agenda da profissão. Entretanto, é unânime o reconhecimento das TS "como novos arranjos produtivos que geram inclusão social através de iniciativas comunitárias de repensar e agir como sujeitos protagonistas de uma história". (MOREIRA, 2012).

3.1.3 TS no Processo de Formação em Serviço Social: Descobertas e Desafios

Objetivamos identificar se as TS estão sendo incorporadas nos processos formativos em Serviço Social. Para tanto, selecionamos quatro instituições de ensino superior (IES) do Rio Grande do Sul, duas públicas, denominadas, neste estudo, de PU/1 e PU/2 e duas privadas, PR/1 e PR/2, esclarecendo que PU significa pública e PR, privada.

Cabe destacar que a não exposição das instituições justifica o resguardo de sua identificação, conforme recomendação do trato ético na investigação. As Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, de 1996, também se constituem como base de dados, considerando que dispõem sobre os pressupostos da formação profissional.

Na etapa analítica realizada nessa fonte, não identificamos menção às TS. Como recomendação para a formação profissional, aparece "propiciar ao aluno o acesso aos recursos de informática, como instrumento de trabalho acadêmico e profissional". (ABEPPS, 1996, p. 34). Ademais, verificamos como matérias básicas a serem trabalhadas na formação, os temas da gestão e socioambiental. Assim, entendemos que se trata de uma visão um tanto reducionista da dimensão da tecnologia e do seu impacto na formação e no exercício profissional do assistente social, ou mesmo, simplista demais.

Registramos que a aprovação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS ocorreu em 1996 - momento em que a internet era praticamente um *luxo*, à qual pouquíssimos tinham acesso no contexto brasileiro, cuja popularização se deu com a chegada da banda larga no Brasil, aproximadamente no ano de 2000, com o *boom* das redes sociais. Não queremos reduzir a tecnologia à dimensão da internet, mas, certamente ela provocou alterações imensuráveis no processo de formação e de trabalho, de forma generalizada.

A partir de 1996, com a normatização das diretrizes curriculares da ABEPPS, a dimensão da formação passa a ter centralidade na profissão. A adoção da teoria social crítica pelo Serviço Social pressupõe um profissional com um acúmulo teórico intelectivo que orienta todo o ser e o fazer profissional. Para a ABEPSS (1996, p.7), "a formação profissional expressa uma concepção de ensino e aprendizagem calcada na dinâmica da vida social, o que estabelece os parâmetros para a inserção profissional na realidade sócio-institucional (sic)".

Nessa etapa, foram analisados os PPP dos cursos das IES selecionadas, as grades curriculares, as atividades de ensino, além da grade, as atividades de pesquisa e de extensão. Esclarecemos que os PPP das instituições públicas encontram-se publicizados nos sites das universidades, no entanto, as privadas não os divulgam, o que constitui uma política interna das instituições. Solicitamos, por correio eletrônico, às coordenações dos cursos da PR/1 e

PR/2, o envio do PPP, com a finalidade do estudo. A PR/2 atendeu nossa solicitação; já a PR/1 respondeu que o PPP "não está disponível para fontes externas"; assim, analisamos os PPP de três das quatro universidades selecionadas.

Somente uma universidade apresentou as TS como uma capacidade a ser desenvolvida pelos/as alunos/as: "propor, implantar e implementar **Tecnologias Sociais**, informacionais e processos de inclusão digital". (PR/2, 2013). As demais ignoraram o tema nos processos de formação dos seus acadêmicos/as: a PU/2 (2013) indicou como habilidade "operar microcomputador".

O PPP da universidade PU/1 foi elaborado no ano de 2008, da PU/2, em 2006, esta última informou que o novo PPP está em fase de construção e que, provavelmente, no próximo ano, já estará em vigor. O PPP da PR/2 é de 2006, tendo recebido, em 2009, alguns ajustes para atender à Resolução CGRAD nº 024/2009; contudo, neste ano (2013), também está sendo reconstruído; ao da PR/1, não tivemos acesso.

A dinamicidade dos currículos é importante porque buscam atender à qualificação da formação, considerando que a realidade social é dinâmica e está em permanente transformação.

Por fim, averiguamos no espaço virtual das IES e, em seguida, nas páginas dos Cursos de Serviço Social, tendo como descritores investigativos: Tecnologia Social e Tecnologia, no singular e no plural. Considerando, ainda, os temas implicados, discriminamos a seguir o perfil dos cursos pesquisados.

Quadro 3 - Perfil dos Cursos de Serviço Social Pesquisados

IES	PU - 1	PU - 2	PR - 1	PR - 2
Início do Curso	2010	2006	1948	1984
Carga Horária do Curso	3.060h	3.150h	-	3000h – 3600h/a
Estágio Obrigatório	480h 3 semestres	450h 2 semestres	540h 3 semestres	480h – 576 h/a 2 semestres
Trabalho de Conclusão de Curso	60h	120h	30h	120h
Atividades Complementares	210h	120h	120h	120h – 144h/a
Turno/Vagas	Noturno/30	Diurno/50	Noturno/60	Noturno/60

Fonte: Elaborado pela autora (2013)

Para a melhor exposição, compreensão e análise acerca dos resultados obtidos, apresentamos como segue:

PU/1 – Na busca realizada na página virtual da PU/1, encontramos uma linha de pesquisa intitulada, “Tecnologias Sociais para habitação de interesse social”, protagonizada pela área da Engenharia Civil. Constatamos no item “Extensão e Cultura” as linhas de extensão, dezessete no total, subdivididas em áreas temáticas, sendo uma delas, o “Desenvolvimento Tecnológico”, em que as TS aparecem como uma das possibilidades de atuação, por parte dos/as acadêmicos/as. Em relação à página do Curso de Serviço Social, assim como na grade curricular, não encontramos nenhuma referência sobre TS - somente temas implicados.

PU/2 – A instituição referida desenvolve, dentre os vários projetos de extensão, a “Incubadora de Economia Solidária e Novas Tecnologias Sociais: potencialização do desenvolvimento sustentável e da autonomia das experiências de geração de trabalho e renda na Região da Fronteira Oeste no Rio Grande do Sul”, tendo como órgão financiador o Programa de Extensão Universitária do MEC. No site da universidade, além desses dados, encontramos a divulgação do evento ocorrido em Santa Maria/RS, em meados deste ano, o XXVII Seminário de Extensão Universitária da Região Sul, com o tema: “Os Desafios da Interação Universidade-Comunidade: Extensão Universitária e as Tecnologias Sociais”, evento que buscou discutir a relação entre universidade e sociedade. Na investigação realizada na grade curricular da graduação e na própria página virtual do curso, as TS não se apresentam como possibilidade a ser tematizada pelos/as acadêmicos/as.

PR/1 – Na investigação realizada no site desta IES, localizamos, no caminho virtual, uma Coordenadoria de Desenvolvimento Social, cuja finalidade é “assessorar e fomentar projetos, ações e serviços de desenvolvimento social, extensão comunitária e assistência social”; constituída em quatro eixos, destacamos o 3º Eixo: Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Tecnologia Social, tendo como principais projetos: Projeto Travessia[16] e Articulação Rede[17] – A Rede de Incubadoras Universitárias Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs). No que se refere à pesquisa, não visualizamos registro sobre o tema, nos deparamos com a publicização de um evento, “3ª Mostra de Tecnologias Sociais da PR/1”, realizado em abril do corrente ano. Na página do Curso de Serviço Social, não foi

[16] Aproximando Universidade e Comunidade na integração ao Mundo do Trabalho – Trabalho direcionado ao acompanhamento de grupos, famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social na promoção da integração ao mundo do trabalho; realização de processos de formação e assessoria técnica voltados à geração de trabalho e renda na perspectiva da economia solidária. (PR/1, 2008).

[17] Surgiu em 1999 e atualmente é composta por mais de cem incubadoras pelo país. Ela surge para integrar de forma dinâmica as incubadoras e favorecer a transferência de tecnologias e conhecimentos. As incubadoras têm como objetivo principal desenvolver e disseminar conhecimentos sobre cooperativismo e autogestão, contribuindo para o desenvolvimento da economia solidária. (PR/1, 2008).

vislumbrado algum apontamento sobre TS, assim como na grade curricular e nas atividades complementares.

PR/2 – Nesta busca, encontramos um projeto de pesquisa de Mestrado denominado "Avaliação de uma Tecnologia Social Aplicada para a Capacitação de Profissionais da Área da Educação, Saúde e da Rede de Proteção a Crianças e Adolescentes sobre Direitos, Violência e Mediação de Conflitos". A pesquisa está em andamento, com previsão de término em 2013. Deparamo-nos, também, com uma Especialização em Gestão do Social, que oferece uma disciplina sobre o tema, "Inovação e Tecnologia Social". Ainda, o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais oferta uma disciplina denominada "Empreendedorismo e Inovação Social", com um eixo a ser explorado: "Tecnologia Social e Inovação".

Na grade curricular do Curso de Serviço Social desta IES, não visualizamos alusão às TS, assim como nas atividades optativas e complementares. No entanto, há um ícone denominado "Projetos", onde os/as acadêmicos/as podem atuar como espaço de pesquisas e de estágios - cinco, no total - são eles: Cidadania.com: assessoria e informação; Observatório da Realidade e das Políticas Públicas do Vale do Rio dos Sinos – ObservaSinos; Programa de Ação Socioeducativa na Comunidade – PASEC; Programa de Práticas Sociojurídicas – PRASJUR e Programa de Envelhecimento Humano – Promaior, dentre os referidos projetos de extensão universitária, os três primeiros são considerados projetos de TS, por parte dos seus coordenadores. A PR/2 também possui uma incubadora de empreendimentos econômicos solidários, denominada como Tecnologias Sociais para Empreendimentos Solidários (Tecnosociais)[18], que se constitui como campo de estágio. Cabe salientar que os programas de Pós-Graduação desta universidade, de modo tímido, estão tematizando as TS.

No Quadro 4, demonstramos os achados em relação às disciplinas implicadas às TS, nas grades curriculares.

Quadro 4 - Grade Curricular dos Cursos de Serviço Social Pesquisados

IES	Grade Curricular – Atividades Acadêmicas Correlatas
PU - 1	Gestão e Controle Social I e II (obrigatória) Economia Solidária (Optativa)
PU - 2	Gestão Social I e II (obrigatória) Sustentabilidade Ambiental e Economia Solidária (Optativa)
PR - 1	Gestão e Planejamento do Trabalho Social (obrigatória) Gestão Social no Terceiro Setor (obrigatória) Empreendedorismo Social (obrigatória)

[18] Desenvolve e acompanha iniciativas associadas à geração de trabalho e renda, promovendo empreendimentos econômicos solidários. (PR/2, [2013?]).

	Desenvolvimento Social e Preservação Socioambiental (obrigatória)
PR - 2	Planejamento e Gestão Social (obrigatória) Gestão e Responsabilidade Social (obrigatória) Gestão de Projetos (Optativa)

Fonte: Elaborado pela autora (2013)

O quadro apresentado desvenda que os currículos dos Cursos de Serviço Social investigados seguem a vertente das Diretrizes Curriculares da ABEPPS e ainda não incorporaram a dimensão das Tecnologias e das TS nas grades curriculares, mesmo os espaços da universidade, especialmente das ciências humanas, sendo cada vez mais reduzidos para a ocupação de empresas tecnológicas.

Calha reiterar, novamente, com base nos incessantes movimentos investigativos, que as TS carecem de maior aprofundamento teórico e experimental, por parte das universidades, já que o tema causa estranhamento no alunado e certa *repulsa* nos professores. A pesquisa realizada por Moreira (2012) apontou tais dados, percebendo um frágil entendimento dos docentes acerca das TS e pouca divulgação do tema, na academia.

Contraditoriamente, outro dado que nos chamou a atenção foi que três das quatro universidades pesquisadas desenvolvem projetos de incubadora de empreendimentos econômicos solidários e de TS, configurando como tendência contemporânea implementada pelas instituições de ensino superior.

> Os anos 90 foram marcados pelo surgimento de alternativas de geração de trabalho e renda para a população em situação de exclusão. Em um contexto de grave crise social, foi criada dentro da Universidade Federal do Rio de Janeiro a primeira experiência de incubação de empreendimentos voltados à população de baixa renda: as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP). Esta matriz teórica foi disseminada através de transferência metodológica, tendo como referência a ITCP/COPPE/UFRJ. (SALOMÃO, [2013?]).

A experiência inicializada no Rio de Janeiro pulverizou-se por todo o Brasil. Nos últimos anos, houve uma disseminação de incubadoras tecnológicas para empreendimentos populares ou solidários - fenômeno crescentemente explorado pelas universidades públicas e privadas. A metodologia de incubagem permite aos centros acadêmicos participar ativamente da conjuntura local, isto é, da vida econômica e social do seu entorno. Conforme Salomão, [2013?], “A construção coletiva do processo vêm agregando conhecimentos e nuances das leituras da realidade local, regional, nacional e mesmo mundial”.

A citação explicita a potencialidade das universidades como agentes de transformação social, em dupla perspectiva: na formação dos/as alunos/as, profissionais que irão atuar na - e

com - a realidade e com a comunidade. Isso depende do compromisso político que assume com a sociedade e os diversos interesses em jogo.

No capítulo quatro, discutiremos os limites e as possibilidades da atuação das universidades, frente ao contexto contemporâneo das exigências de mercado e como isto tem rebatimento direto, no processo de formação dos/as profissionais.

4 TECNOLOGIA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: CAMINHOS POSSÍVEIS?

De tanto ver, a gente banaliza o olhar — vê... não vendo.
Experimente ver, pela primeira vez, o que você vê todo dia sem ver.
Parece fácil, mas não é: o que nos cerca, o que nos é
Familiar, já não desperta curiosidade.
[...] Nossos olhos se gastam no dia a dia, opacos.
... é por aí que se instala no coração o monstro da indiferença.
Otto Lara Resende,1992.

O assistente social é o profissional que precisa *ver*. Acreditamos que ele, necessariamente, tem que *ver* o que ninguém *vê*. Nosso receio é que, em meio ao cotidiano, o profissional perca a visão e passe apenas a *ver* sem enxergar, sem curiosidade e sem criticidade. Consideramos que há uma linha muito tênue entre a visão crítica e a indiferença.

Em meio aos olhares atentos, procurando sempre *ver*, identificamos algumas curiosidades, em relação às TS e sua conexão com o Serviço Social. O primeiro questionamento foi: há conexão? O que é TS? O projeto Cidadania.com é uma TS? Os assistentes sociais têm entendimento sobre TS? O Serviço Social está tematizando TS? Na formação, estão tratando sobre este tema? Enfim, foram várias inquietações implicadas à temática, questões que partiram da prática, da intervenção, o que confirma que o exercício profissional do assistente social se constitui em dupla perspectiva: investigação/intervenção.

> [...] a atitude investigativa é uma dimensão inseparável do processo de formação profissional e do cotidiano do Serviço Social, e que não se trata apenas de avançar no campo do conhecimento. É fundamental garantir a unidade entre o saber, o fazer, o saber fazer e o refazer, ancorados em uma clara compreensão do tipo de sociedade que queremos construir. (MORAES; JUNCÁ; SANTOS, 2010).

Dessa forma, temos como pretensão, neste capítulo, promover uma aproximação entre as TS e o Serviço Social a partir das respostas dos/as participantes da pesquisa. Ainda, dialogaremos com autores/as que emprestaram seus olhos para enriquecer nossos estudos. Não aspiramos apresentar conclusões, mas ambicionamos envolver mais olhares sobre o tema. Nesse sentido, o processo investigativo é essencial. O movimento parte da realidade para o campo mais amplo da teoria e retorna à realidade, com outros elementos que buscam transformar tal realidade. Denomina-se o movimento de práxis, segundo Konder (1992 apud CFESS, 2012, p.13) como: “[...] a ação que, para se aprofundar de maneira mais consequente,

precisa da reflexão, do autoquestionamento, da teoria; e é a teoria que remete à ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e desacertos, cotejando-os com a prática".

4.1 TS no Exercício Profissional dos Assistentes Sociais: Conhecer para Intervir

Após o mapeamento de instituições cadastradas no banco virtual do projeto Cidadania.com: assessoria e informação da UNISINOS, selecionamos doze entidades que atuam nas diversas políticas sociais do município de São Leopoldo/RS e que têm assistentes sociais em seu quadro funcional.

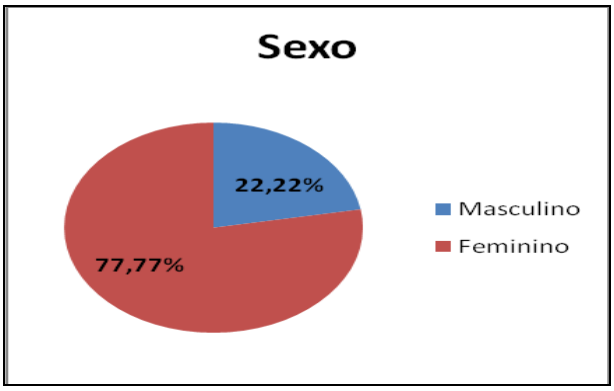
O contato foi feito diretamente com o/a profissional, de forma presencial, por telefone e também por e-mail. Explicamos brevemente o tema e os objetivos da pesquisa. Em seguida, realizamos o convite para participar do estudo, o qual todos/as aceitaram. Enviamos, por correio eletrônico, o questionário e o TCLE, entretanto, um profissional solicitou a entrevista presencial, justificando não ter muitas habilidades com o uso das tecnologias.

Estabelecemos um prazo para os devidos retornos. Obtivemos nove questionários respondidos, embora a finalidade fosse a participação de dez profissionais. Assim, nossa amostra foi composta por nove assistentes sociais. A fim de atender aos pressupostos éticos das pesquisas com seres humanos, manteremos o sigilo, quanto à identidade dos mesmos. Os/as assistentes sociais serão nomeados de: AS/1; AS/2; AS/3; AS/4; AS/5; AS/6; AS/7; AS/8; AS/9.

Nos gráficos seguintes, apresentaremos o perfil dos profissionais de Serviço Social que compuseram a amostra.

O Gráficos 5 corrobora os indicadores históricos da profissão, que ainda se constitui como um trabalho predominantemente feminino. Nossos dados estão em consonância com a pesquisa realizada pelo CFESS (2005), que levantou o perfil dos assistentes sociais no Brasil, demonstrando, naquela ocasião, que a Região Sul possui o menor percentual de assistentes sociais homens - apenas 1%.

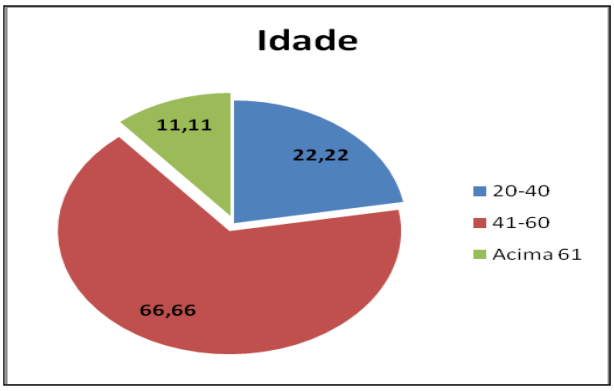
Gráfico 5 - Sexo dos Assistentes Sociais



Fonte: Elaborado pela autora (2013)

A prevalência da faixa etária dos/as pesquisados/as foi entre quarenta e um e sessenta anos de idade, sendo o índice de 66,66%, com variações entre trinta e cinco e setenta e dois anos de vida, o que demonstra um perfil de profissional com idade mais robusta. Na mesma pesquisa realizada pelo CFESS, em 2005, foi significativo o número de profissionais entre quarenta e cinco e cinquenta e nove anos que estavam em atividade.

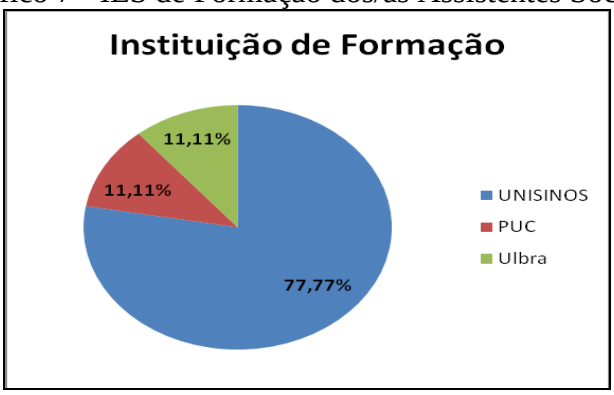
Gráfico 6 - Idade dos Assistentes Sociais



Fonte: Elaborado pela autora (2013)

No que se refere à instituição de formação dos assistentes sociais, a UNISINOS aparece expressivamente à frente das demais citadas. Isso remete à questão da territorialidade, uma vez que, em São Leopoldo/RS e no Vale do Rio dos Sinos, a instituição se constitui como referência na educação superior. O Curso de Serviço Social desta IES é um dos poucos presenciais da região, em andamento desde 1984, confirmando sua consolidação espacial e qualitativa.

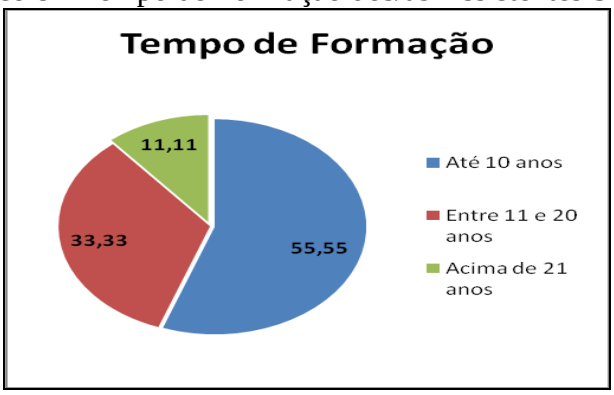
Gráfico 7 - IES de Formação dos/as Assistentes Sociais



Fonte: Elaborado pela autora (2013)

O tempo de formação dos/as profissionais, em 55,55%, foi de até dez anos de formação; 33,33% possuem entre onze e vinte anos de formatura. O assistente social com mais tempo de profissão formou-se em 1964 e o mais recente, em 2008; assim, houve variação entre cinco e quarenta e nove anos de formados/as.

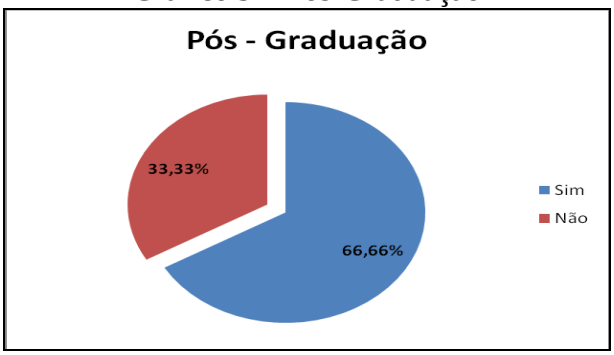
Gráfico 8 - Tempo de Formação dos/as Assistentes Sociais



Fonte: Elaborado pela autora (2013)

Sobre a educação continuada, 66,66% dos/as assistentes sociais referiram ter realizado algum curso de especialização após a graduação, alguns realizaram mais. No entanto, 33,33% disseram não ter frequentado nenhuma especialização.

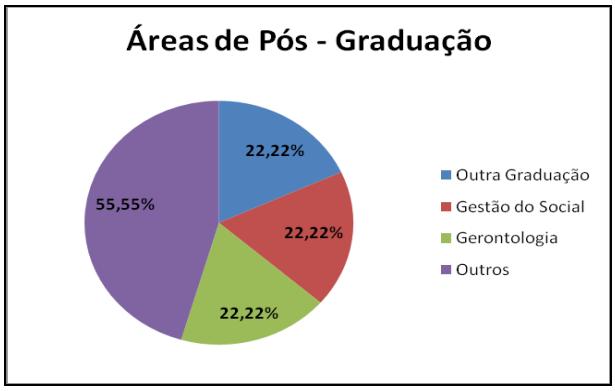
Gráfico 9 – Pós-Graduação



Fonte: Elaborado pela autora (2013)

As áreas de interesse da formação são as mais diversas como: Gestão do Social, Gerontologia, Educação Inclusiva, Terapia de Família, Associativismo, Cooperativismo e Serviço Social. 22,22% declararam estar investindo em outra graduação: Direito (em andamento) e Pedagogia (concluída).

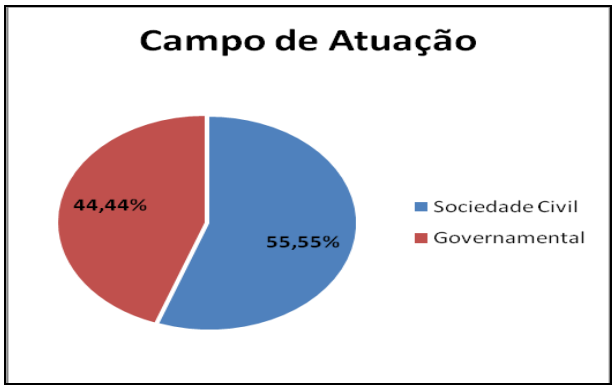
Gráfico 10 - Áreas de Pós-Graduação dos Assistentes Sociais



Fonte: Elaborado pela autora (2013)

Tínhamos como finalidade o percentual paritário de assistentes sociais que atuam em instituições da sociedade civil e governamentais, entretanto, isso foi inviabilizado. Assim, conforme o gráfico seguinte, 55,55% atuam em instituições da sociedade civil e 44,44%, no campo estatal.

Gráfico 11 - Campo de Atuação dos/as Assistentes Sociais

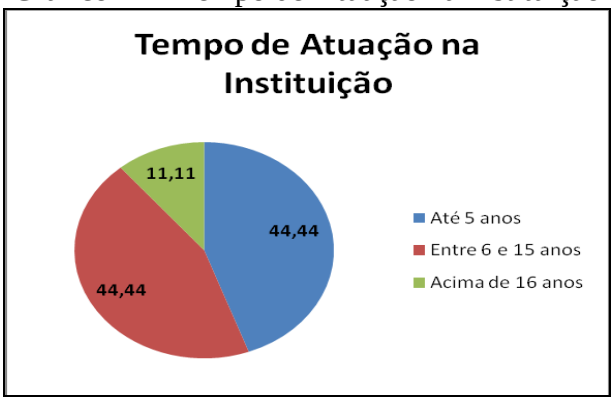


Fonte: Elaborado pela autora (2013)

O tempo de atuação dos profissionais, em seus espaços sócio-ocupacionais, foi de até cinco anos em 44,44%, sendo o mesmo percentual para os assistentes sociais que trabalham entre seis e quinze anos, no mesmo local. Constatamos uma variação entre dois e vinte e quatro anos de empregabilidade. Curiosamente, os/as trabalhadores/as com mais tempo nos empregos são de entidades da sociedade civil, apresentando um expressivo período de

permanência na mesma entidade - AS/8, “vinte e quatro anos”; AS/7 “treze” e AS/5, “sete anos”. O setor, desde a década de 1990, tem progressivamente se consolidado como um espaço de trabalho para os/as assistentes sociais.

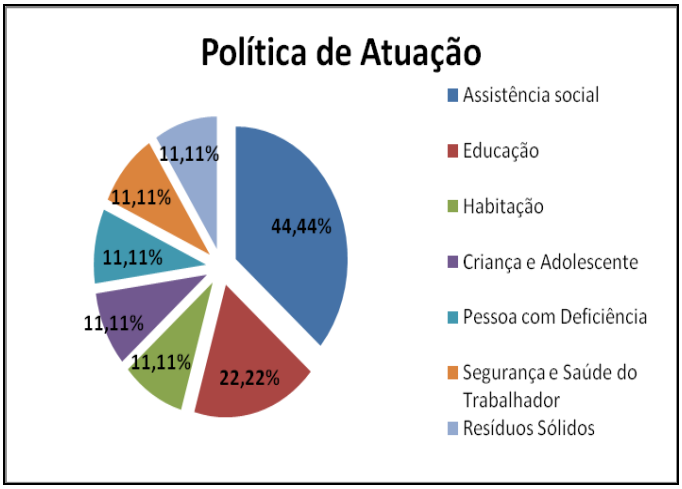
Gráfico 12 - Tempo de Atuação na Instituição



Fonte: Elaborado pela autora (2013)

A política de atuação dos/as profissionais, majoritariamente, foi a Assistência Social - 44,44% - sendo que 33,33% atuam na proteção social básica e 11,11%, na proteção social especial de média complexidade. Tais dados confirmam a realidade brasileira, em que a PNAS tem requisitado o maior percentual de assistentes sociais. AS/9 afirmou atuar em quatro políticas, além da *“Política Nacional de Assistência Social, a Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador e a Política Nacional de Resíduos Sólidos”.*

Gráfico 13 - Política de Atuação dos Assistentes Sociais



Fonte: Elaborado pela autora (2013)

Explanaremos, em seguida, as respostas dos/as assistentes sociais acerca do entendimento sobre TS, buscando identificar se estão sendo incorporadas no exercício profissional e quais as concepções e as experiências vivenciadas no processo de trabalho. É

necessário esclarecer que 33,33% dos assistentes sociais afirmaram não ter conhecimento algum sobre o tema, antes deste estudo. Conforme o AS/2 (2013), *"importante salientar que a aproximação com o assunto, TS, se deu a partir do convite para responder esta pesquisa".*

A experiência de TS mais citada pelos profissionais foi a economia solidária, seguida da sustentabilidade ambiental. Apresentaram, ainda, diversas experiências, de acordo com a sistematização que se pode conferir no Quadro 5. A economia solidária tem estreita relação com as TS, considerando que ela compõe os empreendimentos econômicos solidários que, segundo Dagnino (2010), "é o motor crucial das TS".

A economia solidária e as TS são formas de inclusão produtiva e de renda, com o objetivo de promover a inserção no mundo do trabalho dos sujeitos excluídos, pelo sistema capitalista - fenômeno agravado a partir da década de 1990, com a expansão das medidas neoliberais.

> A economia solidária é compreendida, neste estudo, como uma forma social produtiva de transição e em disputa, podendo tanto avançar para um modo de produção autogestionário, como se submeter e se tornar funcional ao capitalismo. Em grande parte, reúne iniciativas produtivas realizadas por um contingente de trabalhadores inseridos na economia informal, que é significativamente ampliada a partir da década de 1990, com os impactos dos processos de terceirização e flexibilização produtiva. (VARANDA; BOCAYUVA. 2009, p. 29).

A dimensão da sustentabilidade[19] é uma premissa das TS. Suas características fundantes são o incentivo e o desenvolvimento de práticas sustentáveis do ponto de vista socioambiental, pois, historicamente, o desenvolvimento tecnológico tem priorizado o crescimento econômico que contribuiu consideravelmente para o colapso ambiental no mundo. A questão da sustentabilidade é um tema recorrentemente utilizado nos dias atuais, a partir das mais diversas intencionalidades. Sobre a questão do desenvolvimento sustentável Diegues (1992, p.29) adverte que:

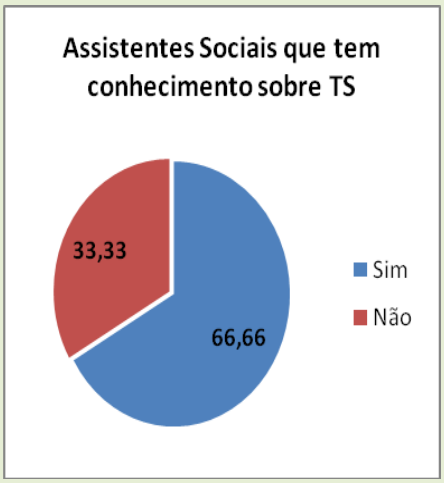
> Há fortes indícios, no entanto, que ele possa se converter em mais um dos modismos gradualmente incorporados pelas elites, sobretudo as do Terceiro Mundo, que nele vêem uma ocasião de buscar financiamentos para a "conservação ambiental" entendida em sua dimensão mais restrita, isto é a luta contra a poluição gerada pelo sistema socioeconômico que elas mesmas produziram e administraram. Um dos fatores preocupantes é o aparente consenso que existe a respeito do termo, ainda que o conteúdo seja diferente segundo o grupo social que o utiliza.

[19] A ideia de sustentabilidade precisa chegar de maneira compreensível para a ação das pessoas em seu cotidiano, deixando claro que sustentabilidade trata de processos coletivos e, não, individuais. A palavra-chave para compreendê-la é segurança. Sustentabilidade é a segurança de que a sociedade, ou pelo menos sua maioria, terá no futuro condições básicas de vida melhoradas. (OTTERLOO, 2010, p.156).

Trata-se de um tema que, certamente, precisa ser problematizado e enfrentado, visto que a dimensão ambiental é humana. Entendemos que não se pode fazer a dissociação entre o ambiental e o social e que os efeitos colaterais do tratamento dado à questão socioambiental afetam a humanidade, mas, principalmente, a população que vive em situação de pobreza e de exclusão.

Para Alves (2010) "as TS vêm se consolidando como uma estratégia de sustentabilidade frente a grupos sociais, comunidades, tendo no seu cerne a inclusão social". O Quadro 5, na sequência, esquematiza nossas descobertas.

Quadro 5 - Experiências de TS

Experiência de TS que os assistentes sociais têm conhecimento	
	Programa de economia solidária; Sustentabilidade ambiental; Educação popular feminista; Trabalho e renda; Valorização de culturas; Grupos de atendimento aos familiares; Tedy-x Unisinos; Grupo da horta comunitária; Programa Cozinha Brasil – SESI; Cooperativas de reciclagem de lixo; Fundação Itaú Social; Site Catarse; Programa Tecnosociais/Unisinos; Associação Mundo + Limpo.

Fonte: Elaborado pela autora (2013)

Perguntamos aos assistentes sociais o que caracterizava uma experiência de TS, a partir do entendimento individual. A dimensão da coletividade foi muito citada: praticamente todos caracterizaram as Tecnologias Sociais como uma expeiência do coletivo, desenvolvida com famílias, grupos, comunidades, ou seja, uma forma de atuação ampliada e que efetivamente contribui para a solução de problemas. Como obtemperam Rodrigues e Barbieri (2008, p. 1075), "[...] a tecnologia social implica a construção de soluções de modo coletivo pelos que irão se beneficiar dessas soluções e que atuam com autonomia, ou seja, não são apenas usuários de soluções importadas ou produzidas por equipes especialistas".

Novamente, aparece a associação direta das TS com a sustentabilidade. Na exposição seguinte, o profissional atribuiu uma experiência de TS como, simultaneamente, coletiva, sustentável e com cunho social. Para a AS/5 (2013), a TS é "*uma experiência coletiva que*

contribui para o desenvolvimento de um grupo com objetivos comuns, favorecendo o desenvolvimento social e sustentável deste grupo e consequentemente da sua comunidade".

O entendimento de 22,22% dos profissionais foi de acordo com a concepção de TS disseminada pela RTS. Outro destaque foi a colocação de um profissional que considera a TS como antagônica à forma de produção capitalista: *"alternativa de atuação junto a segmentos economicamente desprotegidos em uma lógica não capitalista*" (AS/8, 2013).

Diante das respostas, compreendemos que os/as assistentes sociais têm entendimento sobre o tema. Mesmo aqueles que, na questão anterior, afirmaram não ter conhecimento, contribuíram na caracterização das Tecnologias Sociais. Apreciemos a colocação do AS/6 (2013): *"Toda e qualquer ação que resulte em potencialidades concretas para superação de uma ou mais deficiências comunitárias e coletivas e que possa ser replicada com facilidade e de preferência de forma autônoma e a baixo custo"*.

O Quadro 6 subsequente ilustra os referidos apontamentos.

Quadro 6 - Entendimento dos/as Assistentes Sociais sobre TS

Caracterização de experiências de TS?
Uma ideia ou uma ação que é criada - ou pensada - para atender à sociedade e ao coletivo; Sustentabilidade apoiada na tecnologia; Conhecimento construído para solucionar problemas sociais; Interação entre os sujeitos envolvidos; Identificação e aprendizado com as experiências um dos outros; Solidariedade e sentimento de pertencimento; Experiência coletiva que contribui para o desenvolvimento de um grupo com objetivos comuns; Desenvolvimento social e sustentável; Ação que resulte em potencialidades concretas para q superação de uma - ou mais - deficiências comunitárias e coletivas; Replicada com facilidade, de forma autônoma e com baixo custo; Uma técnica, atualização permanentemente, caminhar junto; Alternativa de atuação junto a segmentos economicamente desprotegidos, em uma lógica não capitalista.

Fonte: Elaborado pela autora (2013)

Quando indagamos os/as profissionais sobre assistentes sociais que atuam em TS, 55,55% responderam não ter informação; 44,44% disseram conhecer e falaram sobre o fazer do profissional neste campo. O AS/1 contribuiu, com o seu depoimento:

> *"Interação com a comunidade, com as pessoas; identificação dos problemas que afetam as pessoas/ territórios (análise do contexto); mediação e facilitação dos processos de criação de possíveis soluções para o enfrentamento de problemas e*

> *avanços para a qualidade de vida das populações; sistematização dos processos desenvolvidos (institucional ou através do assessoramento no processo de reconhecimento, definição, elaboração da Tecnologia Social); produção de dados (indicadores) que demonstrem a modificação de uma determinada realidade; entre outros". (AS/1, 2013).*

A exposição indica a amplitude de possibilidades com que o assistente social está desafiado a atuar, na arena das TS, não apenas na execução, mas também, no assessoramento. *"Entendo que há um campo muito vasto e rico de atuação nas TS"*. (AS/8, 2013). Foram recorrentes as considerações em que o assistente social desponta como um agente que contribui efetivamente para a solução de problemas comunitários e sociais, como mediador, facilitador, também reconhecido como conhecedor do território onde atua.

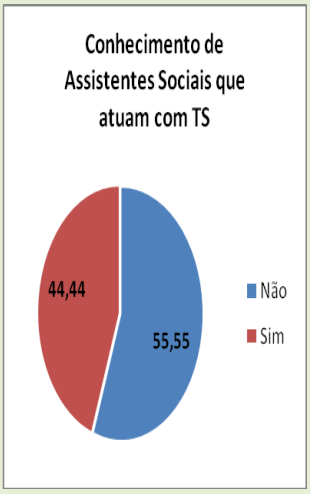
Constatamos que apareceu, ainda, a dimensão pedagógica do trabalho do assistente social, através do desenvolvimento de atividades socioeducativas, tão importantes no trabalho com o coletivo. Logo, a educação popular é fundamental.

> A educação popular constitui-se um paradigma educativo sistematizado por Paulo Freire que visa contribuir com o processo de conscientização e mobilização das classes subalternas, a partir de uma teoria referenciada na realidade, na valorização dos saberes populares e de uma base ética e política voltada para a transformação social. Ela aposta em metodologias dialógicas que estimulam a luta coletiva pela emancipação humana. (MACHADO, 2012, p. 152).

A educação popular consiste numa vertente includente. As práticas desenvolvidas devem fazer sentido à vida das pessoas e as ações devem propiciar informação, reflexão e politização, a partir da realidade daquela população.

Abreu (2011) refere que o assistente social, por ser um profissional que possui caráter educativo, pode contribuir no processo de organização/reorganização de uma cultura contra-hegemônica pelas classes subalternas. Explicitamos, no Quadro 7, os dados sobre o fazer do assistente social, no campo das TS.

Quadro 7 – Fazer do Assistente Social no campo da TS

Fazer dos Assistentes Sociais que atuam com TS	
	Interação com a comunidade, com as pessoas; Identificação dos problemas que afetam pessoas/ territórios; Mediação e facilitação de possíveis soluções, para o enfrentamento de problemas; Avanços para a qualidade de vida das populações; Produção de dados (indicadores); Promover espaços para solucionar algum tipo de problema social; Construindo efetivas soluções de transformação dos envolvidos; Fomentar a participação comunitária; Desmistificar quem detém o conhecimento, não são só gestores e técnicos; Atividades socioeducativas; Levar informações, facilitar o acesso e propor a reflexão crítica. Abordagens individuais, grupais e comunitárias; Lógica de solidariedade e cooperativismo.

Fonte: Elaborado pela autora (2013)

No tocante à contribuição específica do Serviço Social no campo das TS, os dados foram enriquecedores: 88,88% dos/as assistentes sociais afirmaram que há contribuição e apenas 11,11% alegaram que não.

> *"Acredito que o Serviço Social vem desenvolvendo e aperfeiçoando metodologias e linguagens que facilitam a abordagem e o diálogo com a sociedade, em especial, com os grupos e comunidades em situação de vulnerabilidade social, o que pode contribuir na criação de conexões entre as necessidades, os contextos e as soluções criativas, nunca perdendo de vista a dimensão dos direitos a serem garantidos pelo Estado. Acredito, ainda, que o projeto ético-político da profissão nos conduz justamente para o reconhecimento dos "outros" enquanto sujeitos de direitos, capazes de criar seus próprios projetos para a superação das diferentes questões que afetam a vida em sociedade". (AS/1,2013).*

O projeto ético-político da profissão foi a categoria mais citada neste item. Eles/as entendem que o referido projeto fornece subsídios éticos e intelectuais para a atuação nos mais diversos nichos, contribuindo efetivamente para o enfrentamento das expressões da questão social:

> *"o Serviço Social, ao formar, profissionais que irão trabalhar, intervir nas questões: emancipação, justiça social, transformação social, inclusão, baseados nos princípios que norteiam nosso projeto ético-politico profissional, assim, vai ter na TS um campo vasto para atuar". (AS/2, 2013).*

A visão que o assistente social possui sobre a questão social também foi citada, pois permite um olhar ampliado sobre os processos de desigualdades. Nesse ponto de vista, Maciel e Fernandes (2011) asseguram a potencialidade das experiências em TS.

> As iniciativas de TS se constituem em uma das mais profícuas alternativas de enfrentamento das expressões da questão social, por se tratar de experiências constituídas por meio das iniciativas comunitárias locais, pelo saber popular em articulação com os saberes acadêmicos, por processos participativos e democráticos e, fundamentalmente, pela capacidade em romper com a lógica linear de produção do conhecimento científico, já que a necessidade/demanda social é o fim primeiro da produção do conhecimento, ou seja, o conhecimento é colocado a serviço do desenvolvimento social e a tecnologia é uma mediação para a garantia dos direitos sociais, e não um meio para ampliar a competitividade do país na oferta de novos bens para o consumo. (MACIEL; FERNANDES, 2011, p. 162-163).

Assim, defendem a instituição das TS como políticas públicas, considerando seu potencial promotor de ações que visem ao desenvolvimento social e que busquem produzir conhecimentos que atendam às necessidades e às demandas da própria sociedade, não descolada dela.

> *"Penso, ainda, que este é um aspecto interessante da práxis do/a assistente social, se levarmos em conta a amplitude de possibilidades que as TS agregam para a articulação entre as políticas sociais, o fortalecimento dos processos organizativos e de sistematização de conhecimentos provenientes destas experiências, o que demanda a formação de profissionais qualificados, que possam dar conta de tais processos". (AS/9, 2013).*

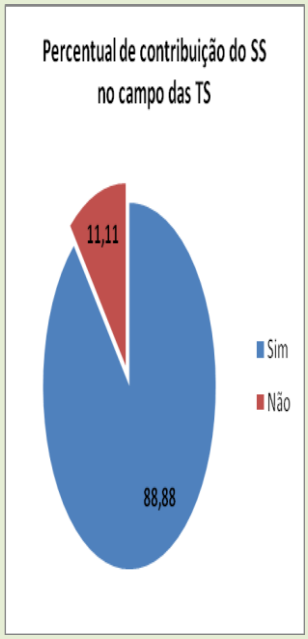
Este profissional estabeleceu, em sua fala, um nexo interessante entre a necessidade de uma formação qualificada para fazer enfrentamento aos desafios presentes nos processos de trabalho a que se insere o assistente social e as possibilidades de atuação, no campo das TS. Reconhece, ainda que o assistente social pode ser um disseminador de redes de TS, considerando suas competências, suas habilidades e suas estratégias que conformam uma práxis profissional.

Para Iamamoto (2011, p, 21), "as possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais. Cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades, [...] transformando-as em projetos e frente de trabalho". Identificar as TS como campo de possibilidades já é um avanço, no entanto, é preciso alavancar o projeto e impulsionar estrategicamente, a fim de efetivar este campo como espaço legítimo do exercício profissional.

Retornando à pesquisa, percebemos que o projeto ético-político se consolida no seio desta profissão como uma armadura para o enfrentamento das mais diversas dificuldades, que se colocam no cotidiano de trabalho. Verificamos certo empoderamento - diria-se, orgulho - por parte dos/as pesquisados/as, em ter como referência o projeto ético-político, que se fortalece pelo comprometimento da categoria em afirmá-lo e reafirmá-lo, no seu processo de trabalho. Conforme o CFESS (2009, p.15), "nosso projeto ético-político profissional só existe porque é resultado da construção coletiva por parte significativa da categoria de Assistentes Sociais. [...] Articula variadas formas de lutas e insiste em renovar-se incessantemente".

A seguir, o Quadro 8 explicita nossas referências temáticas sobre a contribuição do Serviço Social, no campo das TS.

Quadro 8 - Contribuição do Serviço Social no campo das TS

Contribuição especifica do SS no campo das TS	
	Projeto ético-político da profissão; Metodologias e linguagens que facilitam a abordagem e o diálogo com a sociedade; Criação de conexões entre as necessidades, os contextos e as soluções criativas; Dimensão dos direitos a serem garantidos pelo Estado; Reconhecimento dos outros, enquanto sujeitos de direitos; Intervir nas questões: emancipação, justiça social, transformação social, inclusão; Área da gestão e de desenvolvimento de comunidade, sustentabilidade; Contribuindo para a cidadania; Contribuir no rompimento de atitudes paternalistas e de poder; Potencializar a autonomia; Busca de uma transformação pessoal e social; A visão macro que os AS possuem a respeito das expressões da questão social; Articulação entre as políticas sociais, o fortalecimento dos processos organizativos e de sistematização de conhecimentos.

Fonte: Elaborado pela autora (2013)

Questionamos os/as participantes se a formação do assistente social contribui para o exercício profissional em TS e 88,88% disseram que sim, 11,11% afirmaram que sim e não, ao que expressamos tal colocação.

> *"No meu caso específico, entendo que não, pois os currículos que cursei, embora bastante abrangentes, não davam conta de uma série de aspectos necessários para a intervenção no universo atual das Tecnologias Sociais. Mas é claro que a formação do/a profissional é fundamental e necessária e pelo que vi dos novos*

> *currículos aprovados para o Curso de Serviço Social, já estão atualizados para contemplar tais aspectos. Entretanto, isso não desonera o/a profissional de procurar atualizar-se e aprimorar seu conhecimento para o atendimento das demandas cada vez mais complexas que emergem no contexto de seu fazer profissional, inclusive o campo das Tecnologias Sociais". (AS/9, 2013).*

Este profissional apontou que, mesmo não tendo uma aproximação com o tema no período da formação, isso não justifica que o/a assistente social não possa estar buscando novos conhecimentos e qualificando o seu fazer. Acreditamos que isto é válido para todas as áreas, pois a formação prepara o/a aluno/a para uma atuação mais generalista. É praticamente inviável aprofundar determinada temática, no intuito de atender tal formação. As Diretrizes Curriculares da ABEPSS tratam dos núcleos de fundamentação que devem compor os currículos dos cursos de Serviço Social, os quais, obrigatoriamente, precisam ser aprofundados.

> [...] entende-se que a efetivação de um projeto de formação profissional remete, diretamente, a um conjunto de conhecimentos indissociáveis, que se traduzem em NÚCLEOS DE FUNDAMENTAÇÃO constitutivos da Formação Profissional. São eles: 1- Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2-Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; 3- Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. (ABEPSS, 1996, p. 8).

Tais núcleos se constituem em conhecimentos que devem ser adquiridos e articulados no decorrer do processo formativo, por isso, há uma variedade de áreas do conhecimento que compõem estes currículos. Segundo Iamamoto (2011, p.73) "à formação profissional, podem ser tratadas em disciplinas, seminários temáticos, oficinas, laboratórios, atividades complementares, como monitorias, pesquisa, extensão, intercâmbios, etc.". Todas essas possibilidades se constituem como organismos formativos do assistente social. Os caminhos viabilizarão um perfil de bacharel em Serviço Social, com as seguintes competências:

> Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social. (ABEPSS, 1996, p.27)

Contrastando com AS/9, o AS/1(2013) revela que "*a formação propicia a base teórica, os princípios éticos e os instrumentos que propiciam uma atuação qualificada para o exercício profissional"*, ou seja, os eixos ético-político, teórico-metodológico e técnico–

operativo esmiuçados na graduação permitem ao assistente social, no seu exercício, a instrumentalidade necessária para uma atuação qualificada, independentemente do campo.

> A preocupação que move tais reflexões é de construir no âmbito do Serviço Social, uma proposta de formação profissional conciliada com os novos tempos, radicalmente comprometida com os valores democráticos e com a prática de construção de uma nova cidadania na vida social, isto é, de um novo ordenamento das relações sociais. (IAMAMOTO, 2011, p. 168).

O debate que envolve a questão da formação e do exercício profissional é basilar. Ambas as dimensões precisam ser tratadas articuladamente, considerando a dimensão sócio-histórica da profissão e do contexto brasileiro, os movimentos longínquos e os contemporâneos. Se num passado recente, nos mobilizamos para uma inflexão sobre a teoricização do Serviço Social – ou seja, o movimento de reconceituação, evento que mudou a história da profissão e definiu a teoria social crítica como direção norteadora - precisamos continuar vigilantes e manter o constante cuidado com os rumos da profissão.

> Com base na análise do Serviço Social, historicamente construída e teoricamente fundada, é que se poderá discutir as estratégias e técnicas de intervenção a partir de quatro questões fundamentais: o que fazer, porque fazer, como fazer e para que fazer. Não se trata apenas da construção operacional do fazer (organização técnica do trabalho), mas, sobretudo, da dimensão intelectiva e ontológica do trabalho, considerando aquilo que é específico ao trabalho do assistente social em seu campo de intervenção. (ABEPSS, 1996, p. 13).

Os processos de trabalho em Serviço Social são significativamente articulados com os processos de formação, o que se assegura, especialmente, pelos processos de supervisão e de estágios em Serviço Social. Nessa área, podemos contabilizar alguns avanços significativos, como as legislações que tratam do estágio e da supervisão, a Lei de Estágios nº 11.788 de 2008. Neste mesmo ano, foi aprovada a Resolução nº533, do CFESS, que regulamenta a supervisão direta na profissão. Em 2010, surgem a Política Nacional de Estágio (ABEPSS) e a Política de Educação Permanente, do conjunto CFESS/CRESS de 2012. Tais regulações, se efetivamente implementadas, conduzem um processo de supervisão em consonância com as diretrizes curriculares da ABEPSS.

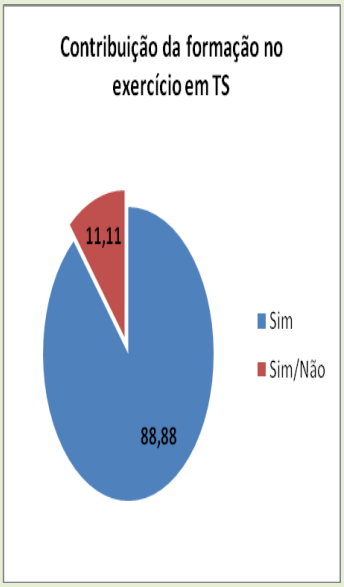
Importa reiterar que somente as legislações não garantem uma formação qualificada; são necessários mecanismos concretos de fiscalização. Assim, todos/as estão igualmente implicados - alunos/as, professores/as, assistentes sociais e os próprios usuários - a formação e o exercício profissional são desafios que se apresentam na atualidade.

Outro elemento referido pelos pesquisados/as foi que a formação técnica propicia um profissional crítico e não conformado, com desejo de transformação, aquele que acredita que é possível e que batalha para mudar um contexto. Tais características do assistente social estão diretamente relacionadas com os propósitos das TS.

> A concepção de TS vai além do enfoque no artefato e agarra-se no contexto e na realidade concreta dos sujeitos para transformar. É um posicionamento político, na medida em que é um situar-se no mundo das pessoas e de seu espaço, sua organização, de forma independente, autônoma e autogestionária. A TS é um instrumento pedagógico, pelo qual todos aprendem no construir das soluções. (ALMEIDA, 2010, p.14).

O Serviço Social, assim como as TS, requer a transformação de uma realidade de desigualdades e de exclusão em oportunidades, num processo que ocorre com os sujeitos - e não para os sujeitos. Conforme a AS/9 (2013), "*nesta perspectiva, tais tecnologias podem ser uma importante ferramenta de mediação na garantia dos direitos sociais e da inclusão social".* No Quadro 9, dispomos sobre os achados mencionados.

Quadro 9 - Contribuição da Formação no Exercício Profissional em TS

Contribuição da formação para o exercício profissional em TS	
	A formação propicia a base teórica, os princípios éticos e os instrumentos; Sem dúvida, pois vamos trabalhar com o coletivo; Valorização do ser humano; Promoção da cidadania; Pertencimento daquela comunidade com a sua realidade; Articulando o desenvolvimento local com necessidades sociais; Valorizamos o conhecimento popular; Acreditamos que é possível mudar um contexto; Projeto societário; Desejo de enfrentar as desigualdades; A formação técnica, os profissionais críticos e não conformados; Gostaria de aprofundar sobre Tecnologia Social. Hoje nós somos respeitados, valorizados, sinto orgulho de ser assistente social. Entendo que não, [...] os currículos que cursei, [...] não davam conta de uma série de aspectos necessários para a intervenção no universo atual das Tecnologias Sociais.

Fonte: Elaborado pela autora (2013)

Diante do revelado neste estudo, reconhecemos que há mediação entre as TS e o Serviço Social. As tecnologias se constituem num campo legítimo e estratégico de atuação dos profissionais. No entanto, há uma resistência em relação às TS e as tecnologias, de forma

geral. Perdura uma percepção de que as tecnologias estão inteiramente a favor do capital, os/as profissionais incorporam o discurso e acabam justificando o distanciamento sobre o tema. Consideramos que isso não é um posicionamento crítico, mas neutralizante.

> Trata-se, no entanto, de uma apropriação que continua a demandar uma análise concreta do processo social e das efetivas possibilidades de incorporação da tecnologia, numa perspectiva contrária aos valores capitalistas e favorável aos projetos sintonizados com sua superação. Constitui-se, assim, em uma possibilidade histórica de apropriação crítica da tecnologia, cuja efetivação depende da capacidade que os atores envolvidos demonstrarem de superar as posturas mistificadoras, simplificadoras e reducionistas largamente presentes no debate sobre este tema. (VELOSO, 2011, p. 69).

Assim, percebemos que a categoria profissional precisa se sensibilizar para o debate crítico e propositivo sobre as Tecnologias, considerando que fazem parte da realidade e das relações humanas. Para melhor compreensão das TS, é recomendável que se conheça os fundamentos históricos e sociais das Tecnologias, pois as TS foram criadas em oposição às Tecnologias vigentes - ou capitalistas. Apresentam-se, ademais, como proposta de resgate e de ressignificação de vida para os sujeitos descartados pelo sistema atual.

Compreendemos que o escopo das TS está em consonância com o projeto ético-político profissional, cujo princípio é a transformação social. Conforme refere a AS/5 (2013), *"[...] o Assistente Social, pode contribuir no rompimento de atitudes paternalistas e de poder e potencializar a autonomia das pessoas ou grupos em busca de uma transformação pessoal e social".*

Para Alves, (2010) "o grupo de tecnologias que merece alcunhas sociais visa responder as necessidades socioambientais reais [...] baseada na preocupação de viabilizar o acesso ao essencial, e não às necessidades criadas pelo mundo moderno apenas para garantir o consumo". Assim, as TS despontam no cenário atual como relevantes na constituição de uma nova agenda para o século XXI; com isso, compreendemos que é uma agenda a que o Serviço Social está implicado, considerando o projeto societário que defende, fundamentado nos pilares da justiça social.

4.2 Estágio no Projeto Social Cidadania.com: Assessoria e Informação

A inserção no projeto social Cidadania.com: assessoria e informação ocorreu devido à obrigatoriedade do estágio supervisionado, o que configura uma exigência acadêmica que compõe o processo formativo dos/as alunos/as. O Cidadania.com se constitui num projeto

social da UNISINOS, vinculado ao Centro de Cidadania e Ação Social (CCIAS), também reconhecido como projeto de extensão universitária. Tem sua trajetória ligada ao Curso de Serviço Social, criado por acadêmicos/as, juntamente com uma professora do curso. Nasceu da necessidade de se obter dados acerca das instituições do município de São Leopoldo/RS.

Ao longo dos anos, passou por algumas reconfigurações, acompanhando o movimento dinâmico da realidade. No entanto, sua principal característica se manteve como espaço de acolhimento de estagiários/as, em sua maioria, de Serviço Social. Desde sua criação, quem esteve na coordenação foi um/a assistente social, o que reflete o quanto o espaço está implicado à formação e ao exercício profissional. Outra especificidade alimentada foi o compromisso com a disseminação da informação.

O Cidadania.com inclui-se no âmbito das ações de proteção social básica, em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em que os serviços com esta característica "deverão se articular com as demais políticas públicas locais, de forma a garantir a sustentabilidade das ações desenvolvidas e o protagonismo das famílias e indivíduos atendidos" (BRASIL, 2004, p. 34-35). Assim, está devidamente inscrito no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de São Leopoldo/RS.

De acordo com o artigo 2º, inciso II, da Resolução nº 16, de 2010, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), o Cidadania.com caracteriza-se por ser um projeto de assistência social:

> de assessoramento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social nos termos da Lei nº 8.742, de 1993, e respeitadas às deliberações do CNAS. (BRASIL, 2010, p. 2).

Pela atuação do projeto ser na perspectiva do assessoramento, isso provocou certa insegurança, já que nossa ação está muito ligada à figura do usuário. Inicialmente, não se conseguia identificar as expressões da questão social do campo e, consequentemente, o objeto de intervenção. Destaca-se que a atividade acadêmica que trata deste conteúdo ainda não havia sido cursada.

A assessoria consiste em uma competência e uma atribuição do assistente social, conforme os Art. 4º e 5º da Lei de Regulamentação da Profissão (1993): "prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades". Sintetiza uma atribuição específica, quando se trata da matéria de Serviço Social.

A assessoria e a consultoria se apresentam como mais uma oportunidade de trabalho para os/as assistentes sociais.

> Definimos assessoria/consultoria como aquela ação que é desenvolvida por um profissional com conhecimentos na área, que toma a realidade como objeto de estudo e detém uma intenção de alteração da realidade. O assessor não é aquele que intervém, deve, sim, propor caminhos e estratégias ao profissional ou à equipe que assessora e estes tem autonomia pra acatar ou não as suas proposições. (MATOS, 2006, p.31-32).

Vale destacar tais possibilidades, uma vez que os profissionais de Serviço Social não são só executores de políticas, de programas e de projetos sociais, mas estão aptos a atuarem na elaboração, no planejamento, na avaliação, na gestão, na assessoria, na consultoria, na supervisão, na docência, dentre outras possibilidades de atuação. No período de estágio - obrigatório ou não obrigatório - a vivência em áreas distintas e em diferentes perspectivas, como neste caso, permite ao aluno uma formação ampliada e qualificada.

A assessoria desponta como um descortinamento e desconstrói a visão da ação focalizada no/a usuário/a, apresentando diversas possibilidades para o fazer profissional. Exige conhecimentos especializados em determinadas áreas, propicia a interlocução com os diferentes atores, profissionais, equipes, gestores/as, usuários, grupos e ainda, a intersetorialidade e a articulação com diferentes políticas públicas.

Outro ponto a salientar é o enriquecimento teórico de atuar num projeto de extensão universitária, que permite e provoca transitar pelo meio acadêmico, além da sala de aula. É um *alavancador* do aprendizado para o/a discente. É potente o fato de fazer a ponte entre a universidade e a sociedade, com o reconhecimento, por parte das organizações e dos/as profissionais da parceria que se estabelece.

> Compreendemos a Extensão como uma prática acadêmica que integra as atividades de Ensino e Pesquisa articulada às demandas sociais [...], o que propicia não só o diálogo entre a Universidade e a Sociedade, mas possibilita, também, a democratização do saber acadêmico e a busca de respostas às demandas suscitadas pelo desejo permanente de aperfeiçoamento sociocultural e profissional gerado pelos próprios cursos de graduação e pós-graduação, e, mais amplamente, pela Sociedade. (Lopes et al., 2008, p.119-20).

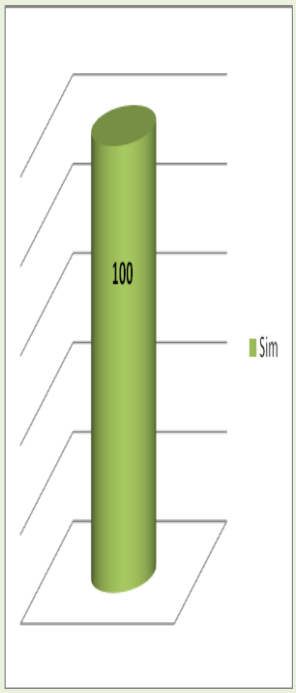
O Cidadania.com oportuniza ao aluno transitar por tais caminhos e dialogar com a academia e a comunidade, devendo ser o propósito dos projetos de extensão, com a circulação do conhecimento e a retroalimentação de outros saberes. Pensamos que os projetos de extensão deveriam ser potencializados, justamente pela riqueza que produzem, pelos

conhecimentos que, se não forem articulados com a comunidade, não produzirão transformações.

Neste percurso, nasceram muitas interrogações, dentre elas, sobre as TS - tema totalmente novo até a inserção neste espaço. Todavia, a inquietação com o novo alavancou e motivou a investigar sobre tal tecnologia com alcunha social. Em debates internos, discutíamos, recorrentemente, se o projeto social Cidadania.com se constituía como TS.

Desta forma, perguntamos aos assistentes sociais se o Cidadania.com pode ser concebido como TS e 100% dos/as participantes responderam que sim, conforme o quadro exposto:

Quadro 10 - Projeto Cidadania.com e as Tecnologias Sociais

O projeto social Cidadania.com concebido como uma TS	
Cidadania.com concebido como TS 	Consiste numa ferramenta criada a partir das necessidades locais de acesso à informação; Facilita conexões entre serviços, profissionais e redes de atendimento de São Leopoldo/RS; Promove acesso a informações atualizadas e interação entre os segmentos diferentes: universidade, poder público, organizações não governamentais, associações, entre outros; Atrelamento entre o conhecimento acadêmico com o saber *popular*, [...] o Cidadania.com tem as ferramentas para fazer essa conexão; Oportuniza que a tecnologia e a inovação sejam compartilhadas com a comunidade local de São Leopoldo/RS; Divulga as instituições, conselhos e serviços do município; Amplia o acesso das políticas sociais deste município; A divulgação do projeto tem que ser ampliada para todas as camadas da população; Disseminador de informação e um contribuinte no fortalecimento da Rede Socioassistencial do município; Levar informação, *cutucar* organizações, serviços, entidades civis, governamentais e usuários do município à participação e proporcionar uma plataforma de transparência e visibilidade; Empoderamento dos sujeitos envolvidos; Disponibiliza informações e ferramentas para a efetiva interação, participação e controle social.

Fonte: Elaborado pela autora (2013)

A pesquisa com os assistentes sociais, além de contribuir na clarificação quanto ao nosso questionamento sobre o Cidadania.com e as TS, também revelou que os/as profissionais têm aprofundado conhecimento sobre o projeto e sua relevância para o município de São Leopoldo/RS.

> *"Consiste numa ferramenta criada a partir das necessidades locais de acesso à informação, facilitando conexões entre serviços, profissionais e redes de atendimento de São Leopoldo, que promove acesso a informações atualizadas e interação entre os segmentos diferentes: universidade, poder público, organizações não governamentais, associações, entre outros atores sociais que atuam no município". (AS/1, 2013).*

Para a AS/4 (2013), o Cidadania.com *"divulga as instituições, conselhos e serviços do município de São Leopoldo, permitindo com isso ampliar o acesso das políticas sociais deste município"*. No entanto, a AS/5 (2013) aponta um considerável desafio: *"a divulgação do projeto tem que ser ampliada para todas as camadas da população"*, num depoimento que revela que o Cidadania.com ainda tem limites para alcançar a população usuária dos serviços e das políticas sociais. O acesso alargado contribuiria no processo de controle social, por parte da população leopoldense.

> *Hoje em dia, com o advento das Tecnologias da Informação, todo cidadão que possui acesso a um computador e acesso a rede mundial de computadores pode ser um disseminador de informação e um contribuinte no fortalecimento da Rede Socioassistencial de seu município. A experiência pode ser isolada, talvez até heróica e messiânica, mas levar informação, "cutucar" organizações, serviços, entidades civis, governamentais e usuários do município à participação e proporcionar uma plataforma de transparência e visibilidade constitui ao meu ver uma TS. (AS/6, 2013).*

O profissional mencionado destacou a potência do Cidadania.com para o fortalecimento da rede socioassistencial do município, contribuindo no processo de transparência e de visibilidade das ações do setor público. Outro fator citado foi que o projeto estrategicamente pode fazer o encontro entre as necessidades da população e o conhecimento que é produzido na universidade; segundo a AS/2 (2013) *"no meu entendimento, o Projeto Cidadania, tem as ferramentas para fazer essa conexão, oportunizar que a tecnologia e a inovação sejam compartilhadas com a comunidade local de São Leopoldo/RS*".

Acredita-se que esta pesquisa possa estar colaborando para qualificar as ações do Cidadania.com e para apontar outras perspectivas. O projeto, certamente, precisa ser potencializado, por seu caráter contributivo à formação dos/as acadêmicos/as, ao exercício profissional dos/as assistentes sociais, ao Curso de Serviço Social da UNISINOS e às redes que participa, enfim, para a comunidade de São Leopoldo/RS. É preciso, ainda, que haja reconhecimento interno de sua relevância como um projeto social diferenciado, que quer potencializar processos de garantia de direitos, na perspectiva da afirmação da cidadania.

4.2.1 Universidade e Extensão Universitária: balanços e perspectivas

Problematizar sobre a universidade, no contexto contemporâneo, é um desafio. É preciso compreender as dinâmicas econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas. As transformações que vêm ocorrendo no ensino superior no Brasil são notórias: a educação passou a fazer parte de interesse de grupos diversos, considerando que foi inserida na lógica do mercado e que é mais um produto que gera renda e lucro, cumprindo as normativas da política neoliberal. Prova disso é o aumento das instituições privadas - muitas, realmente, são empresas que investem neste mercado, sem histórico e sem experiência, no campo do ensino.

> [...] os processos econômicos e políticos que ocorrem no bojo das relações sociais estão articulados com o desenvolvimento do capitalismo monopolista, que altera profundamente a dinâmica social, incluindo aí a organização e o significado da universidade brasileira, que passa ser utilizada cada vez mais como instrumento ideológico em favor do pensamento dominante e também para realizar formação estritamente técnica, voltada para os interesses do mercado e processos de formação profissional cada vez mais empobrecidos de uma dimensão humanística e criticidade. (SILVA, 2010, p. 407).

Nessa perspectiva, indagamos sobre o papel das universidades frente a tal realidade. Ainda, o Estado tem contribuído com a iniciativa privada e, ao invés de ampliar o acesso e qualificar o ensino público, ele financia o ensino privado. A educação como direito social, explicitada na Constituição Federal, se constitui como uma luta permanente. Para Silva (2013), “a universidade praticamente já perdeu seu caráter de instituição política graças ao avanço da mentalidade mercantil e pragmática que dispensa a formação ético-política e privilegia a informação e o treinamento para o mercado”.

Na atualidade, a preocupação das universidades é formar profissionais que atendam às exigências do mercado, com conhecimentos mais práticos e menos políticos. O próprio espaço físico das universidades demonstra essa realidade: as áreas de ciências humanas são as mais sucateadas, com expressivo investimento nas profissões das demais ciências, principalmente do setor de tecnologias.

> Caminhamos no sentido de divorciar o treinamento profissional da formação do cidadão, o que pode produzir competências específicas e ao mesmo tempo prejudicar a cidadania, ou simplificá-la, adaptando-a às relações exclusivamente mercadológicas. Sendo este o caráter geral do perfil atual da universidade, as ciências humanas sofrem evidentemente uma pressão no sentido de se conformar a tais parâmetros, o que significa o esvaziamento de sua significação. A “sustentabilidade” das áreas de ciências humanas fica assim dependendo daquelas que realmente importam: científicas e tecnológicas, criando modelos e referências que, se implantados, deformam o perfil das ciências humanas. Esta oposição é o

> grande sinal de que a universidade já não consegue mais desempenhar o papel que lhe estaria destinado. (SILVA, 2013).

Apesar dos imensos desafios implicados à educação superior no Brasil, entendemos que a universidade é um espaço estratégico de formação de seres humanos, não apenas de profissionais funcional para atender ao mercado de trabalho. Seu papel de instituição formadora ultrapassa a dimensão do alunado/a, para alcançar a sociedade.

Nesse ponto de vista, a extensão universitária se apresenta como ferramenta potente a fim de dinamizar o processo de ensino e as relações entre universidade e comunidade.

> Propõe-se uma lógica curricular inovadora, que supere a fragmentação do processo de ensino-aprendizagem, e permita uma intensa convivência acadêmica entre professores, alunos e sociedade. Este é, ao mesmo tempo, um desafio político e uma exigência ética: construir um espaço por excelência do **pensar crítico, da dúvida, da investigação e da busca de soluções**. (ABEPSS, 1996, p. 9).

Para o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) apud Almeida (2010, p.12), a extensão é um "processo educativo, científico e cultural que articula o ensino e a pesquisa, de forma indissociável, viabilizando a relação transformadora entre universidade e sociedade". A ABEPSS (1996) também faz referência à importância da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na formação dos/as assistentes sociais, numa tríade que contribui para o exercício profissional qualificado, ética e intelectualmente.

Por seu caráter interativo e dialógico entre a universidade e a comunidade, a extensão universitária, certamente, se estabelece num lócus privilegiado do desenvolvimento de TS. A extensão "constitui-se em uma 'porta' para a discussão e promoção de Tecnologias Sociais, visto que mais um conceito, as TSs (sic) representam um caminho possível para a melhoria das condições de vida das populações e, consequentemente, para a transformação social". (MOREIRA, 2012).

Moreira (2012) fez uma pesquisa com docentes da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e, no intuito de identificar a existência de relação entre TS e Extensão Universitária, explicitamos, no Gráfico 14, os resultados obtidos.

Gráfico 14 - Percepção dos pesquisados sobre a existência de relação entre Tecnologia Social e Extensão Universitária

Fonte: MOREIRA (2012)

Concordamos plenamente com os dados apresentados, considerando que a extensão proporciona uma *oxigenação* de conteúdos e de realidades, o que configura um propósito das TS: conciliar as necessidades da população, a partir do olhar destes atores e encontrar ferramentas que possam contribuir no processo de enfrentamento das dificuldades locais; assim, a universidade pode - e deve - ser partícipe desse processo.

> [...] para que a universidade crie vínculos com a sociedade de interação e não de transferência de tecnologias, destoadas das realidades vividas, é necessário criar, permanentemente, um ambiente institucional que reforce o caráter indissociável da Extensão, do Ensino e da Pesquisa. E, ainda, ir além na compreensão de que a prática extensionista interativa na universidade mantém uma constante dinâmica e renovação dos conteúdos em sala de aula e produz investigação, conhecimentos e tecnologias na medida em que as posturas defensoras da neutralidade axiológica deixam de existir e as pesquisas passam a ser a descoberta da realidade, dos problemas da população e das respostas aos problemas para a imediata apropriação dos resultados. (ALMEIDA, 2010, p.12-13).

Diante do exposto, compreendemos que os debates relacionados às TS devem ser incluídos e aprofundados nas universidades, urgentemente abrangendo todo seu colegiado. Numa rasa análise, percebemos que os/as alunos/as não tem conhecimento sobre o tema, os/as professores/as não percebem como assunto relevante e os/as trabalhadores/as divergem na sua compreensão. Logo, as ações implementadas no campo das TS, ainda são tímidas, isoladas e fragmentadas, diante de seu potencial transformador.

Cabe ponderar o caráter contraditório das TS que, por um lado, são reconhecidas como estratégias da lógica do capital e, por consequência, da reificação da técnica como mediação para o desenvolvimento. A referida lógica é rejeitada pelo Serviço Social e se justifica por isso. No entanto, as tecnologias, se utilizadas como mediações fortalecedoras às

sociabilidades e a serviço da sociedade, podem se constituir como ferramentas estratégicas para a garantia e a afirmação dos direitos de cidadania, consequentemente apontando outra lógica de desenvolvimento societário.

4.3 Os Nexos entre as TS e o Serviço Social

Neste caminho percorrido, buscando identificar os nexos entre as TS e o Serviço Social, encontramos, em meio ao trajeto, desafios e possibilidades implicados ao processo de formação e de exercício profissional, neste campo.

Se considerarmos as principais características das TS, veremos como elas estão diretamente relacionadas ao saber e ao fazer do assistente social. Citamos algumas: envolvem processos coletivos, participativos e democráticos; se constituem como relações horizontalizadas; têm caráter pedagógico, inclusivo; primam e valorizam os diferentes saberes e o reconhecimento das realidades locais; buscam soluções para necessidades e demandas da comunidade, gerando ocupação e renda; visam melhorar a vida das pessoas envolvidas, o desenvolvimento social e a transformação social de dada comunidade; e incentivam processos emancipatórios e de autonomia.

Para Pereira (2000), a autonomia consiste numa necessidade humana básica e sua não satisfação acarreta num dano imensurável. Propõe uma autonomia crítica, contrária à posta pelo neoliberalismo, como sinônimo de liberdade, em que todos os sujeitos possuem liberdade de escolha e de decisão e em que o sistema capitalista é primoroso, inclusive, pela *liberdade* que proporciona.

> A autonomia crítica é um estágio mais avançado de autonomia, que deve estar ao alcance de todos. Revela-se como a capacidade das pessoas de não apenas saber eleger e avaliar informações com vistas à ação, mas de criticar e, se necessário, mudar as regras e práticas da cultura a que pertencem. Isso requer mais amplas habilidades cognitivas e oportunidades sociais. (PEREIRA, 2000, p. 74).

Outro elemento fundante das TS é a dimensão da sustentabilidade ambiental, na qual o social e o ambiental são dimensões indissociáveis, que devem ser motivadores das ações e não podem ser tratados isoladamente, diferentemente do paradigma hegemônico que orientou o desenvolvimento tecnológico, atendendo às aspirações, exclusivamente, do capitalismo. Para Dagnino (2010), a Tecnologia Convencional (TC) é “ambientalmente insustentável porque o capitalismo não considera a deterioração do meio ambiente como custo”.

Alguns estudiosos referem que há dois imensos desafios mundiais: a questão social e a questão ambiental. Segundo Otterloo (2010, p. 19), “os indicadores socioambientais tanto a âmbito local quanto a nacional e internacional emitem um alerta máximo diante da insustentabilidade da atual dinâmica do desenvolvimento no mundo”.

O Serviço Social precisa estar concatenado com os rumos do desenvolvimento mundial. A realidade contemporânea é reveladora de novos, permeados por velhos elementos desafiadores para a profissão. Conforme Otterloo (2010, p. 18), o mundo passa por mudanças significativas que merecem nossa inquietação.

> Quais são os riscos e sinais preocupantes dessas mudanças? Uma concentração crescente do capital, da riqueza e do conhecimento, que desenha – de forma globalizada – uma desordem mundial, que transforma a natureza e as pessoas em mercadoria e sobrevive da exploração e humilhação de milhões de seres humanos. A sociedade mundial está caracterizada pelo que se vem denominando de sociedade dos três terços: um terço integrado ao trabalho e ao consumo, um terço precarizado no trabalho e no consumo e um terço excluído.

Tal contexto sinaliza que o Serviço Social não pode *parar.* Para tanto, são necessárias estratégias diversas para efetivar o que está posto no projeto ético-político profissional. Iamamoto (2011, p. 239) assevera que “o centro das preocupações do Serviço Social, ao repensar-se e rever sua prática, foi assegurar sua contemporaneidade, levando-o a enfrentar, juntamente com a sociedade, as questões da democracia, da cidadania e dos direitos sociais”.

Os princípios - democracia, cidadania e direitos sociais, norteadores dos processos de trabalho dos assistentes sociais - serão efetivados por mecanismos de proteção social universal, garantidos pelo Estado. Assim, as políticas sociais se constituem como instrumentos de concretização desses direitos e é nesse campo que os assistentes sociais desenvolvem sua prática profissional.

Há um movimento advindo do conjunto dos organismos que discutem e defendem as TS, para que possam ser assumidas pelo Estado, transformando-se em política pública. Ademais, haveria recursos destinados à disseminação das referidas tecnologias.

> Em geral, a tecnologia social possui apenas dimensão local, aplica-se a pessoas, famílias, cooperativas e associações. No entanto, há tentativas de mudar esse cenário para que as Tecnologias Sociais ganhem maiores proporções em âmbito nacional, junto ao governo e à sociedade, e passem a ser visualizadas como um projeto nacional. Consequentemente maiores incentivos e apoios poderão ser fornecidos para a implantação e reaplicação destas tecnologias. (DAGNINO, 2008). (DAGNINO, 2008 apud BONILHA; SACHUK, 2011, p. 415).

Entretanto, a constituição das TS em política pública não garantirá que não sejam apropriadas ideologicamente pelos interesses dominantes. Assim como as políticas sociais, as TS se constituem no campo das contradições. Tais políticas têm se estabelecido como instrumentos de materialização de direitos sociais e também têm colaborado para a manutenção do sistema capitalista. Persistem o cenário de concentração, a má distribuição de renda e o abismo social que resultam na sustentação das desigualdades sociais. São movimentos de resistência o paradigma do desenvolvimento humano contra o paradigma neoliberal.

> Constata-se, ainda, que as políticas públicas desenvolvidas são cada vez mais emergenciais, não objetivando mudanças nas estruturas que produzem e reproduzem as desigualdades em nossa sociedade e não chegam a desenhar uma proposta de desenvolvimento qualitativamente distinta do modelo hegemônico imposto. (OTTERLOO, 2010, p.20-21).

Para a AS/9 (2013), as TS *"caminham a passos largos para a constituição de políticas públicas, espaço onde os/as assistentes sociais estão desafiados/as a intervir e contribuir, com qualidade, inclusive na formação de redes e espaços de disseminação das TS"*. Deste modo, concordamos com as colocações de Maciel e Fernandes (2011, p. 163), na prospecção sobre as TS: "este é um movimento promissor que nasce das comunidades, vem se ampliando nas redes que apóiam e disseminam as TS e se potencializa como uma futura política pública. Portanto, é uma demanda que a profissão está desafiada a compreender e a intervir".

Para isso, faz-se necessário e imprescindível que as TS sejam incorporadas no processo de formação dos/as assistentes sociais, à medida que o debate vai se inserindo, no âmbito da categoria profissional. Maciel e Fernandes (2011) compartilham da mesma visão e desejo de inserção do campo temático, nos processos de formação e de exercício profissional dos assistentes sociais.

> [...] a importância de inserir na pauta da categoria dos assistentes sociais esta temática que tem sido motivo de luta social e mobilização da sociedade civil organizada em defesa da TS como política pública, logo, com uma identidade que se aproxima do atual projeto profissional. [...] Faz-se uma aproximação com o Serviço Social, sobretudo para introduzir este debate na agenda profissional, pois não há como negar a relação da temática com o compromisso dos assistentes sociais com a defesa das políticas públicas e com um projeto ético-político profissional voltado para a justiça social e para a garantia de direitos. (MACIEL; FERNANDES, 2011, p.148)

A pesquisa realizada com os/as assistentes sociais demonstrou o reconhecimento, por parte dos/as profissionais, de que as TS se apresentam como campo de muitas possibilidades

para a profissão. Evidenciou-se a identificação do projeto ético-político com o projeto de sociedade almejado pelas TS, contra-hegemônico ao capitalismo, com elementos que dão sentido à investigação e visualizam, num futuro próximo, as TS como política pública e o assistente social sendo requisitado, nesta seara. Apesar dos parcos escritos sobre a temática em Serviço Social, constatamos uma legitimidade, na relação entre ambos.

As TS não são a solução para alterar a estrutura do capitalismo, contudo, se apresentam como estratégias potencializadoras de transformações locais e dos próprios sujeitos sociais. Para Thomas (2009, p. 59), “as TSs (sic) não funcionam simplesmente porque resolvem um problema pontual, mas porque conseguem se inserir como causas eficientes na geração de processos de mudança tecnológica e social”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

"É preciso acreditar que há outro caminho, mas que este não está pronto. Ainda é preciso construí-lo, de modo que mais e mais pessoas possam acreditar também neste caminho, até que ele não seja mais alternativo".

Rodrigo Fonseca (2009).

Este trabalho desvelou, em parte, uma trajetória acadêmica, contando a história de um tempo, de lugares e da construção de uma profissão edificada com a participação de diversos sujeitos sociais. Para dar vida e realidade a este estudo, buscamos inspirações, além das pessoas com quem foram realizados os estudos e as experiências, em escritores que, poeticamente, motivaram algumas viagens intelectuais.

Iniciamos este trabalho sob a inspiração de Rubem Alves, brasileiro de muitos adjetivos, para quem, nas infinitas possibilidades existenciais, há sempre um *encontro*. Diríamos, neste encontro acadêmico, que muitas possibilidades se evidenciaram, para os tempos vindouros. Leonardo Boff nos presenteia com a reflexão sobre os saberes - acadêmicos e populares - e a necessidade de uma prática dialógica e construtiva entre ambos. Ainda, fomos iluminados por Albert Einstein, físico e *teimoso,* que desafiou todas as teorias estabelecidas e cujas descobertas marcaram o século XX. Compuseram este time, também, José Saramago e Otto Lara Resende. Assim, juntamente com poetas, cientistas, teólogos, autores/as implicados com a temática das TS, autores/as do Serviço Social, personagens do cotidiano, assistentes sociais, professores/as, usuários/as, as vivências e as realidades experimentadas serviram para construir coletivamente esta obra.

Neste processo, procuramos dar vistas às TS, reconhecendo e problematizando as tecnologias no modelo de desenvolvimento em implementação no Brasil. Identificamos que é um tema que o Serviço Social não vem discutindo, sendo, muitas vezes, invisibilizado pela categoria profissional. Tratando-se de um tema, em um tempo novo e que, por isso exige conhecimento, vigilância e respectivamente, protagonismo. Iamamoto (2011, p. 19) vem alertando a profissão sobre este tempo: "pensar o Serviço Social na contemporaneidade requer os olhos abertos para o mundo contemporâneo para decifrá-lo e participar da sua recriação".

Os/as assistentes sociais, portanto, devem sempre estar atentos ao *novo,* o que não significa que os *velhos* fenômenos devam ser ignorados; no entanto, as realidades revelam movimentos que podem ser potencializadores para a profissão e de seu projeto ético-político.

Buscando respostas ao *novo* que se manifestava através das nossas indagações que partiram da prática profissional no período de estágio junto ao projeto C*idadania.com: assessoria e informação,* como assistente social em formação, fomos motivadas a investigar sobre as TS e sua interlocução com o Serviço Social. Esta motivação e problematização apontaram os propósitos e as respostas sistematizados neste Trabalho de Conclusão, a saber:

a) As concepções de Tecnologias Sociais na contemporaneidade;

Os achados indicaram que a área do conhecimento que vem tratando das TS com maior afinco é a Administração. No Serviço Social as publicações, ainda, são parcas.

Para a administração as TS se apresentam como um processo que gera "inclusão social", contribuindo para a "construção de soluções – solucionador de problemas". Ela se constitui entre a "fusão do saber popular com o conhecimento especializado", visando "interesses coletivos" e colaborando para a "sustentabilidade – meio ambiente*"*. O Serviço Social, por sua vez, identifica as TS como "processos participativos, democráticos e coletivos" que contribuem para o "desenvolvimento social". São apresentadas como "alternativas para suprir as necessidades e/ou demandas sociais" e está diretamente implicada com a "dimensão socioambiental".

Podemos inferir, com isso, que as concepções de TS para a Administração e para o Serviço Social são próximas. Destacando-se, no entanto, que para a Administração as TS incidem sobre os problemas sociais, enquanto para o Serviço Social as TS se colocam em processos alternativos e de superação às demandas e necessidades sociais. Indicando-se, desta forma, que o Serviço Social aponta as TS em cenários mais amplos da realidade, mirando, inclusive, como uma mediação para a afirmação de um projeto de desenvolvimento societário, fundado nos valores do projeto ético-político da profissão.

A partir do estudo realizado, indicamos como definição referencial para a pesquisa realizada a concepção de Dagnino (2010) que concebe as TS como uma *inovação social,* algo *revolucionário,* desenvolvida *com e para a sociedade,* e que gera *inclusão* e *transformação social.* Este mesmo autor corrobora a concepção adotada pela RTS (2010), "compreende produtos, técnicas ou metodologias, reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que devem representar efetivas soluções de transformação social".

b) As concepções e experiências de TS presentes nas bibliografias e no exercício profissional dos assistentes sociais;

No Serviço Social a abordagem sobre TS é muito incipiente, encontramos três publicações, entre o universo pesquisado. Entretanto, apenas um artigo fazia um debate sobre a relação das TS com o Serviço Social, apontando sua urgente inserção na agenda da

categoria. As referencialidades vislumbrada no Serviço Social para conceitualizar as TS, com maior expressão, foram: Dagnino, Brandão, Novaes, Dias, Maciel, Fernandes e as instituições: ITS. RTS e FBB.

A pesquisa com os/as assistentes sociais evidenciou que eles têm entendimento limitado sobre TS, ressalvadas algumas exceções; ainda, havia profissionais que desconheciam o assunto. A experiência mais citada como TS foi à economia solidária. Caracterizaram, ainda, recorrentemente, a questão ambiental e os trabalhos coletivos como experiências de TS. Nas bibliografias estes dados, também, foram corroborados.

c) As Tecnologias Sociais nos processos de formação em Serviço Social;

Nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, assim como, nos currículos dos Cursos de Serviço Social das IES estudados, não há menção sobre TS ou, particularmente, às Tecnologias. Apenas uma universidade apresentou no projeto político pedagógico o tema, como uma habilidade a ser desenvolvida pelos/as alunos/as.

Esta condição justifica o desconhecimento e a não atuação dos assistentes sociais neste campo. A questão que se coloca é sobre as justificativas desta não expressão. Uma delas pode estar no fato de que as TS têm aproximação com as Tecnologias, que tem, por sua vez, relação direta com as formas de expressão do capitalismo. Esta compreensão, no entanto, pode apresentar uma limitação para a afirmação do Serviço Social nos cenários e espaços de atuação contemporâneos, já que as Tecnologias estão presentes no cotidiano da vida das pessoas, organizações e sociedade. Reconhecer as Tecnologias, identificando seus limites e possibilidades, no contexto mais amplo e no campo do Serviço Social torna-se urgente e necessário para sua afirmação no tempo presente.

d) Projeto social Cidadania.com: assessoria e informação - Tecnologia Social.

As respostas dos assistentes sociais a questão sobre o Projeto Cidadania.com ser ou, não ser Tecnologia Social foram unânimes, ao afirmarem que sim. Os participantes da pesquisa perceberam este projeto como um articulador entre as redes do município e disseminador de informações. Fazendo a ponte entre os conhecimentos acadêmicos com as realidades das diferentes regiões, criado a partir de uma necessidade local de acesso à informação e ao controle social.

A partir desta manifestação dos assistentes sociais, percebemos que, apesar de dizerem desconhecer o que é TS, apresentaram características das TS. A não expressão inicial dos assistentes sociais sobre seus conhecimentos pode ser justificada pelo *tom* avaliativo da questão anterior, onde os assistentes sociais podem ter se sentido constrangidos sobre seus limites de conhecimentos teóricos sobre o tema.

A partir destas considerações, confirmamos o nosso pressuposto de que o projeto Cidadania.com: assessoria e informação é uma Tecnologia Social. Neste sentido, entendemos que os projetos de extensão universitária podem se constituir em lócus potentes de criação e disseminação de TS. Possuem um caráter dinamizador de relações e de conhecimentos, entre a universidade e a comunidade, proporciona uma *oxigenação* de conteúdos e de realidades. Contudo, ainda, é muito embrionária essa discussão, apesar das instituições de ensino superior investirem, crescentemente, em projetos de incubagem de empreendimentos econômicos solidários, que se constituem em TS, preponderantemente, nas universidades.

A partir de todos estes elementos podemos retomar e avaliar o alcance do objetivo geral deste trabalho: analisar os processos de formação e trabalho dos assistentes sociais com as Tecnologias Sociais e apontar propostas para a sua qualificação na perspectiva do projeto ético-político profissional.

Reiteramos que os/as assistentes sociais têm um frágil entendimento sobre TS. Asseguraram que o tema não foi tratado na formação, no entanto, percebem que a profissão oferece subsídios teóricos, metodológicos e técnicos que permitem os/as assistentes sociais atuarem em campos diversos e, por isso, também no campo das Tecnologias Sociais. A dimensão teleológica foi explicitada através do projeto ético-político, que foi citado recorrentemente como um norteador do ser e fazer profissional. Ele contribui efetivamente para o sentido e os propósitos do enfrentamento das expressões da questão social.

Apesar da frágil aproximação dos/as assistentes sociais com as TS, percebem, ademais, que o Serviço Social tem muito a contribuir neste terreno. Especialmente, pela formação de profissionais críticos, inconformados com os processos de exclusão e desigualdades, comprometidos com a transformação das realidades e com a justiça social. Ainda, somos profissionais que sabemos lidar com as dimensões da coletividade, participação, relações democráticas, autonomia, emancipação, respeitamos e dialogamos com os saberes populares e com as comunidades, temos conhecimento das realidades locais e lutamos pela promoção da cidadania. Tais princípios são as características basilares, também, para as TS.

Dentre os objetivos deste estudo, especificaram-se: analisar os processos de formação e o trabalho dos assistentes sociais com as TS e apontar propostas para a sua qualificação na perspectiva do projeto ético-político profissional. Nos currículos dos Cursos de Serviço Social das IES estudadas, assim como nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, não há menção às TS ou, particularmente, às Tecnologias.

Por isso, entendemos a necessidade de inclusão dessas temáticas como conteúdos a serem incorporados nas atividades acadêmicas, numa perspectiva crítica, analítica e propositiva. A Política Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação também deve ser explorada e articulada com a Política Nacional de Assistência Social, a Política Nacional de Meio Ambiente, a Política Nacional de Resíduos Sólidos e a Política Pública de Trabalho Emprego e Renda. A educação tecnológica humanística, social e ética deve ser incluída nos processos formativos de todas as categorias profissionais, considerando que os espaços das ciências humanas nas universidades têm sido reduzidos crescentemente, para o avanço dos núcleos e das empresas de tecnologias.

Evidenciamos legitimidade, por parte dos participantes do estudo sobre as TS se constituírem como um campo de possibilidades para os/as assistentes sociais - como área de atuação e como efetivação dos direitos. "[...] n*esta perspectiva, tais tecnologias podem ser uma importante ferramenta de mediação na garantia dos direitos sociais e da inclusão social" (AS/9, 2013).*

As TS são expressões de organização popular que se constituem em microexperiências, com poder de impacto e transformação local, que mexem com valores, com conhecimentos e com culturas, contribuem para a autonomia dos envolvidos e são potencializadoras do novo, pois permitem aos sujeitos criar e recriar, em diferentes contextos e perspectivas. Atuam numa lógica de produção contrária ao capitalismo, ancoradas nos valores de solidariedade, de cooperação, de coletividade, inversamente à competitividade, à lucratividade e à apelação para o consumo imposta pelo sistema hegemônico.

Estas tecnologias com codinome social não se constituem apenas em trabalho material, isto é, produtos para comercialização e para o consumo, mas são efetivadas, também, pelo trabalho imaterial. Exemplificando, detectam-se: ações de formação, informação, oficinas, trabalhos com grupos, famílias, comunidades, trabalho em rede. Neste estudo, fizemos tais descobertas: uma assistente social considera o trabalho que desenvolve com famílias como uma experiência de TS; na literatura estudada, encontramos oficinas com jovens em situação de vulnerabilidade social evidenciada como TS, assim como em uma TV universitária que desenvolve uma proposta diferenciada, na qual os usuários levantam os conteúdos de interesse local.

Outra característica implicada as TS é a dimensão socioambiental; na pesquisa, isso foi evidenciado, assim como nas bibliografias. Não se justifica um desenvolvimento que não privilegie de forma articulada o social e o ambiental. Ambas compõem a questão social, que é objeto da atuação profissional e, em torno dela é apontada a perspectiva de afirmação de que

uma sociedade só será mais justa e menos degradante para com seus habitantes - humanos ou não - se for includente e sustentável. Sachs e Dowbor (2013, p.02) ilustram o que miramos, para este tempo.

> Queremos parar de nos matar de trabalhar para construir coisas inúteis e destruir o planeta. Queremos priorizar radicalmente a melhoria da situação de um bilhão de pessoas que passam fome e de dez milhões de crianças que morrem anualmente de causas ridículas. Queremos a prosaica qualidade de vida, o prazer do cotidiano, em paz, para todos, e de forma sustentável.

Compreendemos que as TS não são a solução para alterar a estrutura econômica, politica e social do capitalismo. Elas se apresentam como um movimento de resistência e rebeldia ao sistema vigente, como estratégias potencializadoras de transformações locais e dos sujeitos sociais. Vislumbra-se que as TS colaboram para a construção e afirmação do paradigma de desenvolvimento humano e de cidadania, que é constitutivo do projeto ético-político da profissão, que aponta para a afirmação da sociedade includente e sustentável. Por isso, entendemos que há mediação entre as Tecnologias Sociais e o Serviço Social.

Desta forma, a partir deste paradigma, avistamos a necessidade de inclusão destas temáticas como conteúdos nos currículos de graduação e pós-graduação em Serviço Social, assim como, no exercício profissional dos assistentes sociais. AS TS exigem um saber e um fazer interdisciplinar e intersetorial, articulação alcançada pelas diferentes políticas: Política Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação, Política Nacional de Assistência Social, a Política Nacional de Meio ambiente, a Política Nacional de Resíduos Sólidos e a Política Pública de Trabalho Emprego e Renda. Apresentando, ainda, a necessidade de uma abordagem na formação da educação tecnológica crítica, humanística, social e ética, considerando que os espaços das ciências humanas nas universidades têm sido reduzidos para o avanço das tecnologias e das tecnologias da informação como instrumentos mediadores da afirmação da vida e da sociedade.

Para tanto, a retomada da educação popular como conteúdo e referencia da formação profissional deve ser garantida. Justificando-se este elemento como condição para garantir a vigilância crítica no trabalho com as TS. A educação popular pode ser também, um referencial e metodologia fortalecedora da inserção profissional em processos coletivos e populares, ela contribui para uma prática pedagógica e politizada.

Os/as assistentes sociais, além do conhecimento técnico que possui têm um comprometimento político com os sujeitos sociais, a transformação perpassa pela construção popular de uma “consciência para si” que envolve processos emancipatórios que podem - e

devem - mexer com a cultura de dominação e exploração. Para que o Serviço social e os assistentes sociais alcancem estes patamares de formação e trabalho torna-se fundamental o seu reconhecimento e inserção em processos de educação permanentes e continuados.

Ao final desta sistematização, reafirmamos nosso posicionamento inicial, “não são as respostas que movem o mundo, são as perguntas”. Neste sentido, a inquietação e problematização podem ser elementos desveladores e potencializadores do *novo,* deste *tempo.* Assim, retomamos a reflexão de Iamamoto (2011, p.19): “pensar o Serviço Social na contemporaneidade requer os olhos abertos para o mundo contemporâneo para decifrá-lo e participar da sua recriação”.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. *Serviço social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional.* 4ª Ed., São Paulo: Cortez, 2011.

ADORYAN, Adriano; MAGALHAES, Cláudio Márcio; PASCHOAL NETO, José Dias. Produção colaborativa e convergência de mídia na tv: uma proposta de inovação e tecnologia social para as tvs universitárias**.** *Avaliação (Campinas)* [online]. 2013, vol.18, n.2, p. 417-433. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v18n2/09.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2013.

ALBUQUERQUE, Lynaldo Cavalcanti. Tecnologias Sociais ou tecnologias apropriadas? o resgate de um termo. In: REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL (RTS). (Org.). *Tecnologias Sociais*: caminhos para a sustentabilidade. Brasília, DF: [s.n.], 2009.

ALMEIDA, Aelson Silva. A contribuição da extensão universitária para o desenvolvimento de Tecnologias Sociais. In: REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL (RTS). (Org.). *Tecnologia social e desenvolvimento sustentável*: contribuições da RTS para a formulação de uma Política de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação. Brasília, DF: Edição, Secretaria Executiva da Rede de Tecnologia Social (RTS), 2010, p. 9-15.

ALVES, Lucineide Pereira Araújo. *Tecnologias Sociais como alternativa de sustentabilidade na contemporaneidade***.** Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS). Brasília, 2010. Trabalho apresentado no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS). Brasília, 2010.

ALVES, Rubem. Frase Encontro. [S.l., 2013]. Disponível em: http://pensador.uol.com.br/frase_encontro/>. Acesso em: 03 nov. 2013.

ARAKAKI, Andréa Haruko et al. Sistema integrado de inovação tecnológica social: programa de incubação de empreendimentos econômicos solidários EIT-UFMT. *Interações*, Campo Grande, v. 13, n. 1, p. 59-68, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/inter/ v13n1/a05v13n1.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). *Começa o XIII encontro nacional de pesquisadores em serviço social*. Juiz de Fora, 2012. Disponível em: <http://abepss.org.br/comeca-o-xiii-encontro-nacional-de-pesquisadores-em-servico-social/ >. Acesso em: 31 ago. 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). *Diretrizes gerais para o curso de serviço social*. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <http://www.cressrs.org.br/docs/Lei_de_Diretrizes_Curriculares.pdf>. Acesso em: 30 set. 2013.

BARBIANI, Rosangela. *O serviço social e os processos de trabalho nas organizações: o mundo do trabalho e das relações sociais*. Texto escrito para implantação da disciplina de Seminário de Serviço Social I, do Curso de Serviço Social da UNISINOS/RS. Porto Alegre, 2004.

BOFF, Leonardo. *Pensamentos e sonhos sobre o Brasil.* [S.l., 2011]. Disponível em: <http://leonardoboff.wordpress.com/2011/11/14/pensamentos-e-sonhos-sobre-o-brasil/>. Acesso em: 04 set. 2013.

BONILHA, Maíra C.; SACHUK, Maria I. Identidade e tecnologia social: um estudo junto às artesãs da Vila Rural Esperança**.** *Cad. EBAPE.BR* [online]. 2011, vol.9, n.2, p. 412-437. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v9n2/11.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2013.

BORTOLI, Mari Aparecida. *Tecnologias e sociabilidades: processos de organização de catadores de materiais recicláveis.* Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br:8080/dspace/handle/10923/5088>. Acesso em: 17 set. 2013.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 08 set. 2013.

BRASIL. Lei nº 7.232, de 29 de outubro de 1984. *Dispõe sobre a política nacional de informática, e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7232.htm>. Acesso em: 09 set. 2013

BRASIL. Lei nº 9.279, de 14 de maio de1996. *Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9279.htm>. Acesso em: 09 set. 2013.

BRASIL. Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. *Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Disponível em:*< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm>. Acesso em: 09 set. 2013.

BRASIL. Lei n º 8.662, de 7 de Junho de 1993. *Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Brasília, 1993.* Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em: 23 out. 2013.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. *Lei do Bem – Capítulo III*. Brasília, 2008. Disponível em: < http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/8586.html>. Acesso em: 08 set. 2013.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. *O MCTI*. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.mcti.gov.br/index.php/content/view/105.html>. Acesso em: 08 set. 2013.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). *Cisternas.* Brasília, [2013?]. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/acessoaagua/cisternas>. Acesso em: 21 set. 2013.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política nacional de assistência social (PNAS).* Brasília, 2005. Reimpresso em maio de 2009.

BRASIL. Conselho nacional de assistência social (CNAS). *Resolução nº16 de 5 de maio de 2010***.** Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/comissoes-tematicas/comissao-de-conselhos/resolucao-cnas-16-2010/orientacoes-para-a-implementacao-da-resolucao-cnas-no-16-2010/>. Acesso em: 23 out. 2013.

CARNEIRO, Murilo. *Responsabilidade social. Pequena sim, irresponsável não! [S.l.]*, 24 ago. 2011. Disponível em: <http://blog.estudeadistancia.com/2011/08/24/responsabilidade-social-pequena-sim-irresponsavel-nao/>. Acesso em: 06 set. 2013.

CASTELLS, Manuel. *A Galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. , 2003.

CASTELLS, Manuel. CARDOSO, Gustavo. *A sociedade em rede do conhecimento a acção política*. Lisboa, 2006. Disponível em: <http://biblio.ual.pt/Downloads/REDE.pdf>. Acesso em: 17 set. 2013.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS (CBAS). *O evento*. Brasília, 2012. Disponível em: <http://cbas2013.com.br/>. Acesso em: 10 out. 2013.

CONCEICÃO, Octavio A. C.. Há compatibilidade entre a "tecnologia social" de Nelson e a "causalidade vebleniana" de Hodgson?. *Rev. Econ. Polit.* [online]. 2012, vol.32, n.1, p. 109-127. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v32n1/07.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2013.

CONCEICÃO, Octavio A. C.. A dimensão institucional do processo de crescimento econômico: inovações e mudanças institucionais, rotinas e tecnologia social**.** *Econ. soc.*[online]. 2008, vol.17, n.1, p. 85-105. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v17n1/a04v17n1.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2013.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Assistentes sociais no Brasil:* elementos para o estudo do perfil profissional. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/pdf/perfilas_edicaovirtual2006.pdf>. Acesso em: 15 out. 2013.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Política de educação permanente do conjunto CFESS/CRESS*. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_POL-EDUCACAO-PERMANENTE.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2013.

DAGNINO, Renato. Apresentação. In: DAGNINO, Renato (Org.). *Tecnologia social*: ferramenta para construir outra sociedade Campinas, 2010, p. 7-22. Disponível em: <http://www.rts.org.br/bibliotecarts/publicacoes/miolo_tecnologia_social.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2013.

DAGNINO, Renato. A tecnologia social e seus desafios. In: DAGNINO, Renato (Org.). *Tecnologia social*: ferramenta para construir outra sociedade. Campinas, 2010, p. 53-70. Disponível em: <http://www.rts.org.br/bibliotecarts/publicacoes/miolo_tecnologia_social.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2013.

DIEGUES, Antonio Carlos S. *Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas*. Rev. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, 1992, p. 22-29.

EINSTEIN, Albert. *Poemas de Albert Einstein.* [S.l., 2013?]. Disponível em: <http://pensador.uol.com.br/poemas_de_albert_einstein/4/>. Acesso em: 07 set. 2013.

FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. MACIEL, Ana Lúcia Suárez. Caminhos das Tecnologias Sociais: reflexões iniciais. IN: FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. MACIEL,

Ana Lúcia Suárez (Org). *Tecnologias Sociais:* experiências e contribuições para o desenvolvimento social e sustentável. Porto Alegre: Fundação Irmão José Otão, 2010, p. 09-12.

FONSECA, Rodrigo. Tecnologia e democracia. In: REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL (RTS). (Org.). *Tecnologias Sociais*: caminhos para a sustentabilidade. Brasília, DF: [s.n.], 2009.

FREITAS, Jackie. *O que fazer?* [S.l.], 2010. Disponível em: <http://fenix-mulheres.blogspot.com.br/2010/04/o-que-fazer.html>. Acesso em: 07 set. 2013.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL (FBB). *Tecnologia social*. Brasília, [2013?]. Disponível em: <http://www.fbb.org.br/Tecnologiasocial/#>. Acesso em: 25 maio 2013.

FUTURA comerciais. *Não são as respostas que movem o mundo, são as perguntas*! [S.l.], 2011. (3min 01s). Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=EVmejcPkkjI>. Acesso em: 22 set. 2013.

GUIMARÃES, Reinaldo. *Pesquisa no Brasil*. São Paulo, out./dez.2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392002000400008&lng=pt&nrm=iso#back1>. Acesso em: 08 set. 2013.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.* 20ª Ed., São Paulo, Cortez, 2011.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL (ITS). *Caderno tecnologia social* - c*onhecimento e cidadania 1*. Fev. 2007. Disponível em: <http://www.itsbrasil.org.br>. Acesso em: 21 set. 2013.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL (ITS). *Conheça o ITS Brasil*. São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.itsbrasil.org.br/conheca-o-its-brasil/conheca-o-its-brasil>. Acesso em: 21 set. 2013.

IPIRANGA, Ana Sílvia R.; AMORIM, Mônica A.; FARIA, Maria V. C. M.Tecnologia social de mobilização para arranjos produtivos locais: uma proposta de aplicabilidade. *Cad. EBAPE.BR* [online]. 2007, vol.5, n.3, p. 01-23. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v5n3/v5n3a11.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2013.

LOBO, Marco Aurélio Arbage et al. Avaliação econômica de Tecnologias Sociais aplicadas à promoção de saúde: abastecimento de água por sistema Sodis em comunidades ribeirinhas da Amazônia. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2013, vol.18, n.7, p. 2119-2127. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v18n7/27.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2013.

LOPES, Roseli Esquerdo et al. Oficinas de atividades com jovens da escola pública: Tecnologias Sociais entre educação e terapia ocupacional**.** *Interface (Botucatu)* [online]. 2011, vol.15, n.36, pp. 277-288. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v15n36/a21v1536.pdf>. Acesso em: 26 out. 2013.

MACHADO, Aline Maria Batista. *Serviço social e educação popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica.* Revista Serv. Soc. Soc. nº.109 São Paulo Jan./Mar. 2012.

MACHADO, Liliane Santos. *Inovações e mudanças: conceitos e abordagens*. In: CABRAL, Eloisa Helena Souza. SOUZA NETO, João Clemente (Org.). Temas do desenvolvimento: reflexões críticas sobre inovações sociais. São Paulo: Expressão e Arte Ed., 2009. p.11-27.

MACIEL, Ana Lúcia Suárez; FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. Tecnologias Sociais: interface com as políticas públicas e o Serviço Social. *Serv. Soc. Soc.* [online]. 2011, n.105, p. 146-165. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n105/09.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2013.

MARCUSE, Herbert. *Ideologia da sociedade industrial*. 3ª Ed. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1969.

MARINS, Louise. *Tecnologia – muito além do digital*. [S.l.. 2012]. Disponível em: <http://fazendosocial.com.br/2012/03/tecnologia-muito-alem-do-digital/>. Acesso em: 06 set. 2013.

MARTINELLI, Maria Lúcia. *Pesquisa qualitativa: um instigante ensaio*. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MATOS, Maurílio Castro. Assessoria e consultoria: reflexões para o serviço social. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro (Org). *Assessoria, consultoria & serviço social.* Rio de Janeiro, Ed. 7 Letras, 2006, p. 29-61.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O Desafio do conhecimento — pesquisa qualitativa em saúde.* São Paulo: Hucitec/Rio de Janeiro: Abrasco, 1992.

MIRANDA, Ângela Luzia. *Da natureza da tecnologia*: u*ma análise filosófica sobre as dimensões ontológica, epistemológica e axiológica da tecnologia moderna*. Curitiba, 2002. Disponível em: <http://files.dirppg.ct.utfpr.edu.br/ppgte/dissertacoes/2002/ppgte_dissertacao_102_2002.pdf>. Acesso em: 17/ set. 2013.

MORAES, Carlos Antônio de Souza; JUNCA, Denise Chrysóstomo de Moura; SANTOS, Katarine de Sá. Para quê, para quem, como? Alguns desafios do cotidiano da pesquisa em serviço social. *Serv. Soc. Soc.* [online]. 2010, n.103, p. 433-452. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n103/a03n103.pdf>. Acesso em: 21 out. 2013.

MOREIRA, Júlia Souza de. *Avaliar para conhecer:* qual o entendimento dos docentes sobre tecnologia social? Juiz de Fora, 2012. Trabalho apresentado no XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), Juiz de Fora, 2012.

NOVAES, Henrique T.; DIAS, Rafael B. *Construção do marco analítico conceitual da tecnologia social*. IN: DAGNINO, Renato. (org.). Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade. 2ª. Ed. Rev. e ampl. Campinas, SP: Komedi, 2010.

ORTIZ, Lucia C.; PALLONE, Simone. *Bibliotecas virtuais: a democratização da informação.* São Paulo, 2003. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252003000300007&script=sci_arttext>. Acesso em: 01 out. 2013.

OTTERLOO, Aldalice Moura da Cruz. A tecnologia a serviço da inclusão social e como política pública. In: REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL (RTS). (Org.). *Tecnologia social e*

desenvolvimento sustentável: contribuições da RTS para a formulação de uma política de estado de ciência, tecnologia e inovação. Brasília, DF: Edição, Secretaria Executiva da Rede de Tecnologia Social (RTS), 2010, p. 17-24.

PEREIRA, Potyara, A. P. *Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais.* São Paulo: Cortez, 2000.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL (PUC/RS). *Matriz Curricular*. Porto Alegre, 2013. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/portal/page/portal/fssuni/fssuniCapa/fssuniGrad/fssuniGradEstrCurricular>. Acesso em: 20 ago. 2013.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL (PUC/RS). Coordenadoria de desenvolvimento social. Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/portal/page/portal/pucrs/Capa/AdministracaoSuperior/admsupProex/proexDiretoriaAssuntosComunitarios/CoordenadoriaDesenvolvimentoSocial>. Acesso em: 20 set. 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO. *Secretaria de desenvolvimento econômico e tecnológico.* São Leopoldo, 2013. Disponível em: <https://www.saoleopoldo.rs.gov.br/home/show_page.asp?id_CONTEUDO=24&codID_CAT=1&id_SERVICO=&categoria=%3Cb%3ESecretarias%3C/b%3E>. Acesso em: 04 out. 2013

REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL (RTS). *Relatório de 6 anos da RTS*. [S.l., 2011]. Disponível em: <http://www.rts.org.br/publicacoes/relatorio-de-6-anos-da-rts>. Acesso em: 21 set. 2013.

REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL. *Tecnologia social – conceito***.** [S.l., 2013?]. Disponível em: <http://www.rts.org.br/rts/tecnologia-social/tecnologia-social>. Acesso em: 25 mai. 2013.

RESENDE, Otto Lara. Vista cansada. *Folha de S.Paulo*. 23 fev. 1992. Disponível em: <http://www.releituras.com/olresende_vista.asp >. Acesso em: 21 out. 2013.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico. *Histórico da SCIT*. Porto Alegre, 2013. Disponível em: <http://www.sct.rs.gov.br/>. Acesso em: 04 out. 2013.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico. O que é o ProUni RS?. Porto Alegre, 2013. Disponível em: <http://www.sct.rs.gov.br/>. Acesso em: 04 out. 2013.

RODRIGUES, Ivete; BARBIERI, José Carlos. A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável. *Rev. Adm. Pública* [online]. 2008, vol.42, n.6, p. 1069-1094. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n6/03.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2013.

SACHS, Ignacy; LOPES, Carlos; DOWBOR. *Crises e oportunidades em tempos de mudança.* São Paulo, 2013. Disponível em: <http://dowbor.org/2013/05/crises-e-oportunidades-em-tempos-de-mudanca-jan-2.html/>. Acesso em: 08 nov. 2013.

SALOMÃO, Inessa L. *Empreendimentos sustentáveis, tecnologia da informação e desenvolvimento local*: desafios para a metodologia de incubação de cooperativas populares. Rio de Janeiro, [2013?]. Disponível em: <http://www.itcp.coppe.ufrj.br/pdf/Empreendimentos%20%20sustent%C3%A1veis,%20%20tecnologia%20%20da%20%20informa%C3%A7%C3%A3o%20%20e%20%20desenvolvimento%20%20local%20-%20%20desafios%20%20para%20%20a%20%20metodologia%20%20de%20incuba%C3%A7%C3%A3o%20de%20cooperativas%20populares.pdf>. Acesso em: 13 out. 2013.

SARAMAGO, José. *A minha posição é a de constante interrogação*. [S.l., 2012]. Disponível em: <http://arquivolivraria.blogspot.com.br/2011/01/minha-posicao-e-de-constante.html>. Acesso em: 07 set. 2013.

SETUBAL, Aglair Alencar. *Desafios à pesquisa no Serviço Social: da formação acadêmica à prática profissional.* Revista Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. P. 64-72, 2007.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. *Trinta anos da revista serviço social & sociedade:* contribuições para a construção e o desenvolvimento do serviço social no Brasil. Disponível em: <http://gurupi.ufma.br:8080/jspui/bitstream/1/155/1/TRINTA%20ANOS%20DA%20REVISTA%20SERVICO%20SOCIAL%20%26%20SOCIEDADE.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2013.

SILVA, Ricardo Silvestre. A formação profissional crítica em serviço social inserida na ordem do capital monopolista. *Serv. Soc. Soc.* [online]. 2010, n.103, pp. 405-432. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n103/a02n103.pdf>. Acesso em: 22 out. 2013.

SILVA, Franklin Leopoldo. *A universidade e a formação cidadã. Um divórcio*. Entrevista especial com Franklin Leopoldo e Silva. São Leopoldo, 2013. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/523295-a-universidade-e-o-divorcio-com-a-formacao-cidada-entrevista-especial-com-franklin-leopoldo-e-silva>. Acesso em 22 out. 2013.

SILVEIRA, Rosemari Monteiro Castilho Foggiatto; BAZZO, Walter. Ciência, tecnologia e suas relações sociais: a percepção de geradores de tecnologia e suas implicações na educação tecnológica. *Ciênc. educ. (Bauru)* [online]. 2009, vol.15, n.3, p. 681-694. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v15n3/14.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2013.

THOMAS, Hernán Eduardo. Tecnologias para inclusão social e políticas públicas na América Latina. In: REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL (RTS). (Org.). *Tecnologias Sociais*: caminhos para a sustentabilidade. Brasília, DF: [s.n.], 2009, p. 25-82.

TRINDADE, Édson. *Gostava tanto de você*. [S.l., 2013?]. Disponível em: <http://letras.mus.br/tim-maia/48925/>. Acesso em: 04 set. 2013.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS (UNISINOS). *Graduação em serviço social*. São Leopoldo, [2013?]. Disponível em: < http://www.unisinos.br/graduacao/servico-social/presencial/sao-leopoldo>. Acesso em: 26 ago. 2013.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS (UNISINOS). *Projeto político-pedagógico do curso de bacharelado em serviço social.* São Leopoldo, 2006. Material disponibilizado pela coordenação do Curso de Serviço Social para pesquisa da acadêmica. São Leopoldo, 2013.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS (UNISINOS). *Centro de cidadania e ação social UNISINOS*. São Leopoldo, [2013?]. Material informativo do CCIAS.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA (UNIPAMPA). *Projeto político-pedagógico do curso de serviço social. Disponível em:* <http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/servicosocial/projeto-pedagogico-do-curso/>. Acesso em: 22 ago. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA (UNIPAMPA). *Serviço social*. Disponível em: <http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/servicosocial/>. Acesso em: 22 ago. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). *Projeto pedagógico do curso de serviço social***.** Disponível em: <http://www.ufrgs.br/psicologia/graduacao/servico-social/curso-1/projeto-pedagogico-1>. Acesso em: 04 ago. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). *Serviço social*. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/ensino/graduacao/cursos/exibeCurso?cod_curso=907>. Acesso em: 22 ago. 2013.

VARANDA, Ana Paula de Moura; BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunca. *Tecnologia social, autogestão e economia solidária*. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/54957683/Tecnologia-Social-Autogestao-e-Economia-Solidaria>. Acesso em: 15 out. 2013.

VELOSO, Renato. *Serviço social, tecnologia da informação e trabalho*. São Paulo: Cortez, 2011.

VENTURA, Andréa Cardoso; FERNANDEZ GARCIA, Luz; ANDRADE, José Célio Silveira. Tecnologias Sociais: as organizações não governamentais no enfrentamento das mudanças climáticas e na promoção de desenvolvimento humano**.** *Cad. EBAPE.BR* [online]. 2012, vol.10, n.3, pp. 605-629. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v10n3/09.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2013.

APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO PARA OS/AS ASSISTENTES SOCIAIS

Questionário de Coleta de Dados sobre Tecnologias Sociais no Exercício Profissional do Assistente Social

1 Dados de identificação do profissional

Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino

Idade:

Ano de graduação:

Instituição de Ensino Superior de Graduação:

Cursos de Pós-graduação / áreas:

Tempo de atuação profissional no espaço onde está inserido:

Campo de atuação - Estatal / empresarial / sociedade civil:

Política de atuação:

2 Conheces alguma experiência de Tecnologia Social? ( )Sim ( )Não. Qual?

3 O que caracteriza no seu entendimento uma experiência de TS?

4 Conheces algum/a AS que atua em TS? Se sim qual é o fazer do AS neste campo?

5 Existe alguma contribuição especifica do SS no campo das TS? Se sim, quais?

6 A formação profissional do AS contribui para este exercício profissional? ( )Sim ( ) Não? Por quê?

7 No seu entendimento o projeto social Cidadania.com pode ser concebido como uma TS? ( )Sim ( ) Não? Por quê?

ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: TECNOLOGIA SOCIAL E A INTERLOCUÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL: formação e trabalho profissional

Pesquisador: Marilene Maia

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 19283913.2.0000.5344

Instituição Proponente:

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 347.969

Data da Relatoria: 06/08/2013

Apresentação do Projeto:

O estudo tem como foco de análise a apreensão das Tecnologias Sociais (TS) no processo de formação e trabalho dos assistentes sociais. Para tanto, além de realizar levantamento bibliográfico sobre o tema, a acadêmica encaminhará questionários a dez assistentes sociais, que atuam no município de São Leopoldo, inseridos no projeto Cidadania.com: assessoria e informação, vinculados ao Centro de Cidadania e Ação Social da Unisinos. A investigação também procurará identificar se 2 instituições públicas e 2 privadas contemplam a dimensão das TS nos processos formativos da profissão. Considerando a abrangência da proposta, destaca-se sua pertinência e relevância para um trabalho de conclusão de curso em Serviço Social.

Objetivo da Pesquisa:

Os objetivos estão claros e podem ser contemplados por meio dos procedimentos de coleta e análise previstos.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Não se verificam riscos diretos aos participantes, uma vez que o instrumento de coleta de dados não traz questionamentos cujas respostas possam causar desconforto ou constrangimento. Além disso, a manifestação desses participantes se dará pelo envio das respostas por e-mail.

UNIVERSIDADE DO VALE DO
RIO DOS SINOS - UNISINOS

Endereço: Av. Unisinos, 950
Bairro: Cristo Rei
UF: RS **Município:** SAO LEOPOLDO **CEP:** 93.022-000
Telefone: (51)3591-1198 **Fax:** (51)3590-8118 **E-mail:** cep@unisinos.br

Como benefícios, reforça-se o que destaca a autora, pois a pesquisa permite contribuir para a "ampliação dos conhecimentos e dos espaços e trabalho do Serviço Social no campo das Tecnologias Sociais".

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Não há comentários adicionais.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Pede-se nova redação para o parágrafo dos dados de contato: "Para dúvidas e/ou esclarecimentos, faça contato comigo, pelo telefone (51) 96424287, ou e-mail gisalimma@hotmail.com, ou com a Profª Dra.
Marilene Maia, telefone (51) 99659393, e-mail marilene@unisinos.br".

Recomendações:

Não há recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

SAO LEOPOLDO, 02 de Agosto de 2013

Assinador por:
José Roque Junges
(Coordenador

ANEXO B – RESOLUÇÃO 106/2013

UNISINOS

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
Unidade de Pesquisa e Pós-Graduação (UAP&PG)
Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

Versão março/2008

UNIDADE DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

RESOLUÇÃO 106/2013

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS analisou o projeto:

Projeto: Nº CEP 13/096 **Versão do Projeto:** 06/08/2013 **Versão do TCLE:** 06/08/2013

Coordenadoras:
Profa Marilene Maia (orientadora)
Acadêmica Gisleine Lima da Silva (Curso de Serviço Social)

Título: TECNOLOGIA SOCIAL E A INTERLOCUÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL: formação e trabalho profissional.

Parecer: O projeto foi APROVADO, por estar adequado ética e metodologicamente, conforme os preceitos da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

As pesquisadoras deverão encaminhar relatório anual sobre o andamento do projeto, conforme o previsto na Resolução CNS 196/96, item VII.13, letra d. Somente poderão ser utilizados os Termos de Consentimento onde conste a aprovação do CEP/UNISINOS.

São Leopoldo, 06 de agosto de 2013.

Cátia

Profa. Dra. Cátia de Azevedo Fronza
Coordenadora Adjunta do CEP/UNISINOS

Av. Unisinos, 950 Caixa Postal 275 CEP 93022-000 São Leopoldo Rio Grande do Sul Brasil
Fone: (51) 3591-1198 ou ramal 2198 Fax: (51) 3590-8118 http://www.unisinos.br

ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

UNISINOS

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação
Comitê de Ética em Pesquisa

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Meu nome é Gisleine Lima da Silva. Estou desenvolvendo a pesquisa "Tecnologia Social e a Interlocução com o Serviço Social: formação e trabalho profissional", pertencente ao Curso de Graduação em Serviço Social da UNISINOS, sob orientação da Professora Dra. Marilene Maia. Tal estudo tem por objetivo analisar os processos de formação e trabalho dos assistentes sociais com as tecnologias sociais e apontar propostas para a sua qualificação na perspectiva do projeto ético-político profissional. O interesse pela aproximação teórico-metodológica com a temática das Tecnologias Sociais e o serviço social ocorre por entendermos que ainda é pouco explorada pelos acadêmicos/as e pelos profissionais desta área. A pesquisa é de abordagem qualitativa com caráter exploratório e bibliográfico. O instrumento para a coleta de dados será um questionário estruturado dirigido a assistentes sociais que atuam em diferentes políticas públicas do município de São Leopoldo.

Você está sendo convidado a participar deste estudo, respondendo a perguntas sobre Tecnologias Sociais no exercício profissional do assistente social. Se você concordar em participar, assine este TCLE, em duas vias: uma destas fica em seu poder, e a outra será de minha responsabilidade. A qualquer momento você poderá desistir da pesquisa, bem como solicitar informações no decorrer do processo de investigação. Sua privacidade será garantida, pois não será identificado (a) como participante e terá sigilo profissional resguardado. Os resultados do estudo poderão ser publicados em artigos, revistas de circulação nacional e internacional e/ou livros, anais de congressos científicos.

Para dúvidas e/ou esclarecimentos, faça contato comigo, pelo telefone (51) 96424287, ou e-mail gisalimma@hotmail.com, ou com a Profª Dra. Marilene Maia, telefone (51) 99659393, e-mail marilene@unisinos.br.

São Leopoldo, _____ de _____ de 2013.

_____

Assinatura da (o) participante

_____

Assinatura da acadêmica

_____

Assinatura da Profª Orientadora

CEP - UNISINOS
VERSÃO APROVADA
Em: 06 / 08 / 2013

Av. Unisinos, 950 Caixa Postal 275 CEP 93022-000 São Leopoldo Rio Grande do Sul Brasil
Fone: (51) 3591-1198 ou ramal 2198 Fax: (51) 3590-8118 http://www.unisinos.br